

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AS POLÍTICAS E AS PRÁTICAS DE ACESSO
AO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES QUE
INTEGRAM O MERCOSUL


MESTRANDO: VICENTE DE PAULA SOUSA

FLORIANÓPOLIS (SC), AGOSTO DE 1995.


**AS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ACESSO AO
ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES QUE INTEGRAM
O MERCOSUL**

VICENTE DE PAULA SOUSA


Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Administração (área de Concentração: Políticas e Planejamento Universitário) e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração.


Prof. Nelson Colossi, Dr.
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:


Prof. João Benjamin da Cruz Jr., Dr.
Presidente.


Prof. Antonio Niccolò Grillo, Dr.
Membro


Prof. Nelson Colossi, Dr.
Membro

Dedico este trabalho a você Leonice que, soube administrar com muito amor e grandeza de espírito, a distância que nos privou da companhia diária.

A vocês Alessandra e Fernando, Andréa e Paula que sempre estiveram presentes nesta caminhada.

Ao meu estimado irmão Toninho "in memoriam", pela sua constante presença entre nós.

Aos meus amigos da UNOESC, Campus de Joaçaba, pelo constante apoio recebido.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Teodoro Rogério Vahl pelo incentivo recebido e a sempre gentil acolhida durante o desenvolvimento do curso e no acompanhamento do Projeto de Dissertação.

Ao Prof. João Benjamin da Cruz Jr. por sua gentileza na eficiente orientação deste trabalho, pautada pelas relações informais que estimularam o aperfeiçoamento do mesmo.

Ao Carmona, Marilda, Silvia e Márcio, sempre tão prestimosos em oferecer as melhores condições de trabalho para os mestrandos.

Ao Prof. Aristides Cimadon pelo incentivo, acompanhamento do trabalho e sugestões apresentadas.

Ao Prof. Luiz Carlos Lückmann, pelo constante apoio.

Ao Evaldo meu nobre companheiro dos melhores e piores momentos.

A Prof^a Lia Rosa Leal pela sua grande contribuição como revisora deste trabalho.

A Sandra D. Torossian pela elaboração do abstract.

A Narcisa, Ilza, Fátima, Fernando, Gilnei, Rosangela, os ombros amigos nas horas difíceis.

Aos professores, alunos e dirigentes das IES e ACAFE que responderam os questionários e entrevistas, permitindo a realização deste trabalho

E a todos àqueles que, apesar de não estarem nominados, marcaram presença no sucesso obtido e na conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO	VIII
ABSTRACT	X
LISTA DE QUADROS E TABELAS	XII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS	XIV

I - INTRODUÇÃO

1. Justificativa	01
2. Objetivos	
2.1 Objetivo Geral	03
2.2 Objetivos Específicos	03

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

3. Tendências para a regionalização	05
3.1 Comunidade Européia	06
3.2 NAFTA	07
3.3 Os Tigres Asiáticos	08
3.4 A Integração Latino-Americana	10
4. O Projeto Mercosul	11
4.1 O Tratado de Assunção	13
4.2 A Estrutura Orgânica do Mercosul	18
4.3 A Preocupação do Mercosul com o setor educacional	23
5. O acesso ao ensino superior no processo de integração	24
5.1 A Universidade e o Processo de Integração	25
5.2 O Acesso aos Estudos Superiore	30
5.2.1 Concepções de Acesso ao Ensino Superior	30
5.2.2 Definição das Políticas de Acesso	33
5.2.3 As Práticas de Acesso ao Ensino Superior	35
5.2.4 A Democratização do Acesso	37
5.2.5 Fatores que interferem no Acesso ao Ensino Superior	43

III - METODOLOGIA

6. Tema e Problema	57
6.1 Questões de Pesquisa	58
6.2 Definição de Termos e Variáveis	
6.2.1 Definição de Termos	58
6.2.2 Definição Constitutiva de Variáveis	60
6.2.3 Operacionalização de Variáveis	61
6.3 Delimitação da Pesquisa	
6.3.1 População e Amostra	62
6.3.2 Caracterização e Perspectiva da Pesquisa	64
6.3.3 Coleta de Dados	64
6.3.4 Tratamento dos Dados	65

IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

7. Aspectos comuns das políticas e práticas de acesso ao ensino superior nos países-membros do Mercosul	66
7.1 O Acesso ao Ensino Superior no Uruguai	68
7.2 O Acesso ao Ensino Superior no Paraguai	72
7.3 O Acesso ao Ensino Superior na Argentina	75
7.4 O Acesso ao Ensino Superior no Brasil	79
- O ingresso na Universidade de Brasília	83
- O ingresso na Universidade de São Paulo	84
- O ingresso na Universidade Federal de Santa Catarina	85
- O ingresso na Universidade do Oeste de Santa Catarina	87
7.5 Semelhanças e diferenças entre as políticas e as práticas de acesso ao ensino superior no Mercosul	88
8. Políticas e práticas de acesso ao ensino superior nos países-membros do Mercosul	90
8.1 Acesso livre e irrestrito	91
8.2 Acesso livre e restrito	92
8.3 Acesso discriminatório	93
9. Fatores que interferem na definição das políticas e práticas de acesso ao ensino superior	99
9.1 Contingente populacional dos países-membros do Mercosul	100
9.2 Demanda reprimida	103
9.3 Necessidades do mercado de trabalho	103
9.4 Condições de absorção da universidade	108

9.5 Autonomia da universidade em definir políticas de acesso	112
9.6 Qualidade do Ensino Secundário	117
10. O Acesso ao Ensino Superior no Processo de Integração Universitária	121
11. Concepção do acesso ao ensino superior nas universidades dos países-membros do Mercosul.	125
V - CONCLUSÕES	127
VI - SUGESTÕES	133
VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
VIII - ANEXOS	145

RESUMO

Esta pesquisa, de caráter analítico-descritiva, propôs-se constatar se as políticas e práticas de acesso ao ensino superior, podem ser consideradas como instrumentos no processo de integração universitária entre os países-membros do Mercosul.

Para tanto, foram consideradas como população-alvo da pesquisa, as instituições de ensino superior do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

A amostra do presente trabalho foi composta de cinquenta segmentos da comunidade universitária de dez universidades dos países-membros do Mercosul e da ACAFE, instituição que realiza o concurso vestibular das Fundações Educacionais em Santa Catarina.

Os instrumentos de coleta foram compostos de três partes: a primeira com informações sobre a proposta de trabalho, a segunda com dados de identificação dos respondentes e a terceira com o conjunto de questões, que após devidamente testadas e validadas, foram aplicadas aos elementos da amostra.

Os resultados mostram que as políticas e práticas de acesso ao ensino superior são definidas em função de alguns fatores: a) condições de absorção da universidade, b) autonomia da universidade, c) demanda reprimida,

d) necessidades de mão-de-obra, e) contingente populacional, f) qualidade do ensino secundário.

Constatou-se, ainda, que as políticas e práticas de acesso ao ensino superior adotadas pelas universidades dos países-membros são: a) acesso livre sem restrição, nas IES públicas da Argentina, b) acesso livre, com restrição, no Uruguai e em algumas IES privadas da Argentina, c) acesso discriminatório, por processo de seleção no Paraguai e acesso por processo classificatório no Brasil.

Os resultados obtidos indicam que o acesso ao ensino superior, apenas recentemente, passou a fazer parte dos temas em discussão no processo de integração universitária, identificando similaridades e diferenças entre as políticas e práticas de acesso das universidades dos países-membros do Mercosul.

A proposta final do trabalho vislumbra a perspectiva de que, pela criação de uma nova realidade no Mercosul, as políticas e práticas de acesso ao ensino superior, deverão ser definidas pela própria universidade, de acordo com as suas condições de absorção e como resultado da autonomia administrativo-pedagógica das instituições de ensino superior.

ABSTRACT

The present analytic and descriptive research aimed evidence if the and practices access to university can be considered as instruments in the university integration process between the countries members of Mercosul.

The population of this research was composed by Brazilian, Argentinian, Paraguayan and Uruguayan universities.

The sample was composed by fifty university community segment of ten universities of the countries members of Mercosul and ACADE, an institution that makes their access examination of the educational foundations of Santa Catarina.

The instruments were composed of three parts: the first contained the questions applied to the sample, after they were validated and tested.

The results appointed that the politics and practices of university access are defined by considering some factors: a) university absorption/ conditions, b) university autonomy, c) repressible demand, d) necessity manual work on a job, e) populational contingent, f) college quality teaching.

It was evidence too that the politics and practices of access to university adopted by the countries members of Mercosul university are: a) free access without restriction, in the public universities of Argentina, b) access with restriction, in Uruguay and in some private universities of Argentina, c)

discriminated access by a selection process in Paraguay and access by classification process in Brazil.

The results indicate that the access to university, only recently because a part of discussion of the university integration process, identifying similarities and differences between the politics and practices of access at the universities of the countries members of Mercosul.

The final proposal of this study desire ardently that because of the creation of a new reality of Mercosul, the politics and practices access to university will be decided by the own universities attending to their absorption conditions and to the result of their pedagogic and administrative autonomy .

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01- Dados sócio-econômicos do Brasil	14
Quadro 02 - Dados sócio-econômicos da Argentina	15
Quadro 03 - Dados sócio-econômicos do Paraguai	15
Quadro 04 - Dados sócio-econômicos do Uruguai	15
Quadro 05 - Número de alunos matriculados e a taxa de crescimento da região do Mercosul, de 1960 a 1990	45
Quadro 06 - Relação dos estudantes de nível superior por 1000 habitantes na região do Mercosul, de 1960 a 1990	46
Quadro 07 - Distribuição por tipo de instituições e dependência administrativa - 1987/1991	80
Quadro 08 - Evolução da matrícula por dependência Administrativa	80
Quadro 09 - Políticas e práticas de acesso ao ensino superior nos países do Mercosul	89
Quadro 10 - Contingente populacional dos países membros do Mercosul em relação à população universitária 1992	101
Quadro 11 - Demanda reprimida do ensino superior na faixa etária de 18/30 anos nos países-membros do Mercosul	104
Tabela 01 - O acesso livre e irrestrito	91
Tabela 02 - O acesso livre e restrito	92
Tabela 03 - O acesso discriminatório: o processo de seleção	94
Tabela 04 - O acesso discriminatório: o concurso vestibular	94

Tabela 05 - Comparativo entre as modalidades de ingresso nos quatro países do Mercosul	96
Tabela 06 - Contingente Populacional	102
Tabela 07 - Demanda reprimida	105
Tabela 08 - Necessidades do Mercado de Trabalho	107
Tabela 09 - Condições de absorção da universidade	111
Tabela 10 - Autonomia da universidade em decidir a modalidade de ingresso	113
Tabela 11 - Comparativo entre os fatores que interferem nas políticas e práticas de acesso, de acordo com o grau de importância	115
Tabela 12 - O acesso ao ensino superior no processo de integração universitária	123

LISTA DE ABREVITURAS E SIGLAS UTILIZADAS

ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais

ALALC - Associação Latino-americana de Livre Comercio

**ALADI - Associação Latino-americana de Desenvolvimento e
Integração.**

ADIRU - Asociación de Integración Regime Universitario

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

COPERVE - Comissão Permanente do Vestibular

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

FLACSO - Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales

FUVEST - Fundação Universitária para o Vestibular

IES - Instituições de Ensino Superior.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

SAPIENS - Sistema de Avaliação Progressiva para Ingresso no Ensino Superior

UCADL - Universidad Catolica Antonio Damaso Larrañaga

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNA - Universidad Nacional de Asunción

UNB - Universidade de Brasília

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

I - INTRODUÇÃO

1. JUSTIFICATIVA

Para promover a integração política e econômica do Cone Sul, o Mercosul contempla, também a integração universitária entre os países-membros, principalmente em termos de qualificação docente, integração curricular, intercâmbio de docentes e outras propostas relacionadas a cursos de Mestrado e Especialização.

A fim de poderem enfrentar este desafio colocado pelo Mercosul, as universidades, dos países-membros estão passando por um processo de integração interna, direcionando seus conhecimentos e envolvendo recursos humanos para formar núcleos de atuação multidisciplinar com vistas a integrar-se aos propósitos do Mercosul.

Neste sentido, além de identificar pontos comuns e diferenciados da realidade latino-americana, busca oferecer sua contribuição à construção de um novo tipo de realidade, mais evoluída e mais justa, promovendo o desenvolvimento da região, e a tomada de consciência de que tal processo passa pelo desenvolvimento e aproveitamento dos talentos e dos recursos desses países.

Daí surge o interesse em conhecer melhor o acesso ao ensino superior nas universidades dos países que integram o Mercosul, pois essas, apesar de adotarem políticas e práticas semelhantes, apresentam diferenças na concepção de acesso e, como consequência nas oportunidades que oferecem aos aspirantes ao ensino superior, colocando dificuldades operacionais para a mobilidade de docentes e discentes no meio acadêmico do Cone Sul.

Os Estados do Sul do Brasil, até pela proximidade geográfica, estão envolvidos mais diretamente no Projeto Mercosul. E no Sul do Brasil, destaca-se a importância geográfica de Santa Catarina na área de abrangência do Mercosul.

Por isso o conhecimento e a análise das políticas e práticas desenvolvidas nos outros países-membros poderá oferecer um contributo a mais na perspectiva de integração da realidade catarinense aos demais países da Região.

Este estudo, na prática, contribui para a universalização do conhecimento das políticas e práticas do acesso ao ensino superior adotadas no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, já que as definições dessas políticas são decorrentes da realidade de cada país, e, por isso, apresentam características próprias.

Assim sendo, este trabalho justifica-se por permitir que as IES catarinenses disponham de informações que orientem o esforço de mudança em suas práticas de acesso, adequando-os à nova realidade emergente.

Justifica-se, ainda, o presente trabalho porque, ao identificar os aspectos predominantes na concepção de acesso dos países-membros, permitirá ao autor:

- a) oferecer subsídios teórico-práticos para reflexões sobre a política de acesso à universidade adotada no Brasil;
- b) contribuir para as IES Santa Catarina, no sentido de que se incorporem formas alternativas e novas práticas operacionais de acesso mais adequadas à realidade do Mercosul.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Estudar as diferentes políticas e práticas de acesso ao ensino superior no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, identificando sua importância para o processo de integração universitária entre os países-membros do Mercosul .

2.2 - Objetivos Específicos

- a) Identificar fatores significativos que interferem/interferiram na definição das políticas de acesso nos quatro países;
- b) Identificar fatores que são significativos na operacionalização do ingresso ao ensino superior nesses países;

- c) Identificar aspectos comuns e diferenciados nas políticas e práticas de acesso entre os quatro países
- d) Identificar a concepção de acesso ao ensino superior predominante nos quatro países;
- e) Constatar a importância da questão do acesso ao ensino superior no desenvolvimento do processo de integração universitária.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3. TENDÊNCIAS PARA A REGIONALIZAÇÃO

A tendência à integração de países ou blocos de países surgiu no final dos anos 50, em consequência da necessidade de reconstrução de nações, causada pela Segunda Guerra Mundial.

Essa tendência da formação de blocos regionais ressalta uma característica da segmentação da economia mundial, o que se observa principalmente nos casos da Comunidade Européia, do NAFTA, dos chamados Tigres Asiáticos e da América Latina.

Segundo a REVISTA DO MERCOSUL (1992:06):

“o objetivo primordial da consolidação dos blocos de mercado, é substituir a concorrência entre nações, pela concorrência entre regiões. Portanto, alguns casos de blocos de integração estão se efetivando como estratégia de defesa à formação de outros blocos de mercado, na tentativa de coordenar e melhorar esforços entre países, para aumentar o nível de competitividade, de modo a garantir sua sobrevivência e inserção no cenário internacional”.

3.1 - A Comunidade Européia

Na Europa, a ex-Alemanha Ocidental, a França, a Itália, a Holanda, a Bélgica e Luxemburgo, no final da década de 50, resolveram assinar o Tratado de Roma.

A partir deste Tratado estava criada a Comunidade Econômica Européia, também conhecida como Mercado Comum Europeu, que já em 1977 atingiu nove membros com a entrada do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, ampliada com o ingresso da Grécia em 1984, Portugal e Espanha em 1986 e, mais recentemente, com o ingresso da Áustria, Hungria, Noruega e Suíça completando o grupo atual de 16 membros.

No que se refere à idéia da integração universitária, o Programa ERASMUS - European Action Scheme for the Mobility of University Students, criado em 1987, derivado do Single European Act, busca promover, segundo Marckert in Morosini (1993:03):

"a mobilidade de estudantes e a cooperação acadêmica entre os doze países da CEE, objetivando que 10 % de todos os estudantes dos países partes dispendam um período de estudo em outro estado-parte."

Com tal propósito, objetiva intensificar a cooperação nos setores social e econômico dos países envolvidos no processo de integração, por um lado, e, por outro subsidiar a comunidade econômica européia, através da

melhoria de seus sistemas de ensino superior e de treinamento, para a manutenção da competitividade nos mercados mundiais.

O programa já está em sua segunda fase. A primeira estendeu-se de 1987 a 89, a segunda terminou em 1994, e a terceira fase está em discussão.

O Projeto ERASMUS comporta quatro blocos:

- a) O primeiro relaciona-se ao estabelecimento de programa interuniversidades, as quais deverão providenciar uma estrutura para operações de mobilidade de estudantes e de professores.*
- b) O segundo relaciona-se ao apoio financeiro para sustentar o intercâmbio de estudantes.*
- c) O terceiro objetiva o reconhecimento de diplomas e de períodos de estudo no exterior.*
- d) O quarto é constituído por uma série de medidas complementares necessárias ao funcionamento do programa.*

3.2 - NAFTA - North American Free Trade Agreement

Estados Unidos, México e Canadá promoveram o entrelaçamento de suas relações através da assinatura do NAFTA, que abriga em torno de 360 milhões de habitantes e um produto interno (PIB) de cerca de US\$ 6,5 trilhões.

A aprovação desse Tratado foi acompanhada com interesse não só pelas partes envolvidas, mas por todos os países da América Latina, desejosos de se incorporarem ao novo bloco.

Segundo MERCOSUL (1992:03),

"o canto da sereia chegou na Argentina e no Chile, que demonstraram claramente seu interesse em constituir este bloco. Contudo, por estarem a quilômetros de distância do solo norte-americano e por não representarem significativo fluxo migratório, não obtiveram seu intento".

Por isso, no momento, a alternativa dos dois países é a adesão ao Mercosul, visto que, isoladamente, não terão condições de se incorporarem ao bloco norte-americano.

Entre as propostas incentivadas pelo NAFTA pode ser citada a do IIE - Institute of International Education, sediado em Nova York, agência privada que congrega 670 colleges e universidades americanas.

O IIE, num primeiro momento, envolverá 30 instituições acadêmicas dos EUA, Canadá e México, numa experiência piloto de intercâmbio estudantil de alunos de engenharia, administração e de meio ambiente.

Essa experiência se estenderá por três anos, envolvendo mais de 150 estudantes e, após o seu término, procurará encorajar a participação de outras instituições.

3.3 - Os Tigres Asiáticos

Os países asiáticos não chegaram a firmar um acordo formal, criando uma zona de livre comércio nos moldes da Comunidade Européia ou do NAFTA, mas isto não impediu que as trocas comerciais entre Japão e Tigres Asiáticos crescessem em ritmo acelerado, a exemplo dos demais blocos.

Esse bloco é formado por Japão, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, com uma área de abrangência de 480 mil km². Sua população é de 133,9 milhões de habitantes, com PIB e PNB de 3,23 e 3,32 milhões de dólares, respectivamente.

A não-adesão do Japão e dos Tigres Asiáticos a um acordo formal, para KUNZLER(1994:121),

" Se deve, principalmente pelo fato do Japão não estar preocupado com o estabelecimento de blocos comerciais exclusivos, pois os japoneses, como grandes exportadores que são, possuem interesse em manter um sistema de comercio global não discriminatório".

A ascensão japonesa e o surgimento dos Tigres Asiáticos pareceu redefinir novas características para o desenvolvimento daquele continente. O Japão é hoje um exemplo claro da internacionalização do capital e do domínio econômico e financeiro de grandes empresas.

No âmbito dos Tigres Asiáticos, o UMAP - University Mobility in Asia and the Pacific-, é um programa embrionário no Extremo Oriente, criado em 1992 com 19 países da região, como Austrália, Camboja, Hong Kong, Coréia, Filipinas, Cingapura, Taiwan, Tailândia e Nova Zelândia, entre outros.

Segundo CRAFT, in: Morosini (1993:06):

"Este programa visa desenvolver em cada um destes países uma melhor compreensão do sistema cultural, econômico e social dos outros países da região, através da mobilidade de estudantes e professores."

3.4 - A Integração Latino-Americana

No contexto da formação de blocos, os países ditos periféricos devem assumir posições concretas, para acompanhar as tendências e não ficar à margem do desenvolvimento dos países centrais.

Já em meados da década de 50, iniciou-se um concreto movimento para a criação de uma associação de livre comércio na América Latina, surgindo, em 1961 a Associação-Latino-Americana de Livre Comércio-ALALC, que se originou da Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL.

A ALALC visava à liberalização do comércio na área do Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, ampliando-se em 1959 com a adesão da Bolívia, Paraguai e Peru, e, na década de 60, pela entrada do Equador, Venezuela e Colômbia.

Em decorrência de problemas de implementação da ALALC, que se propunha, à semelhança do Mercado Comum Europeu, reduzir tarifas e eliminar barreiras comerciais, acabaram surgindo outros blocos.

Dentre esses blocos, destaca-se o Pacto Andino (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia - o Chile retirou-se em 1973), que em 1969 apresentava como proposta acelerar a integração; contudo permanece, até hoje, sem chegar ao primeiro estágio de uma integração econômica real, que é a zona de livre comércio.

Reconhecido em 1980 o fracasso da ALALC, foi assinado o Tratado de Montevidéu, criando a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração-ALADI.

A princípio esse novo mecanismo, procurava estimular o comércio inter-regional numa perspectiva mais realista, com o propósito de incentivar acordos bilaterais.

Dadas as diferenças existentes entre os países-membros, a ALADI não propõe uma zona de livre comércio; na verdade, trabalha no âmbito das normas gerais acordadas pelo GATT, órgão internacional que, desde 1948, regula a maior parte do comércio internacional, visando o seu crescimento e sua liberalização.

Complementarmente, a ALADI propõe a harmonização gradual da política aduaneira, comercial, de transporte e de comunicação científica e tecnológica.

4. O PROJETO MERCOSUL

Foi em função dos propósitos da ALADI que se deu a reaproximação política de Brasil e Argentina.

Desde 1985 os dois países iniciaram seu processo de democratização, com os primeiros presidentes civis, após longos anos de período autoritário, visto que enfrentavam problemas econômicos semelhantes, centrados na magnitude de suas dívidas externas e em altas taxas de inflação.

Nesta perspectiva, MAGALHÃES (1992:132) acredita que:

"A aproximação Brasil - Argentina apresentava a possibilidade concreta de uma colaboração mútua no enfrentamento dos problemas comuns aos dois países e, mais do que isso, as ações econômicas que, por somar as potencialidades de ambos, dar-lhes-ia maior peso no cenário internacional"

Com a aceleração do processo de unificação da Comunidade Econômica Européia e com o início das negociações para a criação do NAFTA, fatos que representavam, por si sós, novos desafios aos padrões de inserção dos países no comércio internacional, as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina foram reforçadas.

Os primeiros passos na direção da integração econômica foram dados com a assinatura pelos presidentes Alfonsín e Sarney, da Ata para a Integração Argentino -Brasileira, em 1986, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE.

Enquanto esse processo ia sendo operacionalizado e a integração começava a consolidar-se, foram ocorrendo mudanças significativas no quadro político de ambos os países, como destaca MAGALHÃES (1992:01):

"Com as posses de Menen e Collor, em 1989 e 1990, respectivamente, os dois países passaram a adotar políticas econômicas de inspiração neo-liberal, voltadas para a abertura ao capital estrangeiro, a privatização das empresas públicas, a desregulamentação das atividades econômicas e a procura de maior competitividade internacional de seus setores produtivos, pela via de redução dos mecanismos protecionistas que haviam tornado possível sua industrialização, identificado, portanto, com o os propósitos do PICE."

"Ao mesmo tempo, o Uruguai começou a sentir os resultados de uma política de abertura internacional semelhante, reforçada com a posse de Lacalle após as eleições de 1989 e, por outro lado, o Paraguai iniciava um processo de redemocratização e abertura econômica após a deposição de Stroessner, no mesmo ano."

Com a integração Brasil-Argentina avançando, o sucesso dos semelhantes acordos bilaterais entre os quatro países e com a grande participação de Argentina e Brasil no comércio exterior de Paraguai e Uruguai, o cenário estava pronto para a ampliação e o aprofundamento do processo de integração.

Esse fato se deu porque os quatro países passaram a adotar políticas econômicas semelhantes, principalmente no que se refere à abertura para o mercado exterior.

4.1 - O TRATADO DE ASSUNÇÃO

Dos esforços conjuntos resultou, em 1991, uma proposta concreta, estabelecida pelo Tratado de Assunção, firmado entre os Presidentes das Repúblicas e Ministros das Relações Exteriores de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com objetivo de estabelecer um mercado comum até 1994.

Portanto, desde janeiro de 1995, está sendo permitida, de forma gradativa, a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os quatro países, com a diminuição das tarifas alfandegárias, oportunizando o gradativo desenvolvimento do processo que se consolidará com a implantação do mercado comum.

No Tratado de Assunção, a evolução dos acontecimentos demonstra a maturidade da idéia de integração da América Latina, que não pode ficar inerte, assistindo à criação de blocos econômicos pelos países desenvolvidos.

Para que se possa identificar aspectos significativos da realidade de cada um dos quatro países-membros, apresentam-se a seguir, nos quadros 1 a 4, seus dados sócio-econômicos.

QUADRO I DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO BRASIL

População:	150 milhões de habitantes
População economicamente ativa:	65 milhões de pessoas
PIB:	351,9 bilhões de dólares anuais
Taxa de crescimento:	0,3 % ao ano
Renda per capita:	3.240 dólares anuais
Exportações:	31,6 bilhões de dólares anuais
Importações:	16,4 bilhões de dólares anuais
Superfície :	511.965 quilômetros quadrados
Moeda :	Real
Principais produtos exportados:	soja, cacau, aves, suco de laranja carne bovina e siderurgia.
Fonte: 01. Mercosul e a Pequena Empresa. Curitiba. SEBRAE. 1993.	

QUADRO II DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA ARGENTINA

População:	33 milhões de habitantes
População economicamente ativa:	16 milhões de pessoas
PIB:	72,92 bilhões de dólares anuais
Taxa de crescimento:	5.5 % ao ano
Renda per capita:	2.311 dólares anuais
Exportações:	9 bilhões de dólares anuais
Importações:	4 bilhões de dólares anuais
Superfície :	2.766.889 quilômetros quadrados
Moeda:	Austral
Principais produtos exportados:	carnes, cereais, lãs, vinhos e frutas.
Fonte: 01. Mercosul e a Pequena Empresa. Curitiba. SEBRAE. 1993.	

QUADRO III**DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO PARAGUAI**

População:	3,5 milhões de habitantes
População economicamente ativa:	800 mil pessoas
PIB:	3,18 bilhões de dólares anuais
Taxa de crescimento:	4% ao ano
Renda per capita:	1.850 dólares anuais
Exportações:	600 milhões de dólares anuais
Importações:	200 milhões de dólares anuais
Superfície:	406.752 quilômetros quadrados
Moeda:	Guarani
Principais produtos exportados:	algodão, soja, carne bovina, madeira e couro.

Fonte: 01. Mercosul e a Pequena Empresa. Curitiba. SEBRAE. 1992.

QUADRO IV**DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO URUGUAI**

População:	3 milhões de habitantes
População economicamente ativa:	700 mil pessoas
PIB:	5,63 bilhões de dólares anuais
Taxa de crescimento:	0,7% ao ano
Renda per capita:	2.466 dólares anuais
Exportações:	1,5 bilhão de dólares anuais
Importações:	1,4 bilhão de dólares anuais
Superfície:	176.217 quilômetros quadrados
Moeda:	Peso
Principais produtos exportados:	animais, carne bovina, arroz, lãs, couros e calçados

Fonte: 01. Mercosul e a Pequena Empresa. Curitiba. SEBRAE. 1993.

Com uma população em torno de 185,5 milhões de habitantes, dos quais um quarto vive no campo, o "país mercosul" se constitui num mercado consumidor em potencial.

Como ressalta KUNZLER (1994:227),

"Esse mercado é quase cinqüenta por cento de toda a América Latina e Caribe juntos, sendo duas vezes maior que a população do Grupo Andino, quase igual à do Japão e Tigres Asiáticos, cinqüenta e dois por cento do NAFTA e cinqüenta e seis por cento da Comunidade Européia."

O Tratado de Assunção, como mostram os dados até aqui, e pelo que será visto ao longo deste trabalho, transcende a simples compra e venda de produtos, uma vez que prevê o livre trânsito das pessoas e, ainda, a coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, alfandegária, de transportes, tecnológica, educacional e de comunicação.

Segundo a percepção de CARNEIRO(1993:11):

"Com a constituição do Mercosul, os Estados-Partes desejam promover o desenvolvimento científico e tecnológico, modernizando suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes."

A condução prudente do processo de integração sub-regional mostrou um modo eficaz de conduzir a união econômica definitiva de todo o continente, iniciando por países com proximidade geográfica e historicamente semelhantes, para expandir-se, com a adesão de outros, na medida em que se forem consolidando os avanços programados.

Essa é a visão de SCHLINDWEIN (1991:02), ao afirmar que:

"O processo de integração subentende mudanças, transformações e necessita, portanto, de ação concreta, pragmática, para evitar o imobilismo e assim poder acompanhar as transformações que acontecem no mundo, o que ocorre pelo exercício do moderno conceito de comunidades internacionais e que nos obriga a avançar nesta caminhada de integração."

Nesta perspectiva, o Mercosul não é apenas uma possibilidade de mera expansão numérica da economia, mas a busca de caminhos legítimos e dignos de promoção humana, o que é corroborado por CARDOSO (1993:46), quando ressalta :

"O Mercosul é mais do que uma iniciativa governamental, cujos ritmos e lógicas são ditados pelos países membros. Ele já é uma realidade macropolítica que envolve além do Estado, o conjunto da sociedade brasileira, constituindo-se provavelmente num dos mais importantes fatores de formulação das políticas interna e externa do Brasil no contexto democrático".

O entendimento dessa nova realidade macropolítica, aliado ao aprofundamento da crise econômica e social da América Latina, tem contribuído para a tomada de consciência de que a integração latino-americanas torna-se cada vez mais necessária como uma possível via para a retomada do desenvolvimento no continente.

Isto representa para SCHLING (1992:02) :

"... uma questão da hegemonia aparentemente superada a partir da relativa integração, já avançada e em processo de aprofundar-se ainda mais, das nossas economias ao sistema capitalista mundial sob a égide do capital transnacional, o qual, atuando fora do controle das nações-Estado, supera todas as barreiras de ordem geográfica, política e econômica".

Visto por este ângulo, o Mercosul encontra as condições propícias para desenvolver-se, já que os setores dirigentes do Brasil e da Argentina, integrados no capital transnacional, parecem ter superado suas pretensões hegemônicas regionais e abandonado antigos projetos de desenvolvimento nacional autônomo.

4.2 - A Estrutura Orgânica Do Mercosul

O Tratado de Assunção criou uma estrutura para o Mercosul que tem sido ampliada para melhor agregação de segmentos representativos dos estados-partes.

A estrutura atual é a seguinte:

- **Conselho do Mercado Comum** - Órgão superior do Mercado Comum, integrado pelos ministros das Relações Exteriores e os ministros da Economia dos países-membros, cabendo-lhe a condução política do Tratado e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

- Grupo do Mercado Comum - Integrado pelos ministérios das Relações Exteriores, ministérios da Economia ou similares e Banco Central, é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos ministérios das Relações Exteriores, cabendo-lhe as seguintes funções:

- a) Velar pelo cumprimento do Tratado;
- b) Tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- c) Propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de política macroeconômica e à negociação de acordos frente a terceiros;
- d) Fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do mercado comum.

Dessa macroestrutura foram instituídos 11 subgrupos de trabalho (SGT), subdivididos em comissões compostas, ou em fase de composição por instituições, organismos e entidades dos setores público e privado, representativos das áreas temáticas consideradas prioritárias, a saber:

SGT 1 - Assuntos Comerciais

Comissões :

- Nomenclatura comum
- Práticas desleais de comércio
- Regimes de drawback e admissão temporária
- Zonas francas

SGT 2 - Assuntos Aduaneiros

SGT 3 - Normas Técnicas

Comissões :

- Metrologia científica
- Metrologia legal
- Produtos engarrafados
- Normatização
- Qualidade industrial
- Normas para o setor automobilístico
- Produtos para a saúde
- Alimentos industrializados
- Produtos veterinários

SGT 4 - Política Fiscal e Monetária Relacionada com o

Comércio

Comissões:

- Valores
- Seguros
- Inversões

SGT 5 - Transporte Terrestre

SGT 6 - Transporte Marítimo

Comissão:

- Transporte multimodal

SGT 7 - Política Industrial e Tecnológica

Comissões:

- Siderúrgica
- Química e petroquímica
- Eletrônica
- Papel e celulose
- Automotriz
- Defesa da competência
- Aspectos setoriais
- Tecnologia
- Política industrial
- Qualidade e produtividade
- Meio ambiente
- Pequena e média empresa
- Propriedade intelectual

SGT 8 - Política Agrícola

Comissões:

- Agroindústria
- Açúcar e álcool
- Reconversão

SGT 9 - Política Energética**SGT 10- Coordenação de Políticas Macroeconômicas**

Comissão: Serviços

SGT 11- Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social

Comissões:

- Relações individuais de trabalho
- Relações coletivas de trabalho
- Emprego
- Formação profissional
- Saúde e segurança no trabalho
- Seguridade social
- Setores específicos
- Princípios

Reuniões Especializadas

- Turismo
- Meio ambiente
- Ciência e tecnologia
- Cultura

Percebe-se que, na prática, essa estrutura orgânica reflete uma das grandes preocupações dos países que integram o Mercosul, a de estruturar a economia interna e estimular a obtenção de padrões competitivos em níveis aceitáveis internacionalmente.

E esse estímulo é realmente necessário, já que conforme ALVES (1992:152),

"muitas vezes os padrões competitivos se mantiveram baixos, pela falta de concorrência interna".

4.3 - A Preocupação Do Mercosul Com O Setor Educacional

Acompanhando as negociações econômicas para a criação do Mercosul, o Plano Trienal para o Setor Educacional no Processo de Integração do Mercosul foi aprovado na IIª Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Las Leñas, Argentina, nos dias 26 e 27 de junho de 1992. (Ver Anexo).

O plano prevê a constituição de uma comissão de ministros da Área do Trabalho, Justiça e Educação, com a função de propor ao Conselho do Mercado Comum medidas com vistas à coordenação de políticas educativas entre os estados-partes.

Conforme MOROSINI (1993:08),

"Esta Comissão será subsidiada por um comitê coordenador regional, com função de elaborar programas e projetos significativos para o processo de integração e desenvolvimento sub-regional."

O plano fundamenta-se na crença de que a educação desempenhará papel central nas estratégias de desenvolvimento dos países latino-americanos para enfrentar os desafios de integração de forma democrática.

Para consolidar o Plano Trienal de Educação, em 30 de junho de 1993, reunidos em Assunção, os ministros da Educação de cada um dos países signatários firmaram acordo específico para tal fim. (Ver Anexo)

Como decorrência desse acordo de ministros, encontra-se em tramitação no Conselho do Mercado Comum solicitação para a criação de um subgrupo de estudos, com respectivas comissões de trabalho para tratar, especificamente, da Educação.

Tal mobilização decorre, na prática, da consciência conjunta de que a visualização do processo de integração depende de mudanças nos estilos tradicionais de ação educativa, a fim de responder às demandas de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na concretização de altos níveis de competitividade externa e justiça social, num contexto democrático e crescentemente participativo.

5 - O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Como se pretende neste trabalho, verificar a ingerência que as políticas e práticas de acesso exercem sobre o processo de integração dos países-membros do Mercosul, destaca-se, inicialmente, o papel e a missão da universidade nesse projeto de integração latino-americana.

Em seguida, apresenta-se o acesso aos estudos superiores como uma das atividades da vida universitária e como se operacionalizam suas ações no processo de ingresso de seus postulantes.

Ao apontar as formas de ingresso nas universidades dos países-membros do Mercosul, serão identificadas similaridades e diferenças na concepção de acesso ao ensino superior, na perspectiva de que, pela simbiose dessas questões, se promova a consolidação da integração universitária para o acesso ao ensino superior.

5.1 - A Universidade e o Processo de Integração

De maneira geral, o Plano Trienal de Educação reconhece o papel estratégico desempenhado pela educação no processo de integração para alcançar o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico e cultural da região.

Entre outras medidas concretas que já estão acontecendo como resultado de acordos estabelecidos, na área de educação, destacam-se:

- a) Mecanismos de equivalência dos estudos primários e médios cursados em qualquer um dos quatro países;

- b) Intercâmbio acadêmico-científico, em nível de ensino superior, possibilitando maior mobilidade de docentes, alunos, pesquisadores e técnicos.
- c) Reconhecimento da língua espanhola no Brasil e sua implantação no currículo escolar, e, da mesma forma da língua portuguesa em algumas escolas da Argentina e Uruguai.
- d) Encontros multidisciplinares para discutir o papel da educação no processo de integração.

A integração acadêmica, no contexto geral do processo integrativo, segundo GADOTTI (1994:03):

" Será mais fácil de acontecer, pois independe da integração política e econômica.

Contudo, há um longo caminho a percorrer e vários pontos precisam ser aprofundados, tais como:

- a) as implicações educacionais e culturais do processo de integração;
- b) a criação de uma política de intercâmbio discente e docente;
- c) A compatibilização efetiva dos currículos;
- d) a produção de material didático imbutido do espírito de integração que, por exemplo, aprofunde o conhecimento de nossas culturas e nossa história comum;

- e) a eliminação gradativa de barreiras burocráticas que dificultam intercâmbio de informações e de pessoas.

O processo de integração do ensino superior está acontecendo pela instalação, em algumas universidades, dos institutos de integração latino-americana, pelo trabalho dos escritórios de assuntos internacionais ou órgãos similares, que se propõem, numa ação conjunta, de maneira geral:

- a) Tomar contato com os setores dirigentes do país em áreas distintas, a fim de conhecer o pensamento destes acerca da integração latino-americana e o papel que devem cumprir em seu país, no sentido de mobilização dos segmentos sociais.
- b) Estabelecer laços estreitos e realizar projetos conjuntos com várias Universidades do país e com os centros de pesquisa e instituições similares nos países integrantes do Mercosul.
- c) Levar a cabo todas as atividades atinentes ao projeto de integração, fortalecendo os objetivos do respectivo órgão de integração.

Assim sendo, MOROSINI & LEITE(1992:22) afirmam que:

"... se as formas comunicativas de argumentação científica constroem a idéia da Universidade, facilitando às sociedades tomarem consciência de si próprias, todo o processo de integração passará também pela Universidade, na medida em que ela é, por excelência, o espaço de argumentação científica."

Por isso, a universidade transforma-se num dos atores da integração latino-americana, promovendo o debate, o trabalho científico, a produção do conhecimento e a disseminação da informação de modo a justificar a sua própria razão de ser.

Por sua vez, SCHLINDWEIN (1991:02) corrobora a importância da universidade:

"Há de se prover a integração latino-americana de condições facilitadoras e isto se traduz na vontade política de seus dirigentes, o que já está presente, em razão de uma crescente tomada de consciência do papel da Universidade nesse contexto."

Nesse sentido, o contato com a literatura das variadas culturas do povo latino-americano poderá ser um grande meio não só de conhecimento, mas de integração cultural, social e moral.

Poderá servir de inspiração, de material de ilustração ou mesmo para o uso dessas culturas, isto é, oferecer subsídios para que a universidade, ao perceber as diferenças e similaridades culturais latino-americanas, possa reeducar seu olhar para a "interculturalidade", descobrindo elementos culturais externos que revitalizam sua própria cultura.

Na visão de SCHMITZ (1984:41):

"Tanto a universidade na condição de instituição, como os alunos, devem refletir sobre as características de outras nações e culturas, especialmente sobre aquilo que as distingue das outras e da nossa, e procurar compreender e assimilar o que elas têm de original e diferente da nossa. Teremos assim, dado um grande passo no sentido da solidariedade internacional."

“Não se trata modelos culturais, costumes ou tecnologias dos outros, mas de inspirar-se neles e procurar melhorar nosso próprio modelo cultural e social e contribuir por nossa parte para a melhoria dos outros”.

Pelo que se percebe, há de se prover a universidade de condições para que possa ser um dos agentes da integração, oportunizando à comunidade acadêmica identificar os limites e possibilidades de sua participação nesse contexto.

Aprofundar o conhecimento da comunidade acadêmica acerca do Projeto Mercosul dará condições para que as pessoas possam sentir-se co-participantes do processo e sejam agentes de integração.

Sob esta ótica, acredita-se que o acesso ao ensino superior transforma-se numa questão fundamental, porque abre espaço para que os egressos da universidade, em razão de já terem tido contato direto com as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, ofereçam subsídios para as discussões que digam respeito aos critérios utilizados pelas instituições de ensino superior para admitir seus estudantes.

Os egressos do ensino superior poderão atuar como agentes de mudança na integração latino-americana, principalmente porque conviveram no ambiente universitário com as discussões sobre as diferenças e similaridades apresentadas pelos quatro países-membros do Mercosul.

Com a experiência adquirida, certamente exercerão influência junto àqueles que aspiram ao ensino superior, desenvolvendo a consciência de

que absorção de culturas e modelos diferentes tornam-se necessários para consolidar a integração.

Neste sentido, o acesso ao ensino superior se apresenta como um dos aspectos a serem levados em consideração pelas autoridades educacionais, dirigentes e comunidade acadêmica das instituições do ensino superior, para que se diminuam, de forma gradativa, as diferenças, sem que se percam as características e a cultura própria de cada país.

Por esta razão, torna-se necessário que se conheça o acesso ao ensino superior e, mais especificamente as políticas e práticas adotadas pelos quatro países-membros do Mercosul

No Projeto Mercosul, o acesso aos estudos superiores apresenta-se como um dos eixos fundamentais de transformação da universidade nessa caminhada de integração, diante das circunstâncias e desafios advindos desse processo, em razão da realidade contextual de cada país e de cada instituição de ensino superior.

5.2. - O Acesso aos Estudos Superiores

5.2.1 - Concepções de Acesso ao Ensino Superior

Os aspectos conceituais do acesso à universidade por vezes sofreram distorções provocadas por suas repercussões conjunturais, quando a dimensão quantitativa passou a substituir a qualitativa e a atitude dos países passou a ser bastante diferenciada nas definições das políticas de acesso.

Para RIBEIRO (1977:109), admitem-se, de maneira geral, três sistemas de acesso que têm sido adotados pelas universidades, em decorrência das políticas de acesso vigentes no país:

- a) *O acesso livre, exigindo-se apenas que o candidato tenha concluído o curso secundário em área afim do curso pretendido.*
- b) *O acesso por credenciamento, pelo qual a universidade aceita o estudante que possua determinados créditos, ou preencha requisitos comprovados no instrumento legal, ou, mesmo ainda, exame de aptidão a que se submetam os estudantes através de instituições credenciadas para tal.*
- c) *O acesso por concurso de ingresso que é realizado através de exame com características de seleção ou de classificação; e, no caso, para o primeiro, levar-se-á em consideração apenas o desempenho do estudante, ao passo que, para o segundo, incorpora-se a relação numerus clausus (candidato/vaga) no curso escolhido.*

Os sistemas de acesso devem satisfazer os seguintes objetivos

básicos:

- a) *Proporcionar o desenvolvimento de hábitos e atitudes intelectuais nos estudantes provenientes do ciclo médio,*
- b) *Proporcionar métodos de estudo de acordo com o nível de educação que iniciam.*
- c) *Oferecer orientação aos estudantes, mediante uma correta e adequada informação sobre cada disciplina e carreira.*
- d) *Fomentar a convivência e a criação de um espírito universitário, proporcionando-lhes um correto conhecimento do que é a universidade, do que exige em termos de atitudes e do que esta implica no regime de estudos.*
- e) *Apresentar ao futuro universitário uma visão dos problemas fundamentais do país, de maneira que a decisão que adote tenha em conta, além do aspecto vocacional, as necessidades de desenvolvimento e progresso do país e da região correspondente.*

Todo o sistema de seleção para ingresso na universidade deve obedecer a objetivos claramente definidos, cuidadosamente desenvolvidos e implementados e, ao mesmo tempo, responder à questões acadêmicas e educativas.

Dentre as principais deficiências que apresentam as atuais estruturas educacionais, VAHL(1980:92) assinala as seguintes:

- a) *Não permitem realizar uma seleção verdadeiramente eficaz e objetiva.*
- b) *Carecem de flexibilidade adequada que permita ao aspirante fazer efetivas mudanças surgidas de uma melhor informação profissional ou de orientação vocacional.*
- c) *Não logram resolver os problemas apresentados pela falta de articulação e coordenação entre os distintos níveis de ensino.*

A importância do problema é atestada por constituir-se num objeto de debates e de controvérsias na maior parte dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Nesses debates se encontram partidários de uma posição demasiado liberal, tendente a garantir a todos o direito aos estudos superiores e a estimular a demanda.

Por outro lado, há aqueles que consideram as restrições conjunturais das IES na questão do acesso como fatores que tornam inevitáveis a introdução de medidas mais seletivas, a fim de disciplinar o crescimento do sistema, visando reforçar a qualidade dos serviços prestados.

Essa diversidade de percepção do acesso ao ensino superior se constata pelas diferentes políticas e práticas de acesso adotadas nos quatro países-membros do Mercosul.

Mas há que se levar em consideração que o saber já não é uma necessidade aleatória de ilustração e prestígio mas, talvez, o fator mais importante do próprio desenvolvimento humano.

Em face desta transformação e da conseqüente expansão do ensino superior, impõe-se a adoção de uma nova política de admissão que considere o caráter relativo da universidade e permita que todos se qualifiquem, pois desses estudantes depende o próprio desenvolvimento do país.

5.2.2 - Definição das Políticas de Acesso

O direito ao ensino superior é caracterizado por uma série de circunstâncias que, embora facultem a qualquer pessoa aspirar a esse nível de ensino, não lhe dá o direito líquido e pessoal de alcançá-lo, mas lhe confere um direito social e também de certo modo individual.

Para aspirar ao ensino superior, há que se ter sempre clareza das condições contextuais de ordem conjuntural e de que haja realmente oportunidade e condições de realizar esses estudos.

É fundamental que o favorecido esteja disposto a aceitar o investimento da sociedade como uma forma de poder contribuir para o bem-comum dessa sociedade e de seus integrantes.

Negar a alguém direitos que se concedem ou se propiciem a outros, nas mesmas circunstâncias, se configura como discriminação social, pois está-se tratando de maneira diferente quem tem os mesmos direitos, deveres e características

Por outro lado, constata-se a discriminação quando se trata de maneira igual quem é diferente, isto é, quando não se levam em consideração as características individuais das pessoas, tratando-as como se todos fossem totalmente iguais e uniformes, quando sabidamente são bastante diferentes, provocando injustiças e frustrações.

Nas palavras de SCHMITZ(1990:42):

"...a discriminação social no acesso ao ensino superior é um fenômeno observado em quase todos os países em desenvolvimento, onde o poder econômico desempenha importante papel em todos os setores da atividade humana, inclusive na educação."

Esse estudo pretende mostrar como é praticada a discriminação social da universidade no acesso aos estudos superiores, na perspectiva de que esse quadro possa ser alterado pelo conhecimento das políticas e práticas de acesso adotadas pelos quatro países-membros do Mercosul.

Enfrentar esse desafio significa propor uma nova realidade aos países latino-americanos, com alternativas que possam atenuar a discriminação social dos jovens que aspiram ao ensino superior.

O que, para VELLOSO (1991:25):

"representa um fato novo e a chamada à responsabilidade de todos os segmentos da comunidade universitária, não apenas no que se efere ao processo técnico de selecionar, mas no desafio de enfrentar a questão política desta seleção".

5.2.3 - As Práticas de Acesso ao Ensino Superior

A forma a ser adotada pela universidade para proceder ao ingresso terá que, obrigatoriamente, estar de acordo com a política de acesso, representada pelas diretrizes estabelecidas pelo poder governamental do país referentes ao ingresso nos cursos superiores e expressas em disposições legais.

Isto, por si só, restringe a autonomia das universidades ao "modus operandi" do processo, permitindo que elas apenas utilizem mecanismos que estejam compatíveis com a realidade conjuntural e estrutural do contexto em que está inserida e em decorrência das políticas de acesso vigentes no país.

Portanto, a operacionalização desse processo passa pela concepção de acesso ao ensino superior predominante no país, resultando em acesso livre, acesso por exame diagnosticador, acesso por concurso de seleção ou acesso por concurso classificatório.

O acesso aos estudos superiores, quando não incorpora a questão de "**numerus clausus**", apresenta características de exame de ingresso.

Neste caso, apresenta características de função diagnosticadora, pelo fato de tentar verificar se o indivíduo possui estas ou aquelas habilidades, conhecimentos ou aptidões. Esta função não necessariamente classifica pessoas, pois para o avaliador não importa quantos acertem tudo, muito ou nada.

Cada indivíduo é considerado isoladamente e trata-se de verificar, no seu desempenho, a existência das características a serem diagnosticadas.

Ao analisar o processo de ingresso, SANTOS(1993:43) afirma que:

"O exame diagnóstico fixa critérios mínimos, verificando se o candidato tem ou não aquelas características mínimas.

O concurso não, apenas ordena, de preferência um indivíduo em cada posto, mas na impossibilidade de que isto ocorra efetivamente, acaba por colocar um indivíduo em cada classe que ocupa um posto, daí porque concurso classificatório."

Já na avaliação voltada para o processo classificatório, a preocupação maior é com a discriminação de pessoas, ordenando-as de acordo com o resultado apresentado. Outra do indivíduo, na busca de determinado curso ou área de estudos.

Esta seleção será indireta quando o processo de escolha utilizar, como critério básico, os aspectos de capacidade do aluno que se mostrem redutíveis a provas e outros procedimentos de avaliação a curto prazo.

Por outro lado, a seleção direta acontece pela motivação do candidato em apresentar fatores de capacidade que não possam ser

identificados fora do contexto da universidade, mas sim pelo convívio com as experiências específicas na área de seu interesse.

Outra política de acesso presente em alguns países da América Latina é estabelecida pela íntima relação entre o curso secundário e o ensino superior, em áreas afins, numa legítima integração entre os dois níveis de estudos.

Nesse caso, acontece uma simbiose de integração, credenciando os candidatos ao ingresso aos estudos superiores de forma direta, na qual, de acordo com as condições de absorção da universidade, tornam-se necessários ou não os exames de seleção.

5.2.4 - A Democratização do Acesso

Quanto ao ensino superior, percebe-se, na maioria dos países latino-americanos, poder de força das elites que cultuam a postura medieval de uma pequena casta aculturada e uma população de semi-escravos não educados, o que é incompatível com a realidade econômica e social do mundo de hoje, e se constitui numa ameaça à própria soberania nacional.

Questões de ordem estrutural e conjuntural se tornam visíveis quando se trata de formação de mão-de-obra especializada, com a absorção de tecnologia moderna que requer, inicialmente, a universalização da educação básica e profissionais com formação superior especializada e diversificada em proporções cada vez maiores.

Ao comentar a questão do acesso ao ensino superior, GAUDILLA (1991:75), ressalta que:

"En America Latina la expansión del acceso estuvo, en un primer momento, asociada a proyectos políticos que apoyaban estrategias de democratización educativa, vinculadas estas a concepciones que propugnaban la formación de recursos humanos necesarios para el desarrollo. A su vez el papel del Estado en ese período fue crucial en la creación de oportunidades de empleo, a través de la expansión de sector servicios".

A universidade latino-americana é elitista por tradição, já que somente uma minoria privilegiada economicamente chega a concluir os estudos superiores.

Segundo o Grupo de Trabalho do MEC (1985:07):

"Seria um grave equívoco buscar a democratização do ensino superior pela via do aumento indiscriminado de vagas, da redução ainda maior dos requisitos acadêmicos e da criação de sucedâneos de pior qualidade aos currículos mais exigentes".

Medidas adequadas incluem, basicamente, a criação de modalidades alternativas de estudo para diferentes públicos, o amparo efetivo ao estudante carente e o investimento sistemático na melhor qualificação dos professores do ensino médio.

A democratização do acesso ao ensino superior fez surgir a questão do emprego ou dispensa de seleção. Para uns, a dispensa de seleção é motivada pelo desejo de permitir acesso livre, sem qualquer obstáculo, a todos

os que aspiram, ingressar na universidade, diminuindo o efeito da discriminação social que a sociedade lhe impõe. Já, para outros, é necessário selecionar, porque não se pode tratar como iguais aqueles que naturalmente apresentam diferenças.

Para VAHL (1980:115):

"A rota era seletiva e estrita pela qual se ingressava nas faculdades e universidades. A admissão à universidade era controlada por seleção cuidadosa na escola secundária. Com o aumento da freqüência no ensino médio, as políticas tradicionais de ingresso automático na universidade resultaram em número de matrículas que, em muitos casos, é esmagador."

Há que se considerar, ainda, o fato de que as instituições de ensino superior apresentam limitação do número de vagas, ora em função das necessidades sociais, ora pela capacidade de absorção dos estudantes, ou ainda pela adoção de uma política de recrutamento restrita exatamente aos candidatos mais dotados.

No caso da América Latina, a pressão da demanda social pelo ensino superior, associada ao projeto desenvolvimentista presente nos quatro países no período 60/70, estendendo-se em alguns países à década de 80, permitiu que, de forma gradativa, fossem definidas as políticas de acesso, com características próprias de cada país.

Ao comentar a problemática do ingresso ao ensino superior, BROVETTO (1991:03), afirma que:

"El tema del ingreso a la educación superior y particularmente a la educación universitaria, cuya expansión representa la transformación educativa más importante de los últimos años, es quizá uno de los que más preocupa hoy las autoridades universitarias de nuestros países "Las políticas que al respecto se adoptem, ya a sea través de medidas y acciones explícitas o por su ausencia determina igualmente una política implícita u oculta se relacionan e interrelacionan con otros valores de la institución universitaria de igual o aún mayor jerarquía"

Percebe-se que as políticas de acesso ao ensino superior, além de resultarem de uma postura política do regime vigente no país com relação à educação, incorpora de forma subjacente alguns componentes ideológicos que não são expressos claramente mas que, por serem de domínio apenas da elite orgânica desses países, são exercidos pela clara manipulação dos dirigentes educacionais no propósito de atingir os **"grandes objetivos nacionais"**.

Toda política de ensino superior tem de refletir opções políticas, as tradições e valores de país, a idéia que faz de seu futuro, bem como os valores e finalidades do próprio homem.

Um dos grandes problemas dessa política é precisamente o de conciliar as necessidades técnicas e econômicas da sociedade e as escolhas individuais, o direito aos estudos e às aspirações pessoais

Há que se ter consciência de que uma adequação rigorosa entre essas duas ordens de exigência é praticamente inatingível.

Para Vahl(1980:55):

"O problema do acesso ao ensino superior envolve uma questão política geral da educação seguida em cada país."

Pressupostos dessa natureza subsidiam as autoridades educacionais de cada país na formulação das políticas de ensino superior, que se traduzem na concepção desse ao ensino superior.

Isto quer dizer que, qualquer que seja o índice de desenvolvimento de um país, nenhum sistema de ensino superior atualmente poderia expandir-se indefinidamente, tendo por objetivo a coincidência de oferta com a procura de vagas.

Há limitações de capacidade de absorção, seja da estrutura educacional, seja da sociedade, o que origina o problema do acesso ao ensino superior.

Se não há lugar para todos:

- a) que critérios de admissão devem ser adotados?**
- b) quais princípios devem nortear uma política controlada de expansão do ensino superior?**

No Brasil de hoje, como decorrência de sua política de acesso, o ensino superior só é possível a estudantes que superem os filtros extremamente seletivos do primeiro e do segundo graus.

Os exames vestibulares para as universidades públicas e gratuitas aprovam preferencialmente estudantes oriundos de escolas de segundo grau privadas e caras. Aos demais restam os estabelecimentos privados, pagos, e

freqüentemente de menor qualidade. A questão do vestibular, tanto nas universidades públicas como nas privadas, é hoje um tema que gera em torno de si grandes controvérsias, e alguns problemas estão emergindo da consciência de dirigentes educacionais de que é possível mudar o quadro atual.

E, entre outros aspectos, a busca de autonomia para selecionar os candidatos tem oferecido à universidade a oportunidade de perceber a crescente e preocupante deterioração do ensino de 1º e 2º graus, e, como consequência, o despreparo para o ensino superior.

Situação semelhante acontece na Argentina, quando alguns autores ressaltam a necessidade de adotar critérios mais rígidos para o ingresso aos estudos superiores, com vistas a melhorar a qualidade do ensino ministrado, principalmente nas universidades estatais.

Diante desse quadro, as políticas e práticas de acesso ao ensino superior nos quatro países-membros do Mercosul apresentam-se discriminatórias ou não, de acordo com o processo histórico de cada país, e em função de alguns fatores considerados significativos pelas autoridades educacionais e dirigentes das IES desses países.

Entre outros fatores, este trabalho aborda os seguintes:

- a) Fatores Demográficos;**
- b) Fatores Econômicos;**
- c) Fatores Sociais e Familiares**
- d) Fatores Individuais;**
- e) Fatores Institucionais;**
- f) Necessidades do Mercado de Trabalho.**

5. 2.5 - Fatores que influenciam o Acesso ao Ensino

Superior

- Fatores Demográficos

O grande número de indivíduos em idade universitária tem criado problemas na relação demanda/cursos oferecidos, porque poucos se conformam em concluir apenas o curso secundário, julgando-se dotados para o ensino superior.

Em alguns casos, por não considerar o curso secundário como terminalidade de estudos, o estudante acaba por candidatar-se a qualquer curso, pois o que importa, em última análise, é a obtenção de um diploma de curso superior.

PERKINS, apud Vahl(1980:114), numa análise crítica dos problemas que afetam as universidades do mundo, destaca:

"na crise do número de estudantes, embora a realidade difira de país para país, percebe-se que, em média, o número de universitários matriculados em instituições de ensino superior duplicou na década 1960/70."

Se não houvesse outros problemas, o número de estudantes produziria grandes tensões na maior parte das instituições de educação de muitos países. As causas básicas desse aumento foram geradas pela necessidade de mão-de-obra qualificada ou mesmo semiquificada, na moderna sociedade tecnológica.

A maioria dos países democratizou a educação secundária. Em muitos deles, a admissão essencialmente controlada pela seleção natural na escola secundária era a única forma pela qual se ingressava no curso superior.

Contudo, com o aumento do contingente na escola secundária, as políticas de ingresso automático na universidade resultaram em aumento considerável de candidatos.

O fato é que enquanto a escola secundária amplia suas vagas de forma significativa, o mesmo não acontece com o ensino superior, uma vez que a educação superior continua a ser planejada ao longo das linhas tradicionais e padrões profissionais de alta seletividade.

Na América Latina, a tendência do crescimento constante da matrícula no ensino superior se deve a questões conjunturais do poder político, relacionadas ao regime de governo e à pressão da demanda reprimida, resultando em políticas de ação voltadas para o projeto desenvolvimentista pelo qual passaram esses países, notadamente no período de 1960 1980

Os quadros a seguir indicam a posição dos países do Mercosul no que se refere ao crescimento da matrícula de 1960 a 1990.

QUADRO V

Número de Alunos Matriculados e a Taxa de Crescimento na Região do Mercosul de 1960 a 1990.

DISCRIM. Países	Alunos Matriculados (1000)			Taxas de Crescimento		
	60/70	70/80	80/90	60/70	70/80	80/90
Brasil	96.7	430.5	1540.0	10.3	22.2	27.9
Argentina	173.9	274.6	664.2	7.2	2.2	41.3
Paraguai	3.4	8.1	30.2	11.7	6.5	26.8
Uruguai	15.4	19.6	63.7	4.2	0.7	30.7

Fonte: 01. Asociación Colombiana de Universidades.

02. Revista Mercosul. Brasília, março/1993.

O Brasil apresenta um acentuado crescimento na década de 70, representado pelo "boom" da criação dos estabelecimentos tiolados, e um certo equilíbrio na década de 80/90.

Por sua vez, a Argentina aponta aumento considerável de matrículas na década de 80/90, resultado da implantação do acesso livre nas universidades públicas.

O crescimento das matrículas no Uruguai se deve à implantação da universidade privada em 1986.

No Paraguai o crescimento é resultado da criação de algumas IES privadas e da interiorização do ensino superior.

Relação dos estudantes de nível superior por 1000 habitantes na região do Mercosul de 1960 a 1990.

QUADRO VI

PAÍSES	População (1000)		Matrícula		Relação Estudantes por 1000 hab.	
	1960	1990	1960	1990	1960	1990
Brasil	70.600	150.000	95.962	1540.080	1.4	9.7
Argentina	20.956	31.958	166.300	664.200	7.9	4.8
Paraguai	2.146	4.007	22.500	30.222	8.5	1.3
Uruguai	2.827	2.981	21.080	63.734	7.5	4.6

Fonte: 01. Boletim Econômico da América Latina

02. Revista Mercosul. Brasília, março/1993.

O Brasil ocupa a liderança nesta relação, o que se deve em grande parte ao surgimento de novas IES na década 60/70. A Argentina e o Uruguai mantêm certo equilíbrio com ligeiro descréscimo na década de 90. O Paraguai apresenta um baixo índice nesta relação, principalmente porque as duas universidades da Capital, Asunción, detêm cerca de 95% dos universitários paraguaios.

- Fatores Econômicos

Esses fatores são importantes porque afetam a decisão formal do indivíduo e a decisão da sociedade em sustentar a oferta da educação superior.

RUIZ(1992:02) enfatiza que:

"El individuo que desea matricularse en un centro superior deben decidir aceptar todos estos costes si se cumplen requisitos que los beneficios esperados sean superiores a los costes y que su situacion economica personal (generalmente la familiar) le permita asumirlos."

Sin embargo, la valoración de los beneficios es compleja: es el resultado personal de todo conjunto de consideraciones em torno a los beneficios monetarios futuros, al prestigio que proporcionam los estudios, asi como al conjunto de beneficios no monetarios que cabe esperar de la adquisición de educación."

Por outro lado, o aluno somente assume os custos da formação superior se reúne possibilidades econômicas de fazê-lo.

Todos esses fatores econômicos que constituem os elementos fundamentais que serão levados em consideração na relação custo/benefício da educação superior, se transformam em problemas de grande magnitude na questão da demanda do saber.

Na conjuntura econômica, no que se refere às políticas educacionais, há outros fatores que devem ser levados em consideração, tais como:

- a) renda per capita;**
- b) gastos públicos em educação;**
- c) níveis de salários;**
- d) taxas de desemprego;**
- e) taxas de retorno;**
- f) ajuda aos estudantes.**

- Fatores Sociais e Familiares

Entre os fatores familiares a considerar destacam-se:

- a) nível de educação dos pais;**

b) tipo de atividade dos pais e, ainda em alguns casos, o número de irmãos.

Parece evidente que o nível educacional e ocupacional da família, através da transmissão de valores a seus filhos, contribuem para maior ou menor existência de ambiente cultural, o que pode ser fundamental para o estímulo à continuidade de estudos.

Neste caso para GOUVEIA, apud Vahl(1980:65):

“a triagem se faz em grande parte no ensino médio, onde se verifica a nítida associação entre a origem sócio-econômica do indivíduo e a escola que frequenta.”

Problema que, na visão de MENEZES NETO(1983:):

“o problema reside na desigualdade perante a seleção, isto é, o problema de partida. Quem saiu atrasado, chega atrasado ou não chega nunca. Em uma família de classe média, a criança cresce e torna-se adolescente sob algum estímulo intelectual, o que não vamos encontrar na família pobre. Há livros em casa, uma pequena biblioteca, lêem-se jornais, e o nível de preocupação em casa é diferente.”

Quem saiu atrasado porque não usufruiu de um clima favorável, certamente chegará atrasado ao processo de seleção e transformará essa dificuldade num obstáculo.

Daí, é necessário fazer a seguinte reflexão:

a) É possível equacionar um problema que é da estrutura social de distribuição de renda na porta da universidade?

b) Será que cabe à universidade solucionar uma questão que é essencialmente de natureza estrutural?

Sem querer superestimar ou subestimar o papel da universidade, acredita-se que o caminho não é este, visto que ela faz parte do subsistema educacional que na maioria dos países da América do Sul não tem sido prioridade dos órgãos governamentais, limitando suas ações à realidade contextual.

Entre outros aspectos, para RUIZ (1992:05):

"En el ambito social hay que considerar los factores que valoran las influencias del medio sobre el individuo y que condicionan sus actitudes respecto al estudio: nivel educativo entorno, origen rural o urbano, religión, idioma familiar, etc."

- Fatores Individuais

Três fatores pessoais parecem relevantes para estimular o acesso aos estudos superiores: a capacidade intelectual, o rendimento acadêmico e as atitudes psicológicas que motivam o estudante a seguir seus estudos.

É possível que a auto-seleção, como resultado do conceito que faz sobre si mesmo, seja causa relevante na busca do ensino superior. De qualquer forma, parece importante a avaliação que o indivíduo faz dos benefícios monetários e não monetários que espera receber no futuro como consequência de sua formação superior.

Neste caso, lembra VASCONCELLOS(1980:05):

“...que o único bem que a Nação não tem condições de desperdiçar é o talento de seus filhos; urge, portanto, selecionar, o que significa separar em grupos os mais capazes, afastando-os dos demais, para melhor permitir a divisão de recursos.”

- Fatores Institucionais

São aqueles que caracterizam as condições contextuais de cada instituição de ensino superior.

Algumas características dessas instituições devem ser levadas em consideração:

- a) nível de qualidade da instituição e de seus cursos;
- b) nível de prestígio dos cursos, dos docentes, inclusive a tradição da instituição;
- c) fatores ambientais, tais como: localização geográfica, tamanho da instituição, condições físicas de absorção etc.;
- d) relação custo/aluno na perspectiva de repasse desses custos aos alunos;
- e) oferta de cursos de acordo com as condições contextuais da instituição.

- Necessidades do Mercado de Trabalho

A tarefa de formação de estudantes para determinadas profissões técnicas e acadêmicas era reservada à universidade desde o século passado. Mas esta formação profissional diferenciou-se cada vez mais, tanto pela sua natureza, como pelo seu conteúdo.

De maneira endógena, tal formação também desencadeou pontos de conflito com a formação da pesquisa e, de maneira extrínseca, apresenta o descompasso entre a oferta e a procura de profissionais no mercado de trabalho. Se tomarmos o desenvolvimento do ensino superior no mundo, neste século, pode-se dizer que, de um lado, representou a procura de resposta às demandas e às exigências impostas pela dinâmica e pela transformação social; de outro, foi fonte de ações importantes que marcaram o próprio processo social, político, econômico etc.

Entre outros aspectos, a função do ensino superior inclui, segundo NEVES(1993):

- a) produção de contingentes profissionais e qualificação de recursos humanos de alto nível;*
- b) recurso de ampliação de oportunidades de mobilidade e ascensão social;*
- c) suporte e estímulo de reprodução do cartorialismo do mercado de profissionais;*
- d) base de operações de categorias profissionalizadas vinculadas ao ensino e à pesquisa.*

No que se refere às necessidades do mercado de trabalho, para DUARTE (1990:43), o enfoque no planejamento da educação deve pressupor:

- a) A tentativa de calcular a demanda educacional exigida, a partir de projeções das tendências de crescimento econômico.*
- b) O enfoque mão-de-obra parte do pressuposto de que o objetivo é fazer coincidir a oferta de pessoal habilitado com a demanda presumida.*
- c) O propósito é fazer a previsão das necessidades do mercado de trabalho e transformar estas exigências de mão-de-obra em exigências educacionais.*

d) *O enfoque "necessidades do mercado de trabalho", leva em conta a demanda estimada de mão-de obra, a partir de uma série de fatores, tais como o alvo a ser alcançado pela renda nacional (PNB) e a taxa média de produtividade do trabalho."*

Uma crítica ao enfoque da mão-de-obra reside nas dificuldades de se deduzirem necessidades de mão-de-obra unicamente a partir de projeções do produto nacional bruto. Alguns autores enfatizam que o PNB não indica, em particular, que no setor de subsistência da economia há milhões de pequenos agricultores e pecuaristas que constituem a massa da população, junto aos quais são necessários maiores esforços de desenvolvimento.

Este enfoque, segundo DUARTE (1990):

"atribui um excesso de confiança na habilidade do economista em projetar o PNB por setor, como também o crescimento da produtividade e do emprego."

Para algumas ocupações, por exemplo, as exigências estão intimamente relacionadas com variáveis que não sejam o produto e a produtividade, podendo ser independentemente estimadas. O exemplo mais evidente é o caso dos professores, cujo quantitativo pode ser relacionado com a projeção da população escolarizável. As exigências de médicos e outros grupos de profissionais podem ser estimadas da mesma maneira, pela projeção da população a ser atendida.

Neste aspecto, convém enfatizar que, nos países em desenvolvimento, o maior empregador de pessoal qualificado é geralmente o

governo, e que políticas sociais de longo prazo e os recursos para viabilizá-los não podem advir necessariamente das projeções do PNB.

Um dos problemas mais importantes de planejamento educacional baseado no enfoque da mão-de-obra é o Projeto Regional do Mediterrâneo, iniciado através de acordos bilaterais entre a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) e os governos de seis países do sul da Europa Grécia, Itália, Portugal, Espanha, Turquia e da antiga Iugoslávia).

O método utilizado foi o de ação em etapas, a partir de uma projeção inicial de um desejado PND, num determinado ano, no futuro, de acordo com um plano econômico previamente elaborado, visando fornecer mão-de-obra qualificada, necessária para atingir esse PND no ano previsto.

No caso dos países que integram o Mercosul, o intercâmbio de informações voltadas para este enfoque está acontecendo através de programas específicos, que estão sendo desenvolvidos pelas comissões dos subgrupos de trabalho. Basicamente o que é necessário é congregar o maior número de informações possíveis sobre mercado de trabalho para profissionais de nível superior, na área de abrangência.

Devem, portanto, ser encontradas respostas para questões como:

- a) Qual a disponibilidade de mão-de-obra existente, em nível de educação superior?
- b) Qual a idade, nível de capacidade e outras características relevantes de mão-de-obra?

- c) Quais as exigências de mão-de-obra de alto nível nas diversas ocupações e indústrias ?
- d) Que mudanças poderiam ocorrer com relação a essas exigências, no futuro próximo, em resposta à implantação do Projeto Mercosul, a partir de janeiro de 1995 ?
- e) Que mudanças poderiam ocorrer, como resposta às transformações tecnológicas e às exigências dos planos de desenvolvimento econômico dos países-membros ?
- f) Quais as instituições de ensino superior disponíveis para a formação de mão-de-obra qualificada e qual o grau de aproveitamento dessas instituições ?
- g) Esse treinamento está realmente produzindo a necessária mão-de-obra de alto nível, para os setores da agricultura, indústria e serviços, como também habilitações necessárias ao planejamento econômico ?

Para que as informações obtidas possam corresponder ao desenvolvimento econômico específico de cada área de estudos, segundo DUARTE(1990:43), elas devem ser organizadas de acordo com os dados estatísticos disponíveis, caso existam, e incluir geralmente todos ou alguns dos seguintes elementos:

- a) população atual e projetada, mais a força de trabalho, com base nas principais características pessoais, (levando-se em conta geralmente os dados do último censo);*
- b) projetos de emprego de futuros profissionais da área de saúde, por indústria e por grupos ocupacionais predominantes;*
- c) distribuição de empregos de profissionais de alto nível, por ocupação, principalmente os do setor industrial, mais sensível ao desenvolvimento econômico;*
- d) suposta formação de profissionais de nível superior e instituições de treinamento;*
- e) informações contínuas sobre as atividades atuais nas áreas mais importantes do mercado de trabalho, inclusive mudanças da economia, empregos, desenvolvimento profissional etc.*

Provavelmente as informações exigidas para o planejamento do ensino superior, sob o enfoque das necessidades de mercado de trabalho, nas universidades dos países-membros do Mercosul, poderão ser sistematizadas a partir de programas baseados em alguns objetivos sociais do desenvolvimento econômico, numa perspectiva de serviços importantes a serem providos no futuro, tal como melhor assistência nas áreas de ensino e da saúde.

Estes serão então transformados em exigências de mão-de-bra, avaliando-se a quantidade de profissionais com qualificação superior disponíveis e a necessidade emergente.

O que vale dizer que cabe à universidade estar municiada de informações que lhe permita conhecer a macro-realidade da área de abrangência do Mercosul.

A partir daí, deve direcionar seus esforços no sentido de oferecer à sociedade, os profissionais que ela precisa, nos mais variados campos de atividade.

Nesta perspectiva, o projeto pedagógico das IES dos países que integram o Mercosul, estarão identificados com o processo de integração universitária que se avizinha.

III - METODOLOGIA

6. TEMA E PROBLEMA

O acesso ao ensino superior, como parte integrante do ambiente universitário, incorpora questões as mais diversas, as quais interferem no cotidiano da universidade, justamente porque através dele, de maneira formal, o estudante ingressa nos estudos superiores.

Na América Latina, a tendência do crescimento constante da matrícula no ensino superior se deve à questões conjunturais do poder político, relacionadas ao regime de governo e à pressão da demanda reprimida resultando em políticas de ação voltadas para o projeto desenvolvimentista por que passou o continente, mais notadamente no período de 1960-1980.

Para GAUDILLA (1980:72):

"na década de 70/80, a América Latina alcançou o acesso de massas ao ensino superior com características próprias de cada país, identificadas com a realidade específica e com o momento histórico desses países que resultaram em políticas de acesso diferenciadas, mas que apresentam aspectos comuns que devem ser considerados no processo de integração".

Esta dissertação estuda em que termos as políticas de acesso refletem a concepção que as autoridades educacionais têm do ensino superior na região do Mercosul.

De acordo com essa perspectiva de estudo, foi elaborado o seguinte problema de pesquisa para orientar o trabalho:

"QUE FATORES INTERFEREM OU INTERFERIRAM NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR ADOTADAS PELAS UNIVERSIDADES DO BRASIL, ARGENTINA, PARAGUAI E URUGUAI E SUA INFLUÊNCIA PARA O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA DESSES PAÍSES?"

6.1 - Questões de Pesquisa

- 01.** Quais os aspectos comuns nas políticas e práticas de acesso ao ensino superior nas universidades dos quatro países do Mercosul?
- 02.** Que fatores interferiram ou interferem na definição das políticas de acesso ao ensino superior nesses países?
- 03.** Qual a concepção de acesso ao ensino superior predominante nos países do Mercosul?
- 04.** O acesso ao ensino superior faz parte do conjunto de propostas do processo de integração universitária no Mercosul?

6.2 - Definição de Termos e Variáveis

6.2.1 - Definição de Termos

- a) Integração Latino-Americana:** O projeto de integração lato-sensu entre os países do Mercosul.

- b) **Integração Universitária:** O processo de integração das universidades através de projetos específicos.
- c) **Relação Numerus Clausus:** A determinação do número de vagas oferecidas para os respectivos cursos nos concursos de seleção, classificação ou em cursos de nivelamento.
- d) **Concurso de Seleção:** Provas realizadas em que o estudante deverá obter média mínima para ter o ingresso no curso pretendido.
- e) **Concurso Classificatório:** Provas realizadas em que a absorção do candidato se dá pela classificação em ordem decrescente até o limite de vagas oferecidas.
- f) **Curso de Nivelamento:** Atividades realizadas nas primeiras fases de cada curso para efeito de seleção ou de melhoria do acompanhamento do estudante no curso desejado.
- g) **Formas Alternativas:** Propostas colocadas em execução pelas IES para democratizar o acesso na busca de compatibilização às condições contextuais.
- h) **Perspectiva de Mudança:** A percepção dos dirigentes das IES em visualizar propostas alternativas de mudança nas políticas de acesso.
- i) **Comunidade Acadêmica:** Setores ou segmentos das Instituições de Ensino Superior que estão envolvidos no seu cotidiano.

- j) **Instituições de Ensino Superior(IES):** As Instituições que ministram o ensino superior, seja ela uma universidade, faculdade, fundação educacional ou estabelecimento isolado;
- l) **Acesso:** O ingresso dos estudantes no ensino superior, conforme os trâmites formais de cada Instituição;
- m) **Autoridades Educacionais:** Pessoas que exercem função pública em órgãos de decisão, relativos ao ensino superior.
- n) **Dirigentes das IES:** Os dirigentes das Instituições de Ensino Superior, de maneira geral.

6.2.2 - Definição Constitutiva de Variáveis

- a) **Fatores:** Aspectos que condicionam a definição das políticas, tais como: contingente populacional, demanda reprimida, política educacional do país, recursos humanos e físicos das IES, vontade política das autoridades educacionais e dos dirigentes das IES.
- b) **Políticas de Acesso:** Diretrizes estabelecidas pelo poder governamental do país referentes ao ingresso nos cursos superiores e expressas em legislação específica.
- d) **Práticas de Acesso:** Procedimentos adotados pelas IES para o ingresso dos estudantes, em decorrência das políticas de acesso vigentes.

- e) **Concepção de Acesso:** Pressupostos filosóficos que norteiam a formulação das políticas de acesso.
- f) **Aspectos Comuns:** Características semelhantes das políticas de acesso adotadas pelos países e procedimentos similares colocados em prática pelas IES.
- g) **Concepção predominante:** Pressupostos predominantes na definição das políticas de acesso.
- h) **Questões de Acesso:** A percepção das autoridades educacionais e dos dirigentes das IES na superação do "status quo" das políticas e práticas de acesso vigentes.

6.2.3 - Operacionalização de Variáveis

- a) **Fatores:** Foram identificados através da análise documental e da análise de conteúdo dos questionários respondidos.
- b) **Políticas de Acesso:** Identificadas pelo estudo exploratório da legislação pertinente em cada país.
- c) **Práticas:** Foram detectadas pela análise documental relativa aos procedimentos adotados pelas IES para o ingresso dos estudantes.
- d) **Concepção:** Foi identificada pelo estudo exploratório dos pressupostos filosóficos que norteiam as políticas de acesso.
- e) **Aspectos Comuns:** Foram encontrados pelo estudo comparativo das políticas de acesso nos quatro países e pela identificação da similaridade das práticas adotadas pelas IES.

- f) **Concepção predominante:** Uma vez identificados os aspectos comuns das políticas e práticas relativas ao acesso, foram detectados os aspectos predominantes pela triangulação de dados.
- g) **Questões de Acesso:** Através da análise documental e da análise de conteúdo dos questionários, foram identificadas as propostas alternativas de acesso e o grau de percepção da relação dessas propostas com o processo de integração universitária.

6.3 - Delimitação da Pesquisa

6.3.1 - População e Amostra

A pesquisa foi realizada através da análise de legislação, bibliografia e textos específicos que tratam do acesso ao ensino superior e ao projeto de integração universitária dos quatro países-membros do Mercosul.

Constituem a população deste trabalho as autoridades educacionais, os dirigentes das IES e os segmentos que compõem a comunidade universitária das universidades dos quatro países-membros do Projeto Mercosul.

Considerou-se satisfatória, para o trabalho de pesquisa, a amostra obtida em (dez) das universidades que constituem a população, através de escolha dirigida, dentro dos seguintes critérios:

- a) Proximidade geográfica da universidade a ser pesquisada, com a os campi da UNOESC;**
- b) universidades que estão envolvidas nos eventos realizados voltados para a questão do Mercosul;**
- c) universidades em que já havia sido estabelecido algum contato preliminar, com o objetivo de facilitar a coleta de dados;**
- d) universidades que mantêm projetos de aproximação com instituições similares na área de abrangência do Mercosul;**
- e) entidade que realiza o processo de ingresso dos estudantes, caso específico da ACAFE.**

As universidades que constituem a amostra são as seguintes:

- a) No Brasil - Universidade de Brasília - UnB,
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC,
Universidade do Oeste de Santa Catarina -
UNOESC e Universidade de São Paulo - USP.**
- b) Na Argentina - Universidad Nacional de
Misiones(Posadas) e Universidad Catolica de la
Plata.**
- c) No Paraguai - Universidad Nacional de Asunción e
Universidad Catolica Nuestra Señora de la
Asunción.**

d) No Uruguai - Universidad Mayor de la República e Universidad Católica Antonio Damaso Larrañaga.

A pesquisa foi realizada junto a representantes de cinco segmentos de cada IES, através de questionários que foram encaminhados para:

- I. Responsável pelo processo de ingresso.
- 02.** Dirigente do Escritório de Assuntos Internacionais ou órgão similar.
- 03.** Pró-Reitor de Ensino .
- 04.** Representante Docente .
- 05.** Representante Discente.

Além das universidades citadas, ainda fez parte da amostra a Associação Catarinense das Fundações Educacionais-ACAFE, pelo fato de ser a entidade que realiza o concurso vestibular para as universidades recém-criadas e as fundações educacionais de Santa Catarina.

Os dados da ACADE foram obtidos através de entrevista com o Secretário Executivo da entidade que acumula a função de Presidente da Comissão Executiva do Vestibular da ACADE.

6.3.2 - Caracterização e Perspectiva da Pesquisa

O método de investigação que caracterizou este projeto foi o estudo de caso comparativo, com o delineamento de estudo exploratório que investigou as características das políticas e práticas de acesso vigentes nos 04 países do Mercosul.

6.3.3 - Coleta de Dados

Os dados foram coletados junto a fontes primárias através de questionários encaminhados aos elementos indicados na amostra e pelo uso eventual de entrevistas abertas.

As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas com dirigentes, professores e alunos das universidades da amostra, quando da visita a essas instituições de ensino superior, ou pela participação em eventos voltados para a integração no Mercosul.

Por sua vez, os dados secundários foram obtidos pela análise de legislação, bibliografia e textos específicos.

6.3.4 - Tratamento dos Dados

Foi utilizada a análise documental e a análise de conteúdo, além da técnica de triangulação de dados para dar maior precisão ao trabalho.

A análise documental, segundo DE BRUYNE et alii.(1977:215),

"permite ao pesquisador dispor de instrumentos não reativos para a investigação de fontes secundárias de que dispõe".

Entretanto, para BALLAL apud CARVALHO(1991:59),

"é a análise de conteúdo que fornece elementos capazes de gerar um processo de desmascaramento da palavra, numa busca da verdade que se esconde atrás dela, uma denúncia do não dito".

Da mesma forma foi utilizada a técnica de triangulação, porque segundo TRIVINOS (1982:196):

"esta permite um cotejo das informações oriundas de fontes diversas, através do processo de retroalimentação constante entre a coleta e análise de dados."

IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a coleta de dados através dos questionários e entrevistas trazem subsídios que visam responder às questões de pesquisa do presente trabalho, com vistas a constatar se as políticas e práticas de acesso ao ensino superior como instrumento do processo de integração universitária.

Para tanto os dados estão sendo apresentados e analisados seguindo a mesma ordem de formulação das questões de pesquisa.

7. ASPECTOS COMUNS DAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL

Na América Latina, a pressão da demanda social pelo ensino superior associada ao projeto desenvolvimentista presente nos quatro países no período 60/70, estendendo-se em alguns países até a década de 80, permitiu que, de forma gradativa, fossem sendo definidas as políticas de acesso, com características próprias de cada país.

BROVETTO (1991:03), ao comentar a problemática do ingresso no ensino superior afirma que:

"El tema del ingreso a la educación superior y particularmente a la educación universitaria, cuya expansión representa la transformación educativa

más importante de los últimos años, es quizá uno de los que más preocupa hoy las autoridades universitarias de nuestros países.

Las políticas que al respecto se adoptem, ya a sea través de medidas y acciones explícitas o por su ausencia lo que determina igualmente una política implícita y oculta se relacionan e interatúan com otros valores de la institución universitaria de igual o aún mayor jerarquia"

Percebe-se que as políticas de acesso ao ensino superior, além de resultarem de uma postura política do regime vigente no país com relação à educação, incorpora de forma subjacente alguns componentes ideológicos que não são expressos claramente, mas que, por serem de domínio apenas da elite orgânica desses países, são exercidos pela manipulação clara dos dirigentes educacionais no propósito de atingir os **"grandes objetivos nacionais"**.

Pressupostos desta natureza subsidiam as autoridades educacionais de cada país na formulação das políticas de ensino superior e que se traduzem na concepção de acesso ao ensino superior.

Qualquer que seja o índice de desenvolvimento de um país, nenhum sistema de ensino superior atualmente poderia expandir-se indefinidamente, tendo por objetivo a coincidência de oferta com a procura de vagas.

Conclui-se que cada país, ao elaborar suas políticas de educação, reflete, num sentido mais amplo, a percepção da realidade sócio-política e econômica sob a ótica do processo educacional que se quer vivenciar naquele país.

E, precisamente, porisso há que se identificar as similaridades e diferenças nas políticas e práticas de acesso, para que se tenha noção do contexto cultural dos países-membros com relação ao processo de integração universitária, o que se faz, a partir da apresentação dessas questões, como resultado da análise bibliográfica e documental.

7.1- O Acesso ao Ensino Superior no Uruguai

O Uruguai conta, atualmente, com cerca de 64.000 universitários distribuídos entre a Universidad de la República e a Universidad Católica Antonio Damaso Larrañaga, na proporção de 4,6% de sua população, com cerca de 3 milhões de habitantes.

Até meados de 1985, o Uruguai contava apenas com a universidade estatal e, em razão da criação da universidade privada, em 1986, registra um crescimento significativo na população universitária.

A política de acesso aos estudos superiores no Uruguai se caracteriza por sua concepção de ingresso livre, mas restrito, caracterizado pela exigência de afinidade entre o curso secundário concluído e o curso superior pretendido pelo estudante.

Para orientar os estudantes que buscam o ensino superior, o Ministério da Educação e Cultura do Uruguai elaborou e divulga anualmente "O Guia de Formación Profesional da Universidad de la República", que traz detalhadamente todas as exigências a que os candidatos devem submeter-se.

A seguir são destacadas algumas exigências que fazem parte desse documento:

ESCUELA DE ADMINISTRACION

Título que otorga:

TECNICO EN ADMINISTRACION PUBLICA
TECNICO EN ADMINISTRACION DE EMPRESAS

Actividad profesional:

Son técnicos de nivel medio, para actuar en empresas privadas y públicas y en el propio sector público, en tareas de organización, planificación, gestión y evaluación de acuerdo a las directivas y orientaciones de los niveles superiores.

Local de estudios:

Gonzalo Ramírez 1926, ex Hospital Pedro Visca.

Requisitos de ingreso:

- Cualquier preparatorio.
- UTU, Bachillerato Técnico en Administración.
- Maestro.

Duración de la carrera:

Dos semestres básicos y cuatro semestres diferenciales.

Principales áreas de estudio:

Administración, en especial organización y métodos, técnicas de oficina, relaciones humanas, administración de personal, relaciones públicas y práctica de racionalización. Contabilidad, Derecho, Economía y Finanzas Públicas.

FACULTAD DE AGRONOMIA

Título que otorga:

INGENIERO AGRONOMO

Actividad profesional:

La Enseñanza de la ingeniería agronomica tiene por finalidad formar profesionales con capacidad científica, técnica y un sentido crítico que le permite incidir positivamente en la problemática agropecuaria. Capacita para la planificación y ejecución de planes de desarrollo regionales, así como para el manejo de establecimientos agropecuarios.

Local de estudios:

Facultad de Agronomía, Avda. Garzón 780. Tel. 397191/94. Regional Norte, Salto, Curso Piloto para 1er. y 2º año.

Requisitos de ingreso:

Bachillerato Diversificado, Orientación Biológica, Opción Agronomía Plan 1976, Preparatorio de Agronomía (Plan 1941) o Área Ciencias Biológicas (Plan Piloto 1963).

Duración de la carrera: 5 años

El estudiante puede optar por las siguientes orientaciones: Agrícola-Ganadera, Granjera o Forestal.

—La Orientación Agrícola-Ganadera se realiza en régimen de internado durante todo el 4º año en la Estación Experimental de Paysandú.

Por sua vez folders e material informativo da Universidade Católica Antonio Damaso Larrañaga - UCADL trazem as exigências a que devem submeter-se os candidatos que pretendem ingressar nessa instituição privada.

Licenciatura
Para egresados del
Instituto de Profesores Artigas
y del
Instituto de Filosofía, Ciencias y Letras

Facultad de Ciencias Empresariales
Instituto de Negocios
Internacionales e Integración

Requisitos

- Ser empresario o empleado en una empresa, egresado o estudiante de Ciencias Económicas o Empresariales, Derecho, Relaciones Internacionales, o tener una experiencia válida en el área.

Presentar en Secretaría General:

- Certificado de estudios (segundo ciclo completo)
- Cédula de Identidad
- Carné de salud vigente
- Credencial Cívica
- Cuatro fotos

El candidato será entrevistado a efectos de evaluar:

- Los conocimientos básicos sobre el tema
- El interés y las razones para hacerla carrera
- La capacidad creativa, crítica, relacionadora y transformadora
- Las experiencias de estudio o trabajo en el área del Comercio Internacional y la Integración

Requisitos

1. Requisitos de admisión

- a) Título de egresado del Instituto de Profesores Artigas.
- b) Título de egresado del Instituto de Filosofía, Ciencias y Letras.
- c) No hay requisitos de admisión para los interesados en realizar cursos puntuales sin opción a obtener título.

RELACIONES

LABORALES

Requisitos

Son requisitos para el ingreso a la carrera de Relaciones Laborales haber finalizado el segundo ciclo de Enseñanza Secundaria, el bachillerato técnico en Administración de la Universidad del Trabajo o poseer el título de maestro. Los interesados que, sin reunir las condiciones anteriores justifiquen, a juicio de un jurado de admisión, su sólida experiencia y conocimiento en el campo de las relaciones laborales.

Pelo que se percebe, as exigências básicas para o ingresso aos estudos superiores estão pautadas no seguinte:

- a) *Bachirellato Diversificado: Conclusão do Curso Secundário em área específica ao curso superior pretendido;*
- b) *Bachirelatto Completo: Conclusão do Curso Secundário completo, independentemente da área, mas neste caso inserem-se outras exigências do Plan Piloto;*
- c) *Título de Maestro: Conclusão do Secundário na área de educação;*
- d) *Bachirellato Técnico: Conclusão do Curso Secundário em Area Técnico-Profissional;*
- e) *Preparatório Específico: Curso Introdutório exigido em algumas áreas.*

Portanto, basta aos estudantes que concluem o ensino secundário efetuarem sua inscrição no curso superior desejado, de acordo com a afinidade, tendo o seu ingresso automático, sem qualquer tipo de seleção para ingresso.

Vale ressaltar que entre os países-membros do Mercosul não se adota política de acesso similar, haja vista não se encontrar nos demais países, o acesso como resultado de uma simbiose entre o ensino secundário e o ensino superior.

Contudo, observador atento da realidade universitária, o professor Jorge Ares Pons (1992:02) ressalta:

"La imposibilidad de escoger otras opciones terciarias-por-inexistentes, el prestigio social asociado a la condición de estudiante universitario, la búsqueda de alguna forma productiva de utilizar el tiempo disponible ante las dificultades de inserción en el mercado laboral, o de determinadas ventajas materiales asociadas a la condición de estudiante, son otras tantas motivaciones de peso para el ingreso en el universidad."

Por sua vez, segundo depoimento de dirigentes das duas universidades, **“cerca de 30 % dos alunos que ingressam nos cursos da Universidad de la República acabam por desistir ou são reprovados na maioria das disciplinas, sendo uma forma natural de seleção, mas dentro já dentro da universidade.”**

Essa afirmação corrobora palavras de VALNIR CHAGAS, apud SANTOS (1988:44),

"É necessário adiar a opção do aluno, a fim de que ela se faça já no contexto da universidade e sob aconselhamento adequado."

7.2 - O Acesso ao Ensino Superior no Paraguai

Este país conta com cerca de 30.200 universitários, representando 1,3% de sua população de 4 milhões de habitantes, distribuídos entre as 06 instituições de ensino superior daquele país, com predominância da Universidad Nacional de Asunción e Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, as quais, juntas, absorvem cerca de 95% dos estudantes universitários no Paraguai.

No Paraguai, a partir da mudança de regime político-administrativo no país, o ensino superior expandiu-se a outras regiões, o que está acontecendo através da implantação de outros campi, por iniciativa dos dirigentes das duas maiores universidades paraguaias.

De acordo com sua Carta Orgânica, a Universidad Nacional de Asunción faz as seguintes exigências para o ingresso em seus cursos:

- a) *Haber concluido el ciclo de la enseñanza media y obtenido el certificado de estudio visado por el Ministerio de Educación y cultura.*
- b) *Cumplir las demás condiciones que establezcan los reglamentos de las respectivas Facultades, con aprobación del Consejo Superior Universitario.*
- c) *Las pruebas evaluativas de ingreso, deberán realizar-se antes del inicio del curso lectivo.*

As provas avaliativas a que se refere o documento constituem-se, no concurso de seleção para ingresso, em que se estabelece como critério de aprovação a nota mínima 5,0, em todas as disciplinas objeto dos exames.

O conjunto de disciplinas e seu conteúdo, é organizado de forma diversificada, atendendo a área de estudos a que pertence o curso pretendido pelo candidato.

Na Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, o seu estatuto estabelece as seguintes condições para o ingresso:

- a) *El título de Bachiller y otro equivalente;*
- b) *Solicitar la admisión al Director del Curso Probatorio de Ingreso. Esta solicitud implica el compromiso de conocer, aceptar y respetar los Estatutos y Reglamentos de la Universidad así como las disposiciones emanadas de las autoridades universitarias.*
- c) *Satisfacer un Curso Probatorio de Ingreso, de carácter eliminatorio que comprenderá un ciclo de información general y otro de aprobación de las asignaturas consideradas básicas correspondientes al primer curso de cada facultad.*

Portanto, nessa universidade católica, o curso probatório, com a duração mínima de 01 (um) ano, é obrigatório para todos os estudantes que pretendem ingressar na universidade e tem as seguintes finalidades e objetivos:

- a) Selecionar pessoas aptas para freqüentar o ensino superior, segundo sua capacidade intelectual e psicológica.*
- b) Dotar os alunos de instrumentos intelectuais básicos necessários para seguir os estudos superiores.*
- c) Iniciar gradualmente os alunos no estudo de matérias profissionais, numa visão crítica da fé cristã.*
- d) Criar hábitos de reflexão crítica e de valorização pessoal por meio de levantamento de problemas da realidade do mundo, do homem, da sociedade e de Deus.*
- e) Permitir o acesso a um número crescente de pessoas ao ensino superior.*
- f) Dar orientação vocacional e profissional para que o aluno possa avaliar adequadamente sua opção profissional.*

Para o aluno obter aprovação no curso probatório, deverá obter média final igual ou superior a 5,0, em cada uma das disciplinas constantes da grade curricular do curso.

A estrutura curricular do curso probatório é composta de disciplinas específicas de cada área de estudos ou cursos oferecidos pela universidade.

Uma vez aprovado no curso probatório, o estudante estará apto a solicitar o seu ingresso nos cursos da universidade privada paraguaia, não havendo limite de vagas, porque o critério utilizado é o da média mínima 5,0 em todas as disciplinas.

7.3 - O Acesso ao Ensino Superior na Argentina

A Argentina apresenta atualmente cerca de 52 instituições de ensino superior, contando em torno de 664.200 estudantes na proporção de 4,8% de sua população que gira em torno de 32 milhões de habitantes. MERCOSUL (1993:44).

Pelos dados apresentados, percebe-se que a Argentina apresenta um acentuado índice de estudantes universitários, nas 52 instituições de ensino superior do país, comparando-se ao contingente populacional, o que, segundo alguns autores, é o resultado da política de acesso livre e irrestrito adotada a partir da década de 80.

Há duas políticas de acesso nesse país:

- a) *O acesso livre e irrestrito a todos os estudantes, mais notadamente nas universidades estatais, e, em algumas universidades privadas. Em todos os casos se exige o curso de nivelamento, com a duração entre 06 meses e 01 ano, com a finalidade de preparar o estudante para o curso solicitado.*
- b) *O acesso discriminatório através do processo de seleção no curso introdutório é adotado por algumas universidades privadas na Argentina, as quais têm autonomia para realizar o acesso livre ou por seleção, sendo que a maioria delas adota a segunda opção para os cursos de grande procura.*

Na análise de DOLCINI (1983:218):

"Mudanças nas políticas de acesso permitiram um melhor aproveitamento nas provas de seleção ao curso superior e um melhor rendimento dos estudos no curso pretendido."

Portanto, a política de acesso ao ensino superior na Argentina dá autonomia à universidade para operacionalizar o ingresso, de acordo com sua realidade, o que segundo se verá adiante, é determinado pelas condições de absorção da universidade, levando em conta os recursos humanos que atuam na instituição e os recursos físicos disponíveis.

Dada a diversidade da estrutura universitária e as formas de ingresso nas instituições de ensino superior na Argentina, decidiu-se pela realização deste trabalho junto a uma universidade pública e a uma universidade privada, permitindo que se tenha um quadro demonstrativo das formas de ingresso na Argentina, a partir da análise da experiência dessas duas universidades.

Para o presente trabalho, foram escolhidas a Universidad Nacional de Misiones e a Universidad Católica de la Plata, devido à facilidade de contato e a viabilidade técnica e financeira da pesquisa, sem redução da qualidade do trabalho.

Na Universidad Nacional de Misiones, o ingresso aos estudos superiores é livre e automático, isto é, sem restrição alguma, bastando apenas que os interessados, preencham os requisitos exigidos pela instituição, segundo o Edital/95:

- a) Título o constancia del nivel medio;*
- b) Fotocopia de partida de nacimiento (legalizada);*
- c) Documento de Identidad;*
- d) 05 fotos fondo blanco 4x4;*
- e) Grupos sanguíneo y factor Rh;*
- f) Una carpeta colgante.*

Obs: Eso es todo, y si so extranjero tenés, aparte de éstos algunos otros requisitos sobre los cuales te van a informar la Facultad cuando vagas a inscribirte.

No que se refere ao nivelamento dos ingressantes, os Estatutos da Universidad Nacional de Misiones determina que:

- a) El sistema de articulación que se proponga podrá variar según las carreras, pudiendo consistir tanto en la implementación de un curso propedeutico previamente al inicio del dictado de clases del primer año, como en un sistema de seguimiento y apoyo a los ingresantes que presenten dificultades, paralelamente ao cursado normal de las asignaturas, como una intensificación de aspectos relacionados con la metodología del trabajo intelectual en determinadas asignaturas correspondientes al primer año de estudios.*
- b) En el caso de implementarse algún tipo de curso de apoyo, éste deberá realizarse en base a los recursos docentes disponibles y al eventual aporte voluntario de estudiantes avanzados, sin implicar ninguna erogación suplementaria en concepto de personal.*

Portanto, o "**Curso de Apoyo**" a que se refere este documento não significa nenhuma forma de seleção, mas apenas atua como nivelamento aos estudantes recém-ingressados no ensino superior da universidade estatal.

Por outro lado, em decorrência da autonomia em definir sua política de acesso, os dirigentes da Universidad Católica de la Plata, segundo o

artigo 32 de seus estatutos, podem definir a modalidade de ingresso dos estudantes aos cursos daquela instituição:

- a) Ingresso automático, exigindo-se apenas que o candidato faça sua inscrição no curso desejado e se submeta ao curso de nivelamento.*
- b) Ingresso através do Curso Introdutório em que o candidato deverá se submeter às provas de avaliação.*

O ingresso sem qualquer restrição ocorre na mesma modalidade adotada pela universidade estatal, exigindo-se apenas a escolaridade secundária, sem qualquer vínculo de área de estudos e cumprimento do nivelamento.

Segundo o mesmo documento, o ingresso por processo de seleção, se dá pela passagem obrigatória no curso introdutório, com a duração de seis meses a um ano, em que o candidato deverá obter média mínima igual ou superior a 5,0 em todas as disciplinas da grade curricular.

As disciplinas e conteúdos do curso introdutório, estão organizados de acordo com o curso superior ou área de estudos, de forma a oferecer aos candidatos a oportunidade de, no caso de insucesso em determinada área, possa repetir os estudos no referido curso para poder ingressar nos estudos superiores.

O aluno aprovado no curso introdutório terá garantido o seu ingresso no curso superior, sem que haja limite de vagas, uma vez que o critério utilizado é o da média mínima 5,0 no conjunto das disciplinas.

Esta questão, segundo alguns depoimentos, *"tem permitido que muitos estudantes realizem o curso introdutório em várias áreas de estudos, até encontrar aquele curso superior com o qual se identifica melhor"*.

A possibilidade dada aos dirigentes das IES argentinas de optar pelo ingresso livre e irrestrito ou pelo discriminatório, se constitui, concretamente, em autonomia na definição da política de acesso conquistada ao longo dos anos, o que se constitui em diferença significativa do que se constata nos demais países, em que as universidades se restringem a decidir o **"modus operandi"** do ingresso.

Contudo, a adoção dessas duas políticas diferenciadas tem gerado grandes discussões entre as autoridades educacionais da Argentina, principalmente porque as IES estatais se ressentem da dificuldade de compatibilizar seu espaço físico e as condições técnico-pedagógicas à grande demanda de alunos que ocorre todo ano aos seus cursos, comprometendo a qualidade do ensino.

7.4 - O Acesso ao Ensino Superior no Brasil

O Brasil conta com aproximadamente 893 instituições de ensino superior, entre estabelecimentos isolados e universidades públicas e privadas, com cerca de 1.540,080 estudantes na proporção de 9,7% de sua população de cerca de 150 milhões de habitantes, conforme MERCOSUL (1993:44).

Os quadros a seguir apresentam a realidade do ensino superior no Brasil no que diz respeito ao número de instituições e evolução da matrícula.

QUADRO VII**DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE INSTITUIÇÃO E
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1987 / 1991**

DEPENDÊNCIA	UNIVERSIDADES			INSTIT. ISOL.			TOTAL		
	1987	1989	1991	1987	1989	1991	1987	1989	1991
ADMINISTRATIV A									
Federal	35	35	37	19	19	19	54	54	56
Estadual	14	16	19	69	68	63	83	84	82
Municipal	04	03	03	99	79	81	103	82	84
Privada	29	39	40	584	643	631	613	882	671
TOTAL	82	93	99	771	809	794	853	902	893

Fonte: 01. CEC/IPAN/IPEA. Ensino Superior: Perspectivas para
Década de 90. Integrante do documento "Educação e
Cultura: Perspectivas para a década de 90".
02. MEC/SAG/CPS. Sinopse Estatística do Ensino
Superior/Graduação. Brasília, dez. 1990 e 1992.

QUADRO VIII**EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA
ADMINISTRATIVA**

ANO	PÚBLICAS		PRIVADAS		TOTAL
	Número	%	Número	%	
1965	87.587	56.0	68.194	44.0	155.781
1970	210.613	49.5	214.865	50.5	425.478
1975	410.225	38.2	662.323	61.8	1.072.548
1980	492.232	35.7	885.054	64.3	1.377.286
1985	556.600	40.7	811.009	59.3	1.367.609
1990	578.625	37.6	961.455	62.4	1.540.080

Fonte: 01. CEC/IPLAN/IPEA. Sistema Educativo Cultural: uma
visão prospectiva . Brasília, novembro/89
02. MEC/CPS. Sinopse Estatística do Ensino Superior/
Graduação, Brasília, ago.1991.

Em razão do aumento significativo do número de instituições do ensino superior, no período de 1960 a 1980, fenômeno denominado de "**boom do ensino superior**", o Brasil conta hoje com grande número de estabelecimentos isolados e universidades recém-criadas.

Devido ao crescimento significativo do número de instituições, o Brasil figura como primeiro país na relação contingente populacional/universitários, apesar de o país adotar a política de acesso ao ensino superior com características restritivas, operacionalizada pelo processo classificatório.

O acesso ao ensino superior no Brasil é determinado pela Lei 5.540/68 e obedece à política de "numerus clausus", através da realização de concurso vestibular classificatório, não estabelecendo, de maneira geral, vínculo entre o ensino secundário e o ensino superior.

Segundo a legislação em vigor, o concurso vestibular será idêntico em seu conteúdo para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins e unificado em sua execução, na mesma universidade, federação de escolas ou estabelecimento isolado.

Para VAHL (1980:125),

"o ensino brasileiro não teve a oportunidade de experimentar um sistema mais flexível de acesso , em que a seleção pudesse ser feita no sentido de encontrar os que realmente possuam aptidões para o ensino superior, pois a rápida massificação não permitiu formas alternativas de seleção, num sentido mais amplo".

Na busca de propor mudanças que atenuem o processo discriminatório que caracteriza o vestibular, experiências estão sendo realizadas como formas alternativas de ingresso em universidades brasileiras, como fruto de experiências algumas das quais ainda em andamento.

A seleção de candidatos durante o ensino secundário e que está sendo colocado em prática no Projeto Sapiens da Fundação CESGRANRIO, instituição que realiza o processo de ingresso para a maioria das universidades do Grande Rio de Janeiro e, como forma alternativa, de ingresso na UnB.

Os candidatos são selecionados por meio de duas avaliações no ano letivo, aplicadas ao longo da duração do 2º grau, com provas objetivas e discursivas, obtendo-se a diagnose dos candidatos através de boletins e relatórios individuais e divulgados semestralmente, como subsídio aos alunos ou escolas conveniadas e participantes do programa.

Em Santa Catarina, a UDESC está colocando em prática o **"vestibular vocacionado"** que consiste na elaboração das provas através de questões identificadas com o curso pretendido.

Algumas outras instituições realizam o vestibular em duas etapas, sendo a primeira com as disciplinas do núcleo comum e a segunda com disciplinas específicas do curso pretendido pelo candidato.

Contudo, segundo depoimento de alguns dirigentes, **"essa experiência tem apresentado algumas dificuldades relacionadas ao preenchimento de vagas em alguns cursos dessas IES, em razão das dificuldades encontradas pelos candidatos nas provas elaboradas"**.

- O Ingresso na Universidade de Brasília

Além de proceder o ingresso pela forma convencional do concurso vestibular classificatório, a Universidade de Brasília está realizando uma experiência de ingresso através do processo de avaliação ao longo do ensino secundário, com duas avaliações anuais, a partir da 1ª série do 2º grau.

O concurso vestibular consiste de provas que abrangem as disciplinas do núcleo comum obrigatório, compostas apenas de questões discursivas.

A forma alternativa colocada em prática pela UnB, semelhante à experiência que vem sendo desenvolvida pela CESGRANRIO, se operacionaliza através de avaliações realizadas ao longo do ensino secundário, além de submeter o candidato na 3ª série, a um programa de orientação profissional, que permite verificar se o aluno-candidato está em condições de fazer a sua pré-opção profissional.

Ao final do 2º grau, cada aluno tem direito a concorrer uma só vez no processo de seleção e classificação, com base nas avaliações realizadas ao longo do curso.

A seleção é feita de modo a preencher 50% das vagas dos cursos; o restante das vagas será preenchido pelos candidatos que não fazem parte do programa, submetidos ao concurso vestibular classificatório.

Na visão de SANTOS (1988:51):

"Finalmente estamos convencidos de que a idéia central da presente proposta concorrerá não somente para a melhoria da seleção de candidatos, mas, sobretudo, para influenciar fortemente, e no bom sentido, a escola de 2º grau a melhorar o seu nível e assegurar às IES um melhor atendimento às suas próprias vocações."

- O ingresso na Universidade de São Paulo-USP

O processo de ingresso na USP acontece através do concurso vestibular pela Fundação Universitária para o Vestibular - FUVEST.

O vestibular é desenvolvido em duas fases: a primeira com testes de múltipla escolha e a segunda com provas dissertativas.

De acordo com o Edital FUVEST/95:

- a) A primeira fase continuará tendo o papel de uma pré-seleção: só farão a segunda fase os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a uma nota chamada de "corte", determinada em cada carreira, em função da relação candidato/vaga e do desempenho do conjunto de candidatos à carreira considerada.*
- b) A segunda fase será constituída por um conjunto de até quatro provas analítico-expositivas das quais a de Língua Portuguesa que inclui uma redação, será obrigatoriamente uma delas. As demais provas, em número não superior a três, variarão de uma carreira para outra.*
- c) A classificação será baseada no total de pontos conseguidos tanto nas provas da primeira fase quanto nas da segunda fase.*

Uma análise acurada do modelo de vestibular adotado pela FUVEST, do ponto de vista do conteúdo, revela que ele mantém o princípio de um exame vestibular de caráter generalista, que privilegia a formação global do candidato e não a específica de cada curso.

Nas provas dissertativas, o raciocínio e a compreensão são valorizados, em detrimento da memorização ou do manuseio automático de nomes, datas, fórmulas e números.

- O Ingresso na Universidade Federal de Santa Catarina

A UFSC, como as congêneres de todo o Brasil, realiza seu ingresso através do concurso vestibular classificatório, havendo pequenas variações quanto a cronograma e modalidade de aplicação de provas, as quais foram implantadas, a partir de 1990, por recomendação do MEC, como resultado do processo de regionalização do processo de ingresso.

De maneira geral, e como de resto as demais IES brasileiras, para poder candidatar-se aos cursos da UFSC, o candidato deverá efetuar sua inscrição ao concurso vestibular que, segundo o Edital/95, exige a comprovação de escolaridade de 2º grau, apresentação de Carteira de Identidade, fotografia 5x7 e preenchimento do requerimento de inscrição.

Serão aceitos como inscritos para o concurso vestibular os alunos das séries anteriores à 3ª série do 2º grau, tidos como vestibulandos em experiência e que, portanto, não participam do processo seletivo.

Uma vez satisfeita esta formalidade, o candidato poderá participar do processo de avaliação e seleção que, segundo o Relatório (1994:09) obedece ao seguinte:

- a) Exigência de um acerto por disciplina e atribuindo-se peso (três) a cada uma das disciplinas que, critério do Colegiado do curso respectivo, foram consideradas disciplinas indispensáveis para o desempenho satisfatório do candidato.*
- b) A adoção de questões objetivas de proposições múltiplas e de questões abertas.*
- c) Classificação processada na ordem decrescente da soma dos escores padronizados, respeitada sempre a 1ª opção do candidato.*

Serão classificados, para efeito de matrícula, os candidatos que estiverem no limite de vagas oferecidas em cada curso. Os demais serão considerados excedentes, com direito a ocupar as vagas daqueles que deixarem de efetuar suas matrículas.

Para ZIMMERMANN (1994:02),

“O vestibular único e unificado permite, através de seus resultados, o levantamento de indicadores que servem para analisar e/ou comparar o rendimento/desempenho de todos os inscritos ou classificados.

- O ingresso na Universidade do Oeste de Santa Catarina

A UNOESC é uma instituição educacional multicampi, constituída pela agregação cooperativa das fundações educacionais de Joaçaba (FUOC), de Videira (FEMARP) e de Chapecó (FUNDESTE).

O ingresso para os cursos da UNOESC, é realizado através do concurso vestibular estadual unificado, tendo como órgão executor a Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE, desde 1974, como uma das ações conjuntas que possibilita a integração do sistema fundacional catarinense.

Para tanto, há uma Comissão Técnica que coordena todo o processo na ACAFE e conta com o apoio da comissão local, instalada em cada campus das fundações educacionais que participam do programa.

A Comissão Local do Vestibular tem as atribuições de operacionalizar as provas do vestibular, encaminhar todo o material para a Comissão Técnica da ACAFE e, ao receber o edital dos classificados, encaminhar toda a documentação para a Secretaria Acadêmica agilizando o processo de matrícula dos candidatos chamados.

Através do vestibular da ACAFE, o candidato pode inscrever-se em qualquer uma das fundações educacionais e, concorrer a duas opções de cursos de qualquer uma dessas IES.

As provas do vestibular abrangem todas as disciplinas do núcleo comum obrigatório e são compostas de questões objetivas de múltipla escolha, questões discursivas e uma redação.

De acordo com o Edital/95,

"O preenchimento das vagas oferecidas em cada curso será realizado de acordo com a ordem de classificação geral dos candidatos. A classificação geral está fundamentada na ordem decrescente dos resultados obtidos pelos candidatos na soma dos "escores transformados" das oito disciplinas integrantes do processo."

Ao comentar o vestibular, como forma de ingresso adotada pelas fundações educacionais, AQUINO (1987:61), destaca,

"A elaboração, aplicação e correção das provas do concurso vestibular não representam, para a ACAFE, o término de um processo de seleção de candidatos que postulam o curso superior. O concurso vestibular não se constitui em uma etapa estanque, com o objetivo único de limitar o acesso de candidatos ao ensino superior. É preciso que toda problemática do concurso vestibular seja analisada de forma integrada, transformando-se em um elo de ligação entre o 2º grau e o ensino superior".

7.5 - Semelhanças e diferenças entre as políticas e práticas de acesso ao ensino superior no Mercosul

Uma vez conhecidas as políticas e práticas de acesso ao ensino superior, em cada um dos países do Mercosul, poder-se-á identificar as similaridades e diferenças que apresentam entre si, conforme está sendo mostrado no quadro a seguir.

QUADRO IX

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR NOS PAÍSES DO MERCOSUL

POLITICA	PRATICA	IES/PAÍSES
Acesso Livre e Irrestrito	Ingresso automático sem restrições	Univers.estatais da Argentina
Acesso Livre e restrito	O ingresso como resultado da integração ensino secundário/ensino superior	Universidades uruguaias
Acesso Discriminatório	Ingresso através de concurso de seleção	Universidade estatal do Paraguai
	Ingresso através de curso introdutório	Universidades privadas na Argentina
	Ingresso através de curso probatório	Universidade privada do Paraguai
	Concurso vestibular classificatório	Instituições de ensino superior no Brasil

Fonte: Guias acadêmicos, estatutos das universidades

O quadro acima traduz o que foi apresentado ao longo deste trabalho, o que representa toda a realidade contextual dos países-membros do Mercosul, no que diz respeito ao ingresso de estudantes no curso superior.

Estão aí algumas das similaridades e diferenças encontradas, entre elas:

- a) *O acesso ao ensino superior no Uruguai não tem similar entre os modelos adotados pelos demais países, porque a política adotada promove a efetiva integração entre o curso secundário e o curso superior no que tange à sua terminalidade.*
- b) *A política de acesso adotada no Paraguai é discriminatória, uma vez que se operacionaliza através da realização de concurso de seleção na universidade estatal e no curso probatório da universidade privada, modalidade de acesso que se assemelha ao modelo argentino.*

c) O acesso ao ensino superior na Argentina acontece pela adoção da política de acesso livre e irrestrito, modalidade que não tem similar entre os países-membros do Mercosul. Também adota a Argentina o acesso discriminatório via seleção no curso introdutório, nos mesmos moldes utilizados pela universidade privada no Paraguai.

d) No caso brasileiro, o acesso ao ensino superior é discriminatório e operacionalizado pelo concurso vestibular classificatório, na relação direta candidato-vaga. Vale ressaltar que não existe essa modalidade de ingresso em qualquer um dos países da América Latina.

8. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES DOS PAÍSES-MEMBROS DO MERCOSUL

A constatação de aspectos comuns e diferenciados nas políticas e práticas de acesso ao ensino superior entre os quatro países, estimulou a investigação que procurou identificar a percepção dos segmentos da amostra sobre estes aspectos, numa perspectiva de contextualização deste problema no processo de integração universitária.

Portanto, os instrumentos de coleta de dados (questionários e entrevistas), se visavam identificar o grau de importância que os elementos da amostra atribuíam a cada uma das políticas de acesso adotadas nos países-membros, numa perspectiva do processo de integração.

8.1 - Acesso livre e irrestrito

O ingresso sem restrições que ocorre na maioria das universidades estatais da Argentina.

TABELA I
O ACESSO LIVRE E IRRESTRITO

GRAU DE IMPORTÂNCIA	Nº	%
Muito importante	15	57,6
Relativamente importante	9	34,6
Sem importância	2	7,6
TOTAL	26	-

Fonte: Instrumentos de coleta de dados

O registro de 57,6 % dos pesquisados que acham muito importante a política de acesso adotada na Argentina, torna-a relevante perante as outras modalidades.

Essa questão tem sido debatida pelos dirigentes das IES na Argentina, que percebem certa defasagem de qualidade no ensino ministrado, motivada, em parte, pela necessidade de descentralização física das instalações de algumas das universidades, entre elas a Universidad de Buenos Aires, que conta com cerca de 184 mil alunos em instalações distribuídas por vários locais da Capital.

Portanto, conclui-se que o estudo dessa modalidade deverá ser ampliado, para que se torne, de maneira efetiva, preocupação dos segmentos

representativos das universidades dos quatro países, porque afeta sobremaneira as condições de absorção dos estudantes.

8.2 - Acesso livre e restrito

Acesso livre com restrições ocorre por afinidade entre a área do ensino secundário e o ensino superior, como é o caso da modalidade de ingresso das duas universidades uruguaias.

Os resultados das entrevistas e questionários aplicados, estão sendo mostrados na tabela a seguir.

TABELA II
O ACESSO LIVRE E RESTRITO

GRAU DE IMPORTÂNCIA	Nº	%
Muito importante	9	37.5
Relativamente importante	9	37.5
Sem importância	6	25.0
TOTAL	24	--

Fonte: Instrumentos de coleta de dados.

A modalidade de ingresso adotada no Uruguai registra 37,5 % dos pesquisados que consideram esta política de acesso muito importante ou de relativa importância, bem como o registro de 25,0 % que a consideram sem importância.

Tais dados indicam certa indefinição sobre a importância dessa política no contexto do Mercosul, corroborando alguns depoimentos nas entrevistas em que se percebeu certo desconhecimento sobre essa modalidade de acesso nos demais países.

O resultado da pesquisa retrata as opiniões divergentes de alguns dirigentes das universidades uruguaias.

Para uns **"essa modalidade de acesso representa a oportunidade de o estudante fazer sua opção profissional ainda no ensino secundário, mediante acompanhamento de profissionais que orientam o candidato, ao passo que, para outros a escolha ainda no ensino secundário pode ser muito prematura; o ideal seria que o estudante tivesse a oportunidade de realizar sua opção através de curso preparatório e após conhecer a estrutura universitária"**.

8.3 Acesso Discriminatório

Nesta modalidade, o acesso é colocado em prática através de concurso de seleção na universidade estatual do Paraguai, pela necessidade de passagem pelo curso introdutório nas universidades privadas da Argentina e curso probatório na universidade privada do Paraguai, bem como pelo concurso vestibular classificatório nas universidades brasileiras.

A tabela a seguir mostra os resultados das entrevistas e questionários aplicados.

TABELA III

O ACESSO DISCRIMINATÓRIO: PROCESSO DE SELEÇÃO

GRAU DE IMPORTÂNCIA	Nº	%
Muito importante	12	46.1
Relativamente importante	8	30.7
Sem importância	6	23.0
TOTAL	26	--

Fonte: Instrumentos de coleta de dados

Há certo equilíbrio nos resultados obtidos, o que torna essa modalidade de ingresso de importância relativa no contexto do Mercosul.

A maioria dos depoimentos indicam o processo de seleção como uma política de acesso bastante conhecida em todos os países; contudo, pelo que se constata, não apresenta impacto perante as demais modalidades, provavelmente porque prevalece entre os dirigentes das IES, a cultura da necessidade de selecionar candidatos.

TABELA IV

O ACESSO DISCRIMINATÓRIO: CONCURSO VESTIBULAR

GRAU DE IMPORTÂNCIA	Nº	%
Muito importante	10	41.7
Relativamente importante	12	50,0
Sem importância	2	8.3
TOTAL	24	--

Fonte: Instrumentos de coleta de dados.

O registro de 41,7 % dos segmentos que indicam esta política de acesso como muito importante, 50,0 % como de relativa importância e apenas 8,3 % sem importância, resultados que apontam para uma reflexão sobre o ingresso através do concurso vestibular, como característica do processo discriminatório de ingresso.

Essa política de acesso que no Brasil é determinada pela relação candidato-vaga, tem seus complicadores mais efetivos entre os chamados "cursos nobres" em razão da grande procura, criando a cada ano um elevado contingente de demanda reprimida.

Nas entrevistas realizadas fica bastante claro, em alguns segmentos, a expectativa de que surjam propostas alternativas a partir da implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, visto que o ingresso ainda é regido pela Lei 5.540/68.

Ao comentar a aplicação da legislação, SOUSA (1993:60) destaca:

" Há farta jurisprudência sobre o acesso, pelo fato de que a legislação básica data de 1968, portanto desatualizada. Assim, para atender a dinâmica do acesso e as necessidades intrínsecas das IES, a jurisprudência passou a ser norma em alguns casos."

Além do que foi apresentado, este trabalho se propunha verificar, de forma comparativa, as modalidades de acesso que se destacam, de acordo com sua importância, segundo a percepção dos segmentos da amostra, conforme a tabela a seguir.

TABELA V**COMPARATIVO ENTRE AS MODALIDADES DE INGRESSO NOS
04 PAÍSES DO MERCOSUL**

POLITICA DE ACESSO	BRA- SIL %	ARGENTINA %	PARA- GUAI %	URU-GUAI %	TOTAL %
Acesso Livre e Restrito	3,8	3,8	3,8	7,6	19,0
Acesso Livre e Irrestrito	11,5	11,5	3,8	7,6	34,4
Acesso Discrimi- natório: Processo de seleção		3,8	3,8	7,6	15,2
Acesso Discriminatório: Processo Classifica- tório	15,3	3,8	3,8	11,5	34,4

Fonte: Instrumentos de coleta de dados

Paradoxalmente, 34,4 % dos respondentes apontam o acesso livre e irrestrito e o acesso discriminatório, por processo de classificação, como as duas modalidades de ingresso mais importantes dentre as demais formas de ingresso.

Estes dados corroboram as informações obtidas como resultado da pesquisa bibliográfica e documental no que se refere a expansão planejada das instituições de ensino superior, o que acontece, dentre outras formas, pela relação oferta/procura de cursos, demandando um processo que passa pela definição de selecionar ou não selecionar candidatos.

Esta seleção de candidatos, como se vê ao longo do trabalho, não tem sido prerrogativa das instituições de ensino superior, mas de medidas

governamentais que acabam por impor limites cada vez mais restritos que vislumbre a perspectiva de ingresso por outras modalidades.

Nesse caso, a imposição da lei reitera a prática autoritária e chama a si a iniciativa, enquanto o sujeito passa de interlocutor válido a mero executor do processo.

A questão do acesso ao ensino superior, portanto, passa a ser um problema a ser administrado, levando-se em consideração as aspirações dos postulantes, associada a outros fatores que são destacados ao longo deste trabalho.

O quadro atual da discussão segundo FRANCO (1991:127)

“... parece tender à busca de uma nova racionalidade no encaminhamento da questão, na medida em que as instituições tentam ampliar o espectro de interlocutores responsáveis pelas decisões, ao tratarem de temas correlatos como qualidade do ensino, avaliação de funções e, conquista de autonomia universitária”.

É nesta mesma direção que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras se manifestou quando enfatiza,

“que há necessidade de maior autonomia para a universidade, inclusive para gerir os mecanismos de acesso aos seus cursos e a valorização da escola pública através de injeção de recursos, aparelhamento devido e valorização de seus professores e funcionários através de uma remuneração condigna”.

Como se vê, o acesso ao ensino superior passa a fazer parte do todo da universidade, como um componente dissociável de políticas de ação de seus dirigentes, mas com o complicador das relações cartoriais que exigem das

instituições do ensino superior, o cumprimento de regras nem sempre identificadas com sua realidade conjuntural.

No caso brasileiro, ao operacionalizar o ingresso de estudantes, as IES, seguem determinações estabelecidas por uma política governamental que impõe limites, obrigando a que submeta todos os estudantes ao concurso vestibular.

Percebe-se ao longo do trabalho que, de maneira geral, nos demais países existe maior flexibilidade no que diz respeito ao processo de ingresso, uma vez que esta questão está incorporada à autonomia didático-administrativa da maioria das universidades.

Em qualquer circunstância não se pode perder de perspectiva, o sentido conjuntural que tem o acesso de estudos superiores nos quatro países e, por isso mesmo, transitório e em contínuo processo de aperfeiçoamento, daí por que o seu sentido de metamorfose, sempre em busca de aperfeiçoamento é notório.

O que para RIBEIRO (1977:113), representa

“um instrumento de democratização do ensino, à serviço do princípio da igualdade de oportunidade para todos, superando, contudo a falsa noção de que todos são igualmente dotados, sem que isto represente instrumento de massificação, destituído do conteúdo qualitativo”.

Portanto, é nesse momento que fica clara a vontade política das autoridades educacionais e dirigentes das IES, seja para manter o "status quo"

no que diz respeito a modalidade de ingresso adotada, seja pela iniciativa de propostas alternativas de ingresso cada vez mais democráticas.

Quanto ao problema de pesquisa objeto deste trabalho, o fato de predominar, entre as universidades, a similaridade na adoção de políticas e práticas de acesso, não existem grandes complicadores que dificultem a integração dessas modalidades entre as universidades.

Há que se ressaltar, ainda, que as políticas e práticas de acesso são determinadas a partir de fatores que atuam de forma direta ou indireta como condicionantes desta ou daquela modalidade.

9. FATORES QUE INTERFEREM NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

As políticas educacionais adotadas num país incorporam, de forma subjacente, uma série de valores que, de forma declarada ou oculta, revelam os grandes interesses nacionais.

A manipulação desses valores pelas autoridades educacionais do país evidenciam os propósitos de uma elite orgânica que, por excelência, tem o domínio do poder de decisão.

O que resulta desse poder são as grandes políticas educacionais do país que determinam as relações do poder governamental com as instituições educacionais.

Essas políticas são determinadas tendo como variáveis intervenientes alguns fatores que interferem direta ou indiretamente no processo.

Para este trabalho foram considerados alguns fatores que, segundo a pesquisa documental e bibliográfica, são representativos para tomada de decisão no que se refere ao ingresso nos estudos superiores.

A seguir são apresentados esses fatores, com a respectiva análise dos dados obtidos.

9.1 - Contingente populacional dos países-membros do Mercosul

O número de indivíduos em idade universitária tem sido um fator natural para a expansão do ensino superior neste final de século.

Alguns dados revelam que o grande número de alunos nos cursos de nível médio tem sido causa da expansão do ensino superior nos últimos 20 anos.

Poucos se conformam em concluir apenas o curso secundário, pois todos se julgam aptos a prosseguir seus estudos em nível superior.

No quadro a seguir, pode-se perceber a relação que há entre o contingente populacional dos países-membros e a população universitária desses países.

QUADRO X**CONTINGENTE POPULACIONAL DOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA / 1992.**

PAÍS	POPULAÇÃO P/1000	UNIVERSIT. P/1000	RELAÇÃO POP/UNIVERS.
BRASIL	150.000	1.540	9,7 %
ARGENTINA	32.000	664	4,8 %
PARAGUAI	4.000	30	1,3 %
URUGUAI	3.000	64	4,6 %
TOTAL	189.000	2.298	20.4 %

Fonte: Mercosul. Sinopse Estatística. IBGE. Brasília. 1993.

O equilíbrio na relação contingente populacional/universitários na Argentina e no Uruguai, respectivamente 4,8 % e 4,6 %, representam a similaridade nas políticas de acesso ao ensino superior adotadas por esses países.

Apesar do crescimento significativo do número de instituições no período de 1960 a 1980, o registro de 9,7 % nessa relação se deve, principalmente, pela restrição no ingresso aos estudos superiores, representado pelo concurso vestibular classificatório, para ingresso nas IES brasileiras.

No Paraguai, a partir da mudança de regime político-administrativo no país, o ensino superior se expandiu a outras regiões; contudo, isto não representou aumento significativo no número de universitários, porque as duas universidades da Capital, ainda detém cerca de 95 % dos alunos de curso superior no Paraguai.

Até meados de 1985, o Uruguai, contava apenas com a universidade estatal e, em razão da criação da universidade privada, registra um crescimento significativo na população universitária que hoje representa 4,6 % da população do país.

A partir dessas constatações surgiu o interesse em verificar se o contingente populacional dos países-membros, poderia ser considerado como um elemento a ser levado em consideração pelas autoridades educacionais e dirigentes das IES, quando da formulação das políticas e práticas de acesso ao ensino superior.

A tabela abaixo apresenta a percepção dos segmentos pesquisados acerca do grau de importância do contingente populacional para a definição das políticas e práticas de acesso ao ensino superior.

TABELA VI
CONTINGENTE POPULACIONAL

GRAU DE IMPORTÂNCIA	Nº	%
Muito importante	05	19,2
Relativamente importante	20	76,9
Sem importância	01	3,8
TOTAL	26	-

Fonte: Instrumentos de coleta de dados

O registro de 76,9 % das respostas que apontam o contingente populacional como de relativa importância, segundo a percepção de alguns segmentos da comunidade universitária, mostra que as autoridades

educacionais e dirigentes das IES não levam muito em consideração esse fator na definição das políticas e práticas de acesso.

Tais dados corroboram a posição de alguns autores que ressaltam o fato de que fatores demográficos atuam de forma indireta na definição das políticas e práticas de acesso.

9.2 - Demanda Reprimida

Entende-se por demanda reprimida o contingente populacional que, apesar de encontrar-se com idade suficiente para frequentar o ensino superior, por motivos diversos não ingressou na universidade ou instituição similar.

Para demonstrar com mais segurança e validade, o contingente de demanda reprimida, optou-se por registrar a relação que existe entre a população na faixa etária de 19 a 30 anos, comparando-a à população universitária nos países-membros do Mercosul.

O quadro a seguir mostra como esta questão se apresenta na região de abrangência do Mercosul.

QUADRO XI**DEMANDA REPRIMIDA DO ENSINO SUPERIOR NA FAIXA ETÁRIA DE 18/30 ANOS NOS PAÍSES-MEMBROS DO MERCOSUL**

PAISES	JOVENS DE 18/30 ANOS P/1000	UNIVERIST. P/1000	DEMANDA REPRIMIDA P/1000	%
BRASIL	30.800	1.540	28.460	18,4 %
ARGENTINA	6.300	664	5.636	8,4%
PARAGUAI	1.100	30	1.070	35,6 %
URUGUAI	300	64	236	3,6 %
TOTAL	38.500	1.698	35.402	66,0 %

Fonte : Mercosul. Sinopse Estatística. Brasília. IBGE. 1993.

O índice de 8,4 % de demanda reprimida na Argentina, é atribuído à adoção da política de acesso livre e irrestrito, combinada com a interiorização do ensino superior e que resultou no efetivo processo de democratização do acesso ao ensino superior.

Também o índice de 3,6 % de demanda reprimida no Uruguai pode ser atribuído à política de acesso livre do ensino superior adotada naquele país.

O índice de demanda reprimida de 35,6 % no Paraguai pode ser explicado, em parte, pelo acesso restritivo nas duas universidades paraguaias, as quais absorvem cerca de 95 % dos universitários do país.

Há que se considerar, ainda, que o Paraguai se caracteriza como um país de cultura essencialmente agrícola, o que, apesar da falta de dados concretos, induz supor que, pelo fato de grande parte da população exercer sua atividade profissional na agricultura, dificulta, de certa forma, seu ingresso nos estudos superiores.

No Brasil, a população na faixa de idade de 19 a 30 anos, representa 1/5 total do país, o que representa 18,4 % da demanda reprimida no ensino superior.

Esse índice de demanda reprimida, num país de dimensões continentais como o Brasil e com população muito superior à dos demais países, deve ser preocupação das autoridades educacionais, porque parcela significativa da população brasileira jovem não chega à universidade

A partir desses dados, procurou-se investigar se a "demanda reprimida", poderia constituir-se em aspecto relevante na formulação das políticas e práticas de acesso ao ensino superior.

A tabela a seguir mostra o grau de importância que os segmentos pesquisados atribuem à demanda reprimida como um dos fatores que interferem no acesso.

TABELA VII

DEMANDA REPRIMIDA

GRAU DE IMPORTÂNCIA	Nº	%
Muito importante	06	22,0
Relativamente importante	18	66,7
Sem importância	03	11,1
TOTAL	26	-

Fonte: Instrumentos de coleta de dados

O fato de 66,7 % dos respondentes apontarem esse fator como relativamente importante corrobora a posição de alguns autores que afirmam não haver, efetivamente, na maioria dos países do Mercosul, uma política que permita o acesso à universidade àqueles estudantes que por vários motivos não tiveram a oportunidade de ingressar nos estudos superiores.

Esse resultado direciona o estudo da questão pelas autoridades educacionais, no sentido de identificar as causas e conseqüências do alto índice de demanda reprimida.

9.3 - Necessidades do Mercado de Trabalho

É necessário conhecer a relação que se estabelece entre as necessidades do mercado de trabalho do ensino superior , principalmente porque se espera que as IES, ao planejarem suas atividades, tenham, entre outras, a preocupação de projetar a demanda de candidatos aos seus cursos, compatibilizando-os às necessidades do mercado.

Contudo, o que se tem constatado é que as IES levam em conta, apenas a oferta de mão-de-obra com graduação superior, sem considerar as necessidades de mercado, tomando algumas estimativas com o objetivo de prever a quantidade de estudantes que deixam o nível secundário e que se qualificam para o ingresso no curso superior.

Para a instituição se torna difícil identificar com clareza as necessidades de mercado, até porque segundo DUARTE (1990:48),

"é voz corrente entre os planejadores da educação, que o enfoque da relação demanda social/mercado de trabalho, se adotado em sua plenitude, teria um custo que somente nações mais ricas poderiam pagar".

Sem dúvida, as necessidades do mercado de trabalho estão inseridas entre os fatores que interferem nas políticas e práticas de acesso ao ensino superior, como mostra a tabela a seguir ao destacar a percepção dos segmentos sobre o grau de importância desse fator no contexto do Mercosul.

TABELA VIII
NECESSIDADES DO MERCADO DE TRABALHO

GRAU DE IMPORTÂNCIA	Nº	%
Muito importante	23	92,0
Relativamente importante	02	8,0
Sem importância	-	-
TOTAL	25	-

Fonte: Instrumentos de coleta de dados

O resultado de 92,0 % dos segmentos que percebem as necessidades do mercado de trabalho como muito importante, surpreendentemente, não corresponde às informações obtidas pela pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que se observa uma relativa preocupação

dos dirigentes das IES quando se trata de questões relacionadas ao planejamento institucional.

Em face desta constatação, corrobora-se a assertiva de que é necessário oferecer subsídios mais consistentes aos setores administrativos e pedagógicos das universidades, que os orientem sobre a absorção planificada dos estudantes, sob a ótica das relações da universidade com o mercado de trabalho.

A este respeito, DUARTE (1993:42), enfatiza que:

" Para o planejamento do ensino superior, deve haver informações adequadas à natureza das exigências de mão-de-obra em alto nível onde a universidade está inserida ".

9.4 - Condições de Absorção da Universidade

As condições estruturais da universidade, representadas por seus recursos físicos, materiais e pessoal qualificado, associadas a sua realidade se constituem em fatores que irão determinar as condições de absorção dos estudantes que acorrem aos seus cursos.

Tais questões estão sendo retomadas porque no período de 1960 a 1980 aconteceu na América Latina a pressão dos estudantes para o ingresso no ensino superior e, como decorrência desses fatos, acontece o fenômeno da massificação do ensino superior.

Na visão de SUCUPIRA (1975:03), a massificação do ensino superior,

"difere o ensino de elite, não somente quanto a proporção de matrículas, mas também por sua estrutura, seu conteúdo, seu método e objetivos".

No que se refere à questão estrutural e conjuntural, a melhor solução para a massificação do ensino superior nos países-membros do Mercosul seria realizá-la de forma ordenada e racional, atendendo a:

- a) *ampliação da rede pública com a criação de novas IES em lugares estratégicos;*
- b) *ampliação do leque na oferta de cursos pelas IES existentes e a descentralização para outras regiões do país;*
- c) *crescimento ordenado de acordo com a demanda exigida e com as necessidades de desenvolvimento regional e nacional*

Provavelmente a pressão estudantil, através de seus órgãos de representação, fizeram com que, de certa forma, a massificação do ensino superior acontecesse de forma desordenada, comprometendo a qualidade do ensino.

Alguns autores afirmam que, como consequência do fenômeno da massificação do ensino superior, o problema de quantidade se transforma em problema de qualidade, dadas as condições físicas, materiais e de recursos humanos disponíveis na universidade.

Segundo alguns depoimentos, as universidades públicas, apesar de seu alto custo, são mantidas por recursos do orçamento nacional e acabam por reunir melhores condições de laboratórios, salas especiais, equipamentos e

professores qualificados, possuindo, inclusive, seu próprio campus universitário.

Esta condição lhes permite diversificar mais amplamente a oferta de cursos e áreas de estudos, além de reunir melhores condições para realizar a tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, caso específico da maioria das universidades federais no Brasil e, em grande parte pelas universidades estatais do Paraguai, do Uruguai e da Argentina.

Por outro lado, nem todas as instituições de ensino superior privadas podem dispor de recursos que suportem investimentos desta natureza, o que acaba por restringir suas condições de absorção.

Neste caso, vêem-se instituições oferecendo cursos de áreas que não exigem equipamentos sofisticados, mas explora, principalmente, a habilidade do professor e o quadro de giz.

Este é o caso da maioria das instituições de ensino superior privadas surgidas no Brasil, na década de 60/70, de algumas universidades privadas na Argentina, e das universidades privadas do Paraguai e do Uruguai.

Na visão de WARNIER (1994:56),

"isto ocorre porque, muitas universidades católicas e leigas, carregam o rótulo para garantir clientela, mas na verdade não possuem estrutura para serem consideradas como universidade e oferecer ensino de qualidade".

Ao longo deste trabalho, encontram-se informações que se referem às condições de absorção da universidade como um dos fatores

significativos para a definição das políticas e práticas de acesso ao ensino superior.

Portanto, através dos instrumentos da coleta de dados foi realizada a investigação para verificar a percepção do grau de importância desse fator para o ingresso de estudantes, conforme apresenta a tabela a seguir.

TABELA IX
CONDIÇÕES DE ABSORÇÃO DA UNIVERSIDADE

GRAU DE IMPORTÂNCIA	No	%
Muito importante	22	81,5
Relativamente importante	05	18,5
Sem importância	-	-
TOTAL	27	-

-Fonte: Instrumentos de coleta de dados

Sem dúvida, os 81,4 % dos respondentes que apontam as condições de absorção da universidade como um fator muito importante corroboram as informações colhidas na pesquisa bibliográfica e documental, principalmente na relação qualidade/quantidade do ensino superior.

Há, portanto, coerência na literatura pesquisada com relação aos dados encontrados, porque para a maioria das instituições de ensino superior há uma relação direta entre a disponibilidade de recursos físicos, equipamentos e pessoal qualificado, no que tange a oferta de cursos e vagas, quando se refere ao ingresso de estudantes novos.

9.5 - Autonomia da universidade para definir políticas de acesso

Um mínimo de autonomia é requisito básico para a existência da universidade, porque somente assim será possível a experimentação e a diversidade.

Na visão de RIBEIRO:1977,

"garantir a autonomia sem excluir a presença do Estado dará maior consistência aos sistemas universitários para que possam enfrentar a crise de sua transformação em instituição de massa, sem sacrificar a liberdade acadêmica, como exigência de sua própria natureza".

Nem sempre o Estado tem consciência da necessidade de liberdade da universidade e tende a mantê-la sob normas e controles, o que exige da instituição a luta constante para poder conservar o equilíbrio, entre a força do poder estatal e o poder reivindicatório da comunidade acadêmica.

Grande parte das universidades dos quatro países mantém certa autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica, mas no que tange ao ingresso dos estudantes no ensino superior, a presença do controle cartorial dos órgãos governamentais está presente na maioria delas.

Entre outros fatores que contribuem para esse controle está o "corporativismo" de algumas categorias profissionais e de órgãos representativos das instituições de ensino superior privadas.

Portanto, entre outros aspectos, é na forma de ingresso nos estudos superiores que se constata alguns dos limites da autonomia universitária.

Diante deste quadro, procurou-se identificar a percepção dos segmentos pesquisados sobre a importância da autonomia como um dos fatores significativos para a definição das políticas e práticas de acesso ao ensino superior nos países-membros do Mercosul, conforme tabela a seguir.

TABELA X

**AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE EM DECIDIR A
MODALIDADE DE INGRESSO**

GRAU DE IMPORTÂNCIA	No	%
Muito importante	19	73,1
Relativamente importante	06	23,1
Sem importância	01	3,8
TOTAL	26	-

Fonte: Instrumentos de coleta de dados

A constatação de 73,1 % dos respondentes indicando a autonomia como um fator muito importante corrobora a opinião de alguns autores e de depoimentos prestados, de que a falta de autonomia da maioria dos dirigentes das IES, em definir a política de acesso, com exceção de algumas universidades da Argentina, tem-se constituído em problema crucial em relação à demanda nos estudos superiores nos quatro países.

No Brasil, este problema tem-se mostrado grave porque os candidatos devem passar, obrigatoriamente, pelo processo classificatório, mesmo para cursos de pouca demanda, os quais, em sua maioria, não preenchem as vagas.

Urge, portanto, que as IES tenham autonomia para dispensar o concurso vestibular classificatório para estes cursos, o que se torna impossível, por ora, por força da legislação em vigor.

O que se percebeu, no caso brasileiro, é que os segmentos das universidades tendem a destacar a autonomia como um fator de muita importância, dada a ingerência do poder governamental nas decisões técnico-administrativas e pedagógicas.

É necessário perceber, de forma comparativa, como os segmentos pesquisados indicaram a relevância desses fatores para a formulação das políticas e práticas de acesso ao ensino superior, o que se pode constatar pela análise dos dados demonstrados na tabela a seguir.

TABELA XI

**COMPARATIVO ENTRE OS FATORES QUE INTERFEREM
NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ACESSO DE ACORDO COM
O GRAU DE IMPORTÂNCIA**

FATORES	BRASIL	ARGENTINA	PARAGUAI	URUGUAI	TOTAL
	%	%	%	%	%
Contingente Populacional		3,7			3,7
Demanda Reprimida	7,4				7,4
Necessidades do Mercado de Trabalho	3,7		3,7		7,4
Condições de Absorção da Universidade	14,8	11,2	14,8	11,8	51,9
Autonomia da Universidade	7,4	7,4	7,4	7,4	29,6
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Instrumentos de coleta de dados

Os dados demonstram que as condições de absorção das instituições de ensino superior foi considerado como o fator preponderante para a definição das questões do ingresso nos estudos superiores, ao chegar a 51,9 % da preferência dos segmentos pesquisados.

Este resultado mostra coerência com o momento que está vivendo a maioria das universidades dos países-membros do Mercosul, em processo de avaliação institucional com vistas a elaboração de seus respectivos planejamentos.

Esta avaliação resultará em subsídios para nortear ações que se voltem para a expansão ordenada, evitando que se transforme o problema da quantidade de demanda em problema de qualidade do ensino ministrado.

Corroborando a pesquisa bibliográfica e documental, constata-se uma efetiva relação entre as condições de absorção da universidade e a qualidade do ensino que ela oferece, o que, em última análise, representa a imagem e o conceito que a instituição tem na sua região.

Problemas da relação qualidade/quantidade fazem parte do cotidiano das instituições de ensino superior, seja para garantir sua manutenção seja para reunir condições indispensáveis para enfrentar o mercado cada vez mais competitivo.

Percebe-se que a possibilidade da instituição de ensino superior decidir sua forma de ingresso está, de certa forma, relacionado às suas condições de absorção, contudo, constata-se que, em razão do espaço limitado de ação de seus dirigentes, pelo controle de exigências cartoriais, grande parte das instituições de ensino superior dos países-membros do Mercosul restringem sua atuação ao "modus operandi" do ingresso de seus estudantes.

Portanto, a perspectiva de **"autonomia da universidade para decidir sua forma de ingresso"** pode se transformar em conquistas a serem obtidas pelos dirigentes das IES.

9.6 - Qualidade do Ensino Secundário

Outro fator que está presente em questões do acesso ao ensino superior, diz respeito à qualidade do ensino secundário, o que exige uma reflexão para melhor aquilatar a dimensão de sua efetividade na sistemática de ingresso aos estudos superiores.

Para muitos estudantes, o ensino secundário representa uma perspectiva para o mundo do trabalho e um ingrediente fundamental para a inserção do indivíduo na sociedade, habilitando-o a compreender e exercer a cidadania.

No entanto, a apropriação e a socialização dos conhecimentos no ensino secundário, nem sempre expressam as expectativas e aspirações dos estudantes.

Segundo Franco (1994:10),

“Muitas vezes o conhecimento se apresenta desconectado do real, configurando-se como meias verdades, representando interesses específicos de grupos sociais que, embora minoritários, são fortemente articulados no contexto das relações econômicas de âmbito nacional ou internacional.

Mas, na medida em que estas políticas de ação passam a ser absorvidas como universais e, portanto válidas para a sociedade como um todo, acabam transformando-se em diretrizes orientadoras das políticas educacionais globais e de propostas escolares totalizantes.

No caso específico brasileiro, o ensino secundário, a partir da década de 70, passou a priorizar o ensino profissionalizante, como resultado de políticas governamentais do governo autoritário.

A Lei 5.692/71 propunha um ensino secundário de caráter formativo ou de caráter propedêutico com características de preparatório para o ingresso ao ensino superior.

O que se percebeu ao longo da década de 70/80, foi o crescimento quantitativo e qualitativo das escolas particulares, muito mais identificadas com a política de continuidade de estudos, que é o caso dos cursinhos e “terceirões”.

Por outro lado, as escolas públicas, ao longo deste período, estiveram mais identificadas com o ensino formativo.

Esses procedimentos formais ou informais acabaram por distanciar cada vez as duas modalidades de escolas em sua especificidade.

Neste sentido, a preconizada formação integral do adolescente, conforme o texto da Lei 5.692/71, para a escola pública representou a profissionalização compulsória, ao passo que a escola privada não absorveu, de maneira efetiva estes pressupostos, mas sim, fortaleceu o ensino propedêutico, o que foi consolidado em 1982, pela edição da Lei 7.044/82, que deixava a critério de cada estabelecimento de ensino secundário, oferecer ou não, a habilitação profissional.

Diante deste quadro, pergunta-se, que indicadores devem ser utilizados para que se considere a qualidade de ensino na escola secundária como um dos fatores para ingresso aos estudos superiores ?

À primeira vista, parece não haver dificuldade em responder a essas questão. Todavia, trata-se de uma problemática bastante complexa,

especialmente quando encarada sob a ótica da natureza da escola e da origem dos seus alunos.

De fato, pensando no grande contingente de jovens estudantes, há grandes desafios que se colocam aos educadores, em termos de qualidade de ensino.

De acordo com FRANCO (1994:10), será necessário:

- a) capacitá-los para enfrentar e superar as dificuldades decorrentes de suas condições de sobrevivência;**
- b) fornecer elementos para o pleno desenvolvimento da cidadania;**
- c) contribuir para a formação de indivíduos conscientes, participantes e historicamente engajados com os problemas de seu tempo.**

A partir daí, definem-se alguns contornos de indicadores de qualidade do ensino.

Assim, ao lado do compromisso de uma oferta qualificada em termos de propiciar aos jovens o acesso aos bens culturais e aos conhecimentos sistematizados e disponíveis em nossa época, objetiva-se o desenvolvimento de habilidades cognitivas e atitudinais mais abrangentes.

Dito de outra forma, segundo FRANCO (1994:10),

“os atributos mais valorizados, criatividade, capacidade de resolver problemas, espírito empreendedor, capacidade de tomar decisões, habilidade de trabalhar em equipe, a atitude de cooperação e solidariedade- são qualitativamente mais complexos do que aqueles embutidos nas propostas tradicionais de formação profissional.”

As recentes propostas do MEC, que apontam para o ingresso aos estudos superiores, como resultado de uma avaliação sistemática dos alunos ao longo dos três anos de ensino secundário, quando consolidada, irá promover a efetiva integração ensino superior/ensino secundário.

Trará à tona, por sua vez, a questão da qualidade do ensino secundário como um dos fatores a serem considerados pelas autoridades educacionais e dirigentes das IES, na definição das políticas e práticas de acesso aos estudos superiores.

Nas entrevistas, percebeu-se a presença de outro fator que não pode ser ignorado: o "**CORPORATIVISMO**" que se delineia como relevante para a definição das políticas e práticas de acesso ao ensino superior. Isso porque a força política dos profissionais liberais sobrevive graças à concessão de privilégios que se transformam em preceitos legais pelo exercício dos portadores dessas credenciais.

Não se tem dados concretos para a análise do poder de força do corporativismo no Paraguai, no Uruguai e na Argentina, mas constata-se que no Brasil o corporativismo está consagrado em leis e instituído em associações profissionais com poderes regulamentadores.

SINGER, apud Vahl (1980:185), adverte:

"O corporativismo é apenas a ponta visível de um "iceberg" que abrange as práticas e recursos humanos das empresas, a conformação das carreiras no serviço público e os interesses do próprio "stablishment" educacional, tornado capitalista e e portanto apto a explorar as oportunidades de lucro que a escolarização de novas habilidades técnicas oferece".

Daí decorre a percepção da importância do corporativismo nas relações estruturais e conjunturais da universidade, o que, por vezes, determina a oferta e/ou fechamento de cursos em determinadas áreas profissionais, caso mais específico de Medicina, Direito, Engenharia, Psicologia, Odontologia etc. E isto acontece porque essas categorias profissionais detêm certas prerrogativas decorrentes de regulamentação corporativista.

Constata-se que a maioria dos dirigentes das universidades reconhecem a importância de alguns fatores que interferem na definição da política de expansão planejada, o que representa uma similaridade relevante no contexto do Mercosul.

Nesta perspectiva, a pesquisa bibliográfica, documental e os dados obtidos pelos instrumentos de pesquisa indicam que estas similaridades acontecem de forma específica, em cada país.

10. Acesso ao Ensino Superior no Processo de Integração Universitária

O processo de integração universitária está acontecendo entre os países através de intercâmbios entre algumas universidades e/ou instituições governamentais.

Casos concretos podem ser citados:

- a) O intercâmbio de estudantes com aproveitamento e creditação de disciplinas entre universidades dos quatro países.*

- b) Trabalhos conjuntos de pesquisa que estão em execução entre a Universidad Nacional de Misiones e a UNOESC, a respeito do processo histórico na região de fronteira.*
- c) O intercâmbio de docentes e pesquisadores que já acontece há vários anos entre algumas das universidades dos quatro países.*
- d) A execução de cursos de pós-graduação, que estão sendo desenvolvidos entre universidades, com o objetivo de promover a integração latino-americana.*
- e) O livre trânsito que está sendo oferecido a dirigentes, professores, pesquisadores e alunos, para que conheçam culturas diferentes, estrutura universitária e outras atividades, que visam o intercâmbio de informações para identificar semelhanças e diferenças.*

Amplia-se o horizonte do conhecimento através da realização de uma série de eventos, nas mais diversas áreas de atuação, dos quais são citados apenas aqueles em que há envolvimento da UNOESC/UFSC, tais como:

- a) Seminário de Direito Internacional, promovido pelas entidades profissionais de Direito, Poder Judiciário e universidades através dos cursos de Ciências Jurídicas, envolvendo alunos e professores.*
- b) Seminário "Diálogo e Cooperação entre as Universidades dos Países do Mercosul, com participação de dirigentes das maiores instituições universitárias do sul do Brasil e demais países-membros.*
- c) Encontros "A Educação e o Mercosul, Desafio Político e Pedagógico", com o envolvimento de profissionais da educação dos mais variados segmentos, com o propósito de discutir semelhanças e diferenças dos sistemas educacionais, na perspectiva de viabilização de políticas públicas na educação, que atendam aos interesses e necessidades da integração dos povos latino-americanos.*

d) Encontro de Cientistas Sociais, realização conjunta da UNOESC e Universidad Nacional de Misiones, com vistas à elaboração de projetos conjuntos.

Pode ser destacado ainda, o trabalho da Asociación de integración Regime Universitario - ADIRU, da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO, do Instituto de Integração Latino-Americano da Universidad Nacional de la Plata, dos escritórios de assuntos internacionais das universidades federais no Brasil e órgãos similares em algumas universidades da Argentina, Paraguai, Uruguai e universidades privadas brasileiras.

Identificadas algumas das iniciativas voltadas para o projeto de integração universitária, procurou-se investigar em que grau o acesso ao ensino superior se torna importante no processo de integração.

A tabela a seguir, com a respectiva análise mostra os resultados obtidos na coleta de dados.

TABELA XII

O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

GRAU DE IMPORTÂNCIA	BRASIL	ARGENTINA	PARAGUAI	URUGUAI	MEDIA
M. I.	30,8	15,4	15,4	15,4	77,0
R. I.	3,8	7,6	3,8	3,8	19,0
S. I.	3,8	-	-	-	3,8
TOTAL	38,4	23,0	19,2	19,2	-

Fonte: Instrumentos de coleta de dados

Os dados apresentam que 77,0 % dos respondentes percebem como muito importante o acesso ao ensino superior no processo de integração, indicativo relevante para o assunto em questão.

Apesar de muito pouco ou quase nada se encontrar-se publicado sobre esse tema, este fato desafia as autoridades educacionais e dirigentes das IES dos quatro países em ampliar esse estudo, para inclui o acesso ao ensino superior, entre os eixos temáticos nos eventos que vêm sendo realizados.

Alguns depoimentos de reitores de universidades encaminha essa discussão ao CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e órgãos similares nos demais países, para que ofereçam subsídios ao estudo das modalidades de ingresso adotadas pelas universidades latino-americanas, de forma a intercambiar modelos e incorporar propostas que sejam adequadas à realidade contextual de cada instituição.

Há que se reconhecer que o acesso ao ensino superior não faz parte do rol de temas que vêm sendo debatidos pelos dirigentes das IES, na integração do Mercosul.

Contudo, ao se retomar o problema de pesquisa percebe-se que os fatores destacados neste trabalho, na verdade, interferiram ou interferem na definição das políticas e práticas de acesso ao ensino superior.

11. Concepção do Acesso ao Ensino Superior nas Universidades dos Países que Integram o Mercosul

Os pressupostos filosóficos que norteiam as autoridades educacionais e dirigentes das IES na formulação das políticas e definição das práticas de acesso ao ensino superior estão pautadas por algumas variáveis que interferem na definição deste processo.

A necessidade de planejar sua expansão tem feito com que as universidades levem em consideração alguns fatores relevantes para determinar as condições de ingresso nos estudos superiores.

Alguns desses fatores transcendem as condições institucionais para a tomada de decisão, pois elas resultam do conjunto de forças que determinam a demanda pela educação de 3º grau.

Na análise de DUARTE (1993:62),

"o planejamento na educação superior deve visar à criação de condições que tornem o sistema coerente com a demanda pelo ensino superior".

Portanto, para que seja possível planejar com segurança há que se prever, projetar, avaliar situações; e certamente o acesso ao ensino superior se inclui entre essas preocupações.

A este respeito RIBEIRO (1977:109) enfatiza que o acesso ocorre em decorrência das políticas educacionais de cada um dos países.

Este é o caso da Argentina que, em decorrência do processo de democratização político-administrativa, implantou, na década de 80, o acesso

livre e irrestrito, adotando um modelo que pela sua peculiaridade não tem similar nos demais países latino-americanos.

Uruguai e Paraguai não passaram por mudanças políticas significativas que resultassem em democratização do acesso ao ensino superior.

No caso brasileiro, o processo de democratização aconteceu com a interiorização do ensino superior, promovido pela criação de novas universidades e estabelecimentos isolados, o "boom do ensino superior", sem que isto representasse mudança na sua política de acesso.

Dos quatro países membros do Mercosul, Argentina Uruguai adotam o ingresso livre e restrito, com algumas diferenças: na primeira, a restrição se faz ao longo do 1º ano do curso superior, através de processo de seleção, enquanto que o sistema uruguaio vincula a terminalidade do ensino secundário em área afim ao curso superior desejado pelo estudante.

No Paraguai e em grande parte das universidades privadas da Argentina o ingresso se dá através de processo de seleção; no Brasil, via concurso vestibular classificatório determinado pelo "**numerus clausus**".

Conclui-se, portanto, que a concepção de acesso ao ensino superior é "**discriminatória**", como resultado da pesquisa bibliográfica, documental e coleta de dados através dos instrumentos de pesquisa, uma vez que prevalece esta modalidade entre os quatro países-membros do Mercosul.

Esta constatação reforça a necessidade de que as autoridades educacionais e os dirigentes das IES, direcionem suas ações para o ingresso ao ensino superior, como resultado do processo de integração universitária.

CONCLUSÕES

O conceito de integração evoca diversas conotações que se convertem em esforços para a construção de uma nova realidade, sem que se percam as identidades particulares.

A integração como processo implica busca de articulação de ações com o propósito de encontrar-se, redescobrir-se e encontrar respostas para problemas comuns. Sem dúvida, a integração não é algo abstrato, mas exige cooperação entre as pessoas e ações conjuntas que resultem na elaboração de políticas educacionais que as apoiem.

Para Parra (1994:269):

"Ello constituye la condición sine qua non para reunion de esfuerzos y el surgimiento de una realidad integrada constituida por partes que concurren con sus aportes claramente distintos y originales, de manera de poder así haver efectiva una contribución específica a la tarea conjunta de solucionar los problemas comunes."

Indiscutivelmente esta visão implica desafios imensos para a implementação de ações conjuntas, o que permite promover múltiplas opções para o fortalecimento da participação e adequação de políticas educacionais como resultado da simbiose da realidade contextual dos países-membros.

Pela profundidade de seu processo integrativo, o Mercosul aponta para a construção de um mercado comum acadêmico, muito mais amplo que acordos em

níveis determinados de ensino e/ou instituições isoladas, implicando discussão sobre a integração de sistemas de ensino superior.

Nesse contexto, destaca-se, entre outros aspectos, a missão da universidade na geração e na disseminação de novos conhecimentos, na formação de profissionais das mais variadas áreas de atividades e na solução de problemas do acesso aos estudos superiores à mais ampla gama da sociedade.

MOROSINI (1994:305) destaca:

"Sem dúvida, o desenvolvimento de uma cultura institucional que introjete a integração nas vivências do dia-a-dia da universidade seria a grande meta a ser alcançada. Um dos caminhos para o desenvolvimento de uma cultura de integração é a mobilidade de professores e de alunos dos vários países".

Há que se privilegiar, entre outras questões, a investigação centros/grupos sobre a educação superior, a frequência a programas de pós-graduação, os mecanismos e as modalidades de vinculação com o setor produtivo, a visão interdisciplinar sobre os problemas que afetam os quatro países e a vontade política das autoridades educacionais dos países-membros e dirigentes das IES em promover a integração.

Na caminhada da integração, algumas universidades dos países-membros estão mantendo, entre si, programas de intercâmbio de docentes, de alunos e de pesquisadores, e executam projetos de pesquisa em conjunto.

Além dessa caminhada, vêm sendo realizados, durante os últimos anos, eventos que, pelas discussões de variados temas, têm fortalecido o espírito da integração universitária.

Contudo, como afirmam algumas autoridades, é apenas pela via dos intercâmbios, encontros internacionais e visitas recíprocas para trocas de experiências que a integração vai se consolidando, a partir da iniciativa isolada de dirigentes das IES que buscam a construção de uma nova realidade.

Neste sentido há um longo caminho a percorrer, porque as questões conjunturais dos países, tais como contingente populacional, necessidade de mão-de-obra, estrutura universitária, entre outros aspectos, contribuem para destacar as diferenças.

Este é o caso das políticas e práticas de acesso ao ensino superior que, de maneira geral, nos quatro países se caracterizam como resultado de um processo discriminatório de seleção, mas que apresentam diferenças consideráveis quanto à operacionalização.

No Brasil, o MEC acena com a extinção do vestibular, apresentando a proposta de ingresso como resultado da avaliação sistemática ao longo do ensino secundário.

Essa experiência já vem sendo desenvolvida pela UnB e CESGRANRIO, que estabeleceram programas de avaliação dos estudantes nas três séries do 2º grau, destinando parte das vagas dos cursos oferecidos para alunos esta

proposta, uma vez que as demais vagas estão sendo oferecidas através do concurso vestibular convencional.

Pelo fato de não existir modalidade similar de ingresso nos demais países do Mercosul, esta iniciativa demonstra a preocupação das autoridades educacionais brasileiras em oferecer alternativas mais democráticas de acesso.

Contudo, percebe-se que esta proposta não está inserida no rol das medidas governamentais que se voltam para o processo de integração universitária no Mercosul.

Isto acontece, provavelmente, face às condições embrionárias em que se encontra a educação como um subgrupo a ser criado no Projeto Mercosul, como resultado da aplicação do Plano Trienal de Educação.

Neste contexto, a integração universitária, como um apêndice da integração educacional, ainda se constitui numa expectativa dos segmentos envolvidos no processo.

Em face destas indefinições, percebe-se que as políticas e práticas de acesso ao ensino superior, como parte integrante da proposta de integração universitária, ainda não foi detectada como um dos problemas a serem considerados.

A análise bibliográfica, os dados coletados nas entrevistas e questionários e as evidências conjunturais nos quatro países indicam que as políticas e práticas de acesso ao ensino superior estão sendo gradativamente inseridas como um dos eixos temáticos dos eventos e das propostas de intercâmbio universitário em andamento.

Caso concreto é a inclusão do problema do acesso aos estudos superiores no relatório conclusivo de alguns eventos desenvolvidos ao longo de 1994, tais como:

01. Seminário "O Diálogo e a Cooperação entre as Universidades do Mercosul", realizado em outubro de 1994, em Balneário de Camboriu, no qual o problema do acesso ao ensino superior foi inserido como um dos assuntos que serão apresentados para discussão no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, com posterior encaminhamento para discussão mais ampla entre os reitores das universidades dos demais países-membros.

02. "IIº Encontro de Cientistas Sociais", realizado em Chapecó, em maio de 1994, em que se reconhece como uma das funções da universidade a identificação de pontos comuns e diferenciados da realidade latino-americana, oferecendo sua contribuição para a construção de uma nova realidade.

03. IIIº Encontro "A Educação e o Mercosul: Desafio Político Pedagógico", realizado em Porto Alegre, no mês de agosto de 1994, que sugere, no documento denominado "**Carta de Porto Alegre**", a inserção do problema do acesso ao ensino superior como um dos eixos temáticos do Subgrupo 12, que trata da Educação, na estrutura organizacional do Projeto Mercosul.

Como se vê, as políticas e práticas de acesso ao ensino superior estão gradativamente ocupando seu espaço no cenário do processo de integração universitária entre os países-membros do Mercosul.

Dai porque o presente trabalho se torna relevante, uma vez que os seus resultados poderão servir de subsídios para que a macrovisão das várias modalidades de ingresso adotadas pelas universidades dos países-membros favoreça a inserção das questões do ingresso dos estudantes ao ensino superior no processo de integração universitária. De fato, a partir dessa inserção, as autoridades educacionais e os dirigentes das IES dos quatro países poderão estabelecer políticas educacionais que definam modalidades de ingresso dos estudantes ao ensino superior, como resultado do processo de integração universitária.

Os resultados obtidos neste trabalho revelam duas políticas de acesso ao ensino superior na área de abrangência do Mercosul:

- a) Acesso Livre, que se operacionaliza de forma irrestrita, em que a conclusão de qualquer curso secundário habilita para o ensino superior, e o acesso restrito, em que se estabelece a exigência de afinidade entre o ensino secundário e o curso superior pretendido.*
- b) Acesso Discriminatório, colocado em prática através de concurso de seleção, com média mínima para aprovação, ou processo classificatório determinado pelo número de vagas oferecido nos respectivos cursos.*

Por outro lado, o trabalho destaca fatores entre aqueles que determinam a formulação das políticas e práticas de acesso:

- a) As condições de absorção da universidade, representada pelos recursos humanos, recursos físicos e recursos materiais.*
- b) A autonomia da universidade para definir sua política de ingresso.*

SUGESTÕES :

Diante da constatação de que as políticas de acesso e as políticas de expansão do ensino superior estão intimamente ligadas, cumpre estabelecer alguns princípios básicos que deverão orientar a busca de integração neste sentido:

- a) As políticas e práticas de acesso ao ensino superior devem fazer parte integrante da autonomia didático-administrativa das universidades.*
- b) As modalidades de ingresso terão de ser definidas como resultado da interação entre as condições estruturais e conjunturais das universidades através da expansão planificada.*

Para que esses princípios sejam efetivamente colocados em prática, há necessidade de aparelhar a universidade e reformar sua organização de planejamento e tomada de decisões, para ajustar-se à demanda social e às necessidades de mão-de-obra.

Essas mudanças devem ser realizadas ao mesmo tempo que as providências de provimento de recursos humanos e materiais para sua implementação.

Uma autonomia maior diante do Governo Federal daria à universidade melhores condições de enfrentar os problemas de sua jurisdição, sem a intervenção do poder central.

Esta tomada de consciência por parte das autoridades educacionais e dirigentes das IES dos quatro países, ao atravessar fronteiras, permitirá que o planejamento institucional seja resultado da macrovisão dos limites e possibilidades

de cada instituição, considerada como um elemento ativo no contexto da integração universitária.

As dificuldades futuras, neste caso, transcendem fatores institucionais, porque resultam do conjunto de forças que determinam a demanda pela educação do 3º grau, como também dos fatores que determinam a procura de seus produtos, considerados, mão-de-obra de alto nível.

Neste caso, as IES se deparam com a questão da competitividade que, sob o ponto de vista organizacional, terá de oferecer autonomia aos seus dirigentes para a conquista de um melhor espaço.

No que concerne ao ingresso de estudantes nos estudos superiores, a universidade, através de seu planejamento institucional, deverá definir critérios próprios para receber seus alunos.

Os argumentos apresentados neste trabalho fortalecem a idéia de que o acesso ao ensino superior terá de ser definido pela própria universidade, como resultado de sua expansão planejada. Ao transferir para a universidade a definição das políticas e práticas de acesso, sem a ingerência do poder central estará se permitindo que surjam mecanismos variados de ingresso, que, de qualquer forma, deverão nortear-se pelo acesso livre ou pelo acesso discriminatório.

Para identificar alguns dos problemas operacionais com que as IES se deparam, vale destacar o que vem ocorrendo no Concurso Vestibular da ACADE, em Santa Catarina, e que se aplica àquelas instituições que permitem ao candidato realizar até duas opções de cursos, na inscrição do concurso vestibular.

No caso específico, apesar de concorrer em duas opções de cursos, há um complicador que torna essa prática inócua, porque a classificação do candidato é feita com base na primeira opção, o que vale dizer que os candidatos que optaram por esses cursos serão listados após a nominata de todos os de primeira opção.

Tal questão tem criado situações inusitadas, porque quando na listagem do desempenho dos vestibulandos grande parte dos classificados em segunda opção obtiveram média superior aos de primeira, mas ficam relegados ao final da lista.

Levando-se em consideração que grande parte dos cursos têm apresentado bem mais inscrições do que as vagas ofertadas, percebe-se que a segunda opção, nesses cursos, têm se tornado "figura decorativa" e os candidatos acabam por aceitar, em segunda opção, cursos de baixa procura, porque reside, neste caso, a expectativa de ingresso no curso superior.

Por outro lado, postulantes aos cursos de pouca procura, que na maioria não preenchem as vagas, são submetidos ao processo classificatório, utilizando-se os mesmos critérios para os cursos e grande procura provocando encargos operacionais que poderiam ser amenizados caso a instituição pudesse definir outros critérios.

Este problema se amplia cada vez mais, em função do processo classificatório, até porque a Lei 5.540/68, que rege o ensino superior, está substancialmente alterada na prática, em função de atos legislativos posteriores que descaracterizaram o texto original.

Talvez a nova LDB traga novos componentes nesse sentido, estimulando as autoridades educacionais e os dirigentes de escolas, em todos os níveis, para numa ampla discussão, mobilizar a sociedade para o encaminhamento de soluções que visem à democratização do acesso ao ensino superior.

E certamente a democratização se efetiva pela descentralização cartorial das políticas e práticas de acesso, atribuindo às universidades a autonomia necessária para que possam definir a melhor forma de receber seus alunos.

Portanto, cada instituição definirá a modalidade de ingresso em função de alguns fatores, entre os quais:

- a) demanda social;*
- b) necessidades de mão-de-obra;*
- c) condições de absorção da universidade;*
- d) vocacionamento da instituição;*
- e) qualidade do ensino secundário.*

Tais fatores constituem a realidade contextual da universidade e servem como elementos norteadores para a definição das modalidades de ingresso.

Entre outras visualizando o "ensino à distância", tem sido muito debatida pelas autoridades educacionais e dirigentes das IES. As alternativas visualizadas no contexto do Mercosul, a implementação do

Esta modalidade de ensino, segundo alguns depoimentos, permitirá a democratização efetiva do acesso, em razão de sua proposta metodológica.

Contudo, no planejamento institucional de cada IES serão definidas as atribuições das comissões especiais, encarregadas da operacionalização do ingresso,

cuja função seria constatar a necessidade ou não do processo de seleção e a forma de realizá-lo.

Para que isto possa acontecer no Brasil, há uma longa caminhada a percorrer, porque o processo de seleção faz parte da cultura educacional brasileira, como resultado da relação contingente populacional/instituições de ensino superior existentes.

Contudo, há que se preservar o ensino público, a princípio massificado, que se depara com a estigmatização do ensino privado como seletivo e de elite.

Percebe-se neste caso, no Brasil, uma tendência à privatização do ensino superior, fenômeno que se acentuou na década de 60/70.

Para FREITAS(1980):

"O ensino particular aliviou o ensino oficial, não só pelos excedentes, em geral, mas justamente aos aspirantes ao ensino superior, provindos das classes subalternas. Vale dizer que a rede oficial passou a funcionar como centro de treinamento da força de trabalho eficaz, requerida pelo poder controlador da economia deficiente, e os alunos que as freqüentam são recrutados nas classes alta e média alta".

Portanto, ressalvadas as proporções no que diz respeito ao contingente populacional e ao número de instituições de ensino superior públicas e privadas existentes no Brasil, será possível a implementação de políticas de acesso ao ensino superior que superem o processo essencialmente classificatório

Esta questão conjuntural reforça o princípio da formulação de critérios pela própria instituição de ensino superior, o que não necessariamente deverá ser feito de forma indiscriminada como hoje acontece no concurso vestibular, em que os candidatos são classificados a partir da relação candidato/vaga.

Neste caso, além dos dois fatores endógenos, que tratam de sua autonomia e de suas condições de absorção, a universidade terá que considerar a qualidade do ensino secundário, como um fator preponderante para a efetiva integração ensino secundário/ensino superior e para a formulação das políticas de ingresso aos estudos superiores.

Finalmente, há que se considerar que o propósito da integração e a conseqüente formação de uma nova realidade ampliam a discussão sobre o acesso ao ensino superior, na área de abrangência do Mercosul, para que se fortaleça a consciência de que esse processo deve ser definido pela própria universidade.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALVES, Janine da Silva. Mercosul: Características Estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Florianópolis. EDUFSC. 1992.
02. AQUINO, Fernando Fernandes de. O Modelo do Concurso Vestibular da ACAFE. Seminário Vestibular Hoje - Coletânea de Textos. Brasília. MEC/SE. 1987.
03. ...Atlas Geográfico Mundial. São Paulo. Folha de São Paulo. 1994.
04. BAHRO, Horst e BECKER, Willi. Educação Pesquisa e Desenvolvimento: O Sistema de Ensino, Ciências e Pesquisa na República Federal da Alemanha. Brasília. CAPES/MEC, 1979.
05. BROVETTO, Jorge. Problemática dei Ingreso, Revista Gaceta. Universitaria. Montevideo. Universidad de la Republica. (02). 1991.
06. CARDOSO, Fernando Henrique. Mercosul: A Perspectiva Brasileira. Revista do Mercosul. Brasília. Gabinete do Senado. março/1993.
07. CARNEIRO, Dirceu. Um Caminho sem Retorno. Revista do Mercosul. Brasília. Gabinete do Senado. julho/1992.
08. CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. Objetivos Organizacionais e Conflito Intraorganizacional : O Caso do Serviço Social do Comercio de Alagoas. Florianópolis. CPGA/UFSC. 1991. (Dissertação de Mestrado).
09. CAZALIS, Pierre. El acceso a los Estudios Terciarios en el Canadá. Anais do Primer Seminario sobre Transferencia o Pase del Ciclo Secundario al Universitario. Buenos Aires. OUI. 1983.
10. CHAGAS, Valnir. O acesso ao ensino superior: suas implicações institucionais. UFRJ. Rio de Janeiro. 1988. (Texto)
11. CUNHA, Jorge & ROBREDO, José. A integração internacional e o Merco-sul. Revista do Mercosul. Brasília. Gabinete do Senado. março/1993.

12. DADDA, Luigi. Los Sistemas de ingreso a la Universidad en Europa. Anais do Primer Seminario sobre Transferencia o Pase dei Ciclo Secundario al Universitario. Buenos Aires. OUI. 1983.
13. DE BRUYNE, Paul. et alii. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro. F. Alves. 1977.
14. DOLCINI, Horacio, A. El ingreso en las Universidades Nacionales en Argentina. Anais do Primer Seminario sobre Transferencia o Pase dei Ciclo Secundario al Universitario. Buenos Aires. OUI. 1983.
15. DUARTE, Arédio Teixeira. Universidade e Sociedade: superando o descompasso. Goiânia. CEGRAF. 1990.
- 16...Estatutos e Reglamentos. Universidad Catolica Nuestra Señora de la Asunción. Asunción. 1993.
17. ...Estatutos e Reglamentos. Universidad Catolica del Uruguai Damaso Antonio Larrañaga. Montevideo. 1993.
18. ...Estatutos e Reglamentos. Universidad Mayor de la Republica. Montevideo. 1993.
19. ...Estatutos e Reglamentos. Universidad Nacional de Misiones. Posadas/Misiones. 1993
20. FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Qualidade de Ensino: Velho Tema, Novo Enfoque. Brasília. MEC/INEP. 1994.
21. FREITAS, Waldir de. Custos do ensino superior. UFJF. Juiz de Fora/MG. 1970. (texto)
22. ...Fundamentos do Mercosul. Brasília. Cartilha do Mercosul. 1992.
23. GADOTTI, Moacir. Educação e Integração no Mercosul. URGs. Porto Alegre. 1994. (texto)
24. GAUDILLA, Carmen Garcia. Modelos de Acceso y Politicas de Ingreso a la Educacion Superior y Socieda, in: Revista Educacion Superior y Sociedad. Caracas. CRESALC. (02). 1980.
25. ...Guia de Formación Profesional. Ministerio de Educación y Cultura. Montevideo. 1990/91.

26. **...Guia do Vestibulando/94**. UnB. Brasília. 1994.
27. KUNZLER, Jacob Paulo. **Mercosul e o Mercado Internacional**. Porto Alegre. Ortiz. 1994.
28. LANDINELLI, Jorge. **Sistema Universitario Uruguayo: Situacion Actual, in: Universidade e Integração no Cone Sul**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 1992.
29. LICCIARDO, Cayetano. **Discurso de Abertura. Anais do Primer Seminario sobre Transferencia o Pase del Ciclo Secundario al Universitario**. Buenos Aires. OUI. 1983.
30. MAGALHÃES Fº, Francisco. **O que é o Mercosul?** Curitiba. UFP. 1992 (Texto)
31. **...Manual do Candidato - Vestibular/94**. ACAFE. Florianópolis. 1994.
32. **...Manual do Candidato - Vestibular/94**. FUVEST. São Paulo. 1994.
33. MENEZES NETO, Paulo Elpidio de. **Universidade, Ação e Reflexão**. Fortaleza. UFC. 1983.
34. MOROSINI, Marília & LEITE, Denise (org.). **Universidade e Integração do Cone Sul**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 1992.
35. MOROSINI, Marília. **Universidade na integração: condicionantes e desafios**. Cortez. São Paulo. 1994.
36. NEVES, Clarice Eckert Baeta. **"Funções sociais do ensino superior hoje"**. São Paulo. Universidade e Sociedade - Coletânea CBE. São Paulo. Papirus. 1992.
37. PARRA, Márcia Prieto. **"La universidad y la integración latiamericana: meta o proceso."** in: MOROSINI, Marília (Org.). **Universidade na integração: condicionantes e desafios**. Cortez. São Paulo. 1994.
38. PERKINS, James A. **Cinco Crises Abalam as Universidades do Mundo**. Rio de Janeiro. USIS. 1973.
39. PIMENTA, Selma Garrido. **A Nova Proposta para a Habilitação Magistério do 2o Grau no Estado de São Paulo**. Brasília. MEC/INEP. 1994.

40. PONS, Jorge Ares. Evaluación Académica y Condición Universitaria. Gaceta Universitaria. Montevideo. 1992.
41. Reglamentos. Universidad Católica Nuestra Señora de La Asunción. Asunción. 1993.
42. Reglamentos. Universidad Católica del Uruguay Damaso Antonio Larrañaga. Montevideo. 1993.
43. "Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GRTU do ME". in: VAHL, Teodoro Rogério. O Acesso ao Ensino Superior no Brasil. Florianópolis. Lunardelli/UFSC. 1980.
44. Relatório do III Encontro Internacional Derecho de America del Sur: la integración hacia el siglo XXI. UNOESC/UCNSA. Asunción. junho/94.
45. Relatório do II Seminário "Diálogo e a Cooperação entre as Universidades do Mercosul". UNIVALI. Itajaí/SC. 1994.
46. Relatório do IIIº Encontro Educação no Mercosul: desafio político-pedagógico. CERPS. Porto Alegre/RS. 1994.
47. RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Administração Universitária. Rio de Janeiro. Aos Livros Técnicos. 1977.
48. RIBEIRO. Sergio da Costa. Universidade Pública: autonomia, soberania e outros bichos. in: Durhan, Eunice & Schwartzman, Simon. Avaliação do Ensino Superior. São Paulo. EDUSP. 1992.
49. RUIZ. Jorge Gines Mora. La demanda de educación superior: una revisión de estudios empiricos. USP. São Paulo. 1993. (Texto)
50. SANDRONI, Paulo(org.). Dicionário de Economia. São Paulo. Best Seller. 1989.
51. SANTOS, Wladimir dos. A Verdade sobre o Vestibular. Atica. São Paulo. 1988.
52. SCHASPONIK, Eduardo C. Universidad, Democracia y Integración latino-Americana.. FUNIAL. La Plata. Universidad de la Plata. La Plata. 1992.

40. PONS, Jorge Ares. Evalución Académica y Condición Universitaria. Gaceta Universitária. Montevideo. 1992.
41. Reglamentos. Universidad Católica Nuestra Señora de La Asunción. Asunción. 1993.
42. Reglamentos. Universidad Católica del Uruguay Damaso Antonio Larrañaga. Montevideo. 1993.
43. "Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GRTU do ME". in: VAHL, Teodoro Rogério. O Acesso ao Ensino Superior no Brasil. Florianópolis. Lunardelli/UFSC. 1980.
44. Relatório do III Encontro Internacional Derecho de America del Sur: la integración hacia el siglo XXI. UNOESC/UCNSA. Asunción. junho/94.
45. Relatório do II Seminário "Diálogo e a Cooperação entre as Universidades do Mercosul". UNIVALI. Itajaí/SC. 1994.
46. Relatório do IIIº Encontro Educação no Mercosul: desafio político-pedagógico. CERPS. Porto Alegre/RS. 1994.
47. RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Administração Universitária. Rio de Janeiro. Aos Livros Técnicos. 1977.
48. RIBEIRO, Sergio da Costa. Universidade Pública: autonomia, soberania e outros bichos. in: Durhan, Eunice & Schwartzman, Simon. Avaliação do Ensino Superior. São Paulo. EDUSP. 1992.
49. RUIZ, Jorge Gines Mora. La demanda de educación superior: una revisión de estudios empiricos. USP. São Paulo. 1993. (Texto)
50. SANDRONI, Paulo(org.). Dicionário de Economia. São Paulo. Best Seller. 1989.
51. SANTOS, Wladimir dos. A Verdade sobre o Vestibular. Atica. São Paulo. 1988.
52. SCHASPONIK, Eduardo C. Universidad, Democracia y Integración latino-Americana. FUNIAL. La Plata. Universidad de la Plata. La Plata. 1992.

53. SCHILLING, Paulo R. **Mercosul: integração ou dominação.** São Paulo. CEDI. 1992.
54. SCHMITZ, Egídio F. **Caminhos da Universidade Brasileira: Filosofia do Ensino Superior.** Porto Alegre. Sagra. 1984.
55. SCHLINDWEIN, Antonio Pedro. **A Integração Latino-Americana: Um Compromisso da Universidade.** Florianópolis. UFSC. 1992. (Texto).
56. SIMIZU, Tomesaburo. **La Realidad Universitaria en Japón. Anais do Primer Seminario sobre Transferencia o Pase del Ciclo Secundario al Universitario.** Buenos Aires. OUI. 1983.
57. SOUSA, Vicente de Paula. **O acesso ao ensino superior: uma proposta para a UNOESC.** Revista Roteiro nº 29. Joaçaba/SC. UNOESC. 1993.
58. SUCUPIRA, Newton. **Problemas do Acesso ao Ensino Superior.** Brasília. MEC-CFE. 1975. (Texto)
59. TRIVIÑO, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo. Atlas. 1982.
60. VAHL, Teodoro Rogério. **O Acesso ao Ensino Superior no Brasil.** Florianópolis. Lunardelli/UFSC. 1980.
61. VASCONCELLOS, José de. **Vestibular: um processo seletivo.** Unb. Brasília. 1980. (Texto)
62. VELOSO, Jaques. **Universidade Pública: política, desempenho e perspectivas.** São Paulo. PAPIRUS. 1991.
63. WARNIER, José. **El acceso, la permanencia y la graduación: vehículos de democracia.** Revista Encuentros nº 3. FCU. Montevideo. abril/94.
64. ZIMMERMAN, Ivo. **Relatório do Vestibular** - 1993. Florianópolis. COPERVE/UFSC. 1993.

ANEXOS

CÓPIA DE ATA

Os Ministros de Educação da República da Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai,

Considerando :

- Que a integração dos países participantes no Mercado Comum do Sul cumpre e deverá cumprir um papel estratégico na dinâmica do desenvolvimento de seus povos, nas aspectos social, cultural, tecnológico e econômico;
- Que a educação é indispensável para o cumprimento dos objetivos mencionados;
- A necessidade de adotar mecanismos específicos para estabelecer e manter atualizado um sistema de revalidação de estudos nos níveis de educação fundamental e média, entre os Estados Membros do MERCOSUL:
- A importância de aprofundar o estudo de sistemas de equivalências nas áreas do Ensino Técnico e Superior;
- A importância da educação científica, tecnológica e ambiental para a compreensão da realidade regional e mundial, a fim de alcançar um desenvolvimento integral que responda também aos desafios que propõe a comunidade internacional;

- O compromisso de continuar a execução dos programas e subprogramas do Plano Trienal para o Setor Educação, contexto do MERCOSUL.

ACORDAM :

1º - Reafirmar o compromisso de adotar, um curto prazo, um sistema de equivalência de estudos nos níveis fundamental e médio, bem como reconhecer os avanços realizados nos Estados Membros, quanto à definição de critérios comuns.

2º - Convocar reunião de especialistas da área técnico-profissional, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de determinação de equivalência e certificações de estudos.

3º - Constituir grupos nacionais, em nível do ensino superior, para elaborar propostas tendentes a implementação de um sistema de equiparação e reconhecimento de estudos, títulos e diplomas, entre os Países Membros.

4º - Constituir Equipe Técnica Regional que elabore propostas curriculares para um maior conhecimento entre os povos da região.

5º - Estabelecer um programa de melhoria do ensino das Ciências nos níveis da educação fundamental e média, unindo esforços e experiências de nossos países, em coordenação com as ações dos organismos internacionais, nesta matéria.

6º - Incorporar a educação ambiental como um dos temas prioritários na programação do MERCOSUL educativo.

7º - Desenvolver programas regionais de pós-graduação, nas áreas temáticas vinculadas ao processo de integração do MERCOSUL.

8º - Estabelecer um programa de formação das línguas oficiais do MERCOSUL.

9º - Fortalecer as ações educativas que respondam às necessidades regionais, com o apoio da cooperação técnica internacional.

10 - Aprovar o relatório de atividades cumpridas durante o primeiro semestre do ano de 1993 e submeter à apreciação a programação do segundo semestre.

11 - Submeter os Acordos precedentes à reunião, para sua posterior consideração pelo Conselho do Mercado Comum.

Asuncion, junho de 1993

ESTRUTURA DO PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA I - FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL FAVORÁVEL AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

SUB-PROGRAMA 1.1 - Informação e Reflexão sobre o Impacto do processo de Integração no Mercosul

- OBJETIVOS: Promover o conhecimento do impacto da integração e difundir esta informação nos diferentes níveis do sistema educacional.

- LINHAS DE TRABALHO :

a) Realizar seminários, conferências, painéis para refletir sobre os temas ou aspectos vinculados ao Mercosul, em especial sobre po impacto socio-econômico da integração.

b) Produzir materiais referentes ao tema do Mercosul.

c) Implantar programas de difusão que possibilitem a compreensão dos benefícios e resultados esperados pelo processo de integração.

d) Elaborar programas de intercâmbio de docentes, técnicos, administradores e alunos para promover conhecimento das realidades e formas de vida dos países membros.

e) Propor políticas e estratégias que assegurem o conhecimento mútuo e a valorização da identidade cultural comum.

-ATIVIDADES :

01. Organização de seminário regional, por semestre a cargo de país coordenador, com o objetivo de produzir conhecimentos de utilidades para as ações nacionais.

02. Elaboração de programas nacionais anuais de debate sobre o Mercosul.

03. Preparação de materiais, específicos que favoreçam o conhecimento de cada país.

04. Elaboração de documentos regionais sobre o Mercosul.

05. Produção de documentos nacionais que reflitam o impacto do Mercosul em cada país.

06. Elaboração de programas nacionais de difusão anual, utilizando os materiais produzidos e dirigidos a docentes e alunos, através dos centros educacionais e meios de comunicação social.

07. Realização do dia/semana do Mercosul nos centros educacionais e culturais.

08. Organização de atividades de intercâmbio por semestre a cargo de país coordenador.

09. Preparação em cada país, de ações de transferência das experiências de intercâmbio.

10. Constituição de grupo de trabalho para propor políticas e estratégias que assegurem a integração cultural.

SUB-PROGRAMA 1.2 - Aprendizagem dos idiomas oficiais do Mercosul(Português e Espanhol)

- OBJETIVOS : Implementar o ensino de Português e Espanhol nas Instituições dos diferentes níveis e modalidades do sistema educativo, para melhorar a comunicação entre os países que compõem o Mercosul.

- LINHAS DE TRABALHO

a) Introduzir nos currículos dos diferentes níveis educativos o ensino de espanhol e do português.

b) Propor alternativas metodológicas para o ensino do espanhol e do Português.

c) Desenvolver programas para a formação e capacitação de docentes que facilitem o ensino-aprendizagem dos idiomas oficiais do Mercosul.

- ATIVIDADES

01. Elaboração de esquemas básicos de conteúdos e de materiais didáticos, segundos níveis de ensino.

02. Constituição de grupo de trabalho com especialistas da área, com vistas ao intercâmbio de experiências e a proposição de metodologias específicas.

03. Preparação e difusão de materiais didáticos.

04. Realização de cursos, seminários e encontros de docentes da região.

05. Implementação de cursos de formação de docentes para a área.

PROGRAMA II - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CONTRIBUIR AO DESENVOLVIMENTO

SUB-PROGRAMA 2.1 - A Educação Básica e Média

- OBJETIVOS - Promover estratégias de desenvolvimento do ensino fundamental e médio, destinados a favorecer a preparação da população para o exercício e desempenho produtivo no contexto do Mercosul.

- LINHAS DE TRABALHO

a) Realizar levantamento dos currículos do ensino fundamental e médio, visando a atualização de conteúdos, segundo as demandas do Mercosul.

b) Realizar estudos regionais sobre modelos alternativos de educação de adultos que favoreçam maior vinculação com o setor produtivo.

c) Sistematizar as experiências de descentralização, levadas a cabo nos países, que permitam a melhoria dos processos de gestão institucional;

d) Propor ações que possibilitem oportunidades equitativas de capacitação qualificada das camadas mais desfavorecidas da população, visando a sua inserção no mercado de trabalho;

e) Implementar atividades nacionais e regionais de capacitação docente para áreas significativas para o Mercosul.

- ATIVIDADES

01. Formação das equipes nacionais para realizar o levantamento de informações sobre os currículos vigentes.

02. Constituição de equipe regional para identificar as demandas do Mercosul, especialmente em Matemática, Ciências, História e Geografia.

03. Constituição de equipes nacionais para levantar informações sobre os modelos de educação de adultos em cada país.

04. Criação de equipe regional para identificar as demandas do Mercosul, em especial as referentes à mão de obra.

05. Constituição de equipe regional para realizar estudos sobre experiências de descentralização, em nível das administrações governamentais e das instituições escolares.

06. Levantamento das experiências e programas de educação supletiva nos quatro países.

07. Elaboração de programa regional para realizar ações de apoio e de educação supletiva para os setores desfavorecidos.

08. Definição de propostas de capacitação docente relacionadas ao processo de atualização curricular, especialmente em Matemática, Ciências, História e Geografia.

09. Organização de seminários regionais, por semestre, para a difusão de inovações educativas.

SUB-PROGRAMA 2.2 - Formação Técnico-Profissional

- OBJETIVO : Estabelecer políticas e estratégias para a formação técnico-profissional e partir da determinação das áreas mais dinâmicas da economia em um mercado ampliado.

- LINHAS DE TRABALHO :

a) Estabelecer mecanismos de coordenação com os representantes dos grupos de trabalho do Mercosul, com vistas à definição das áreas de maior impacto.

b) Realização de estudos descritivos e prospectivos, nacionais, sobre as formas de vinculação entre os setores produtivos e educativos.

c) Propor alternativas válidas para o desenvolvimento da vinculação eficiente entre educação-trabalho-produção existentes nos países do mercosul.

d) Desenvolver ações nacionais e regionais de capacitação técnico-profissional, como resposta às demandas do Mercosul.

- ATIVIDADES :

01. Realização de reuniões periódicas com os grupos de trabalho do Mercosul.

02. Consolidação da informação no âmbito do Comitê Coordenador Regional.

03. Constituição de equipes técnicas nacionais e regionais de trabalho com o objetivo de sistematizar as informações, com base no esquema comum acordado no Comitê Coordenador Regional.

04. Elaboração de uma proposta regional que reflita as alternativas válidas para o desenvolvimento da vinculação entre educação-trabalho-produção, tendo em conta outras experiências internacionais.

05. Implementação de programa regional de ensino técnico-profissional.

06. Criação de rede de cooperação técnica interinstitucional.

SUB-PROGRAMA 2.3 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos de Alto Nível

- OBJETIVO : Promover políticas e estratégias para a formação e capacitação de recursos humanos de alto nível para as áreas de maior impacto no Mercosul.

- LINHAS DE TRABALHO :

a) Estabelecer mecanismos de coordenação com os representantes dos grupos de trabalho do Mercosul com vistas à definição das áreas de maior impacto.

b) Identificar os acordos e convênios de cooperação técnica existentes entre os países do Mercosul em relação à formação e capacitação de recursos humanos de educação superior, em nível governamental e não governamental.

c) Implementar políticas de cooperação entre as instituições de educação superior dos países membros, para melhorar a formação e capacitação científica, tecnológica e cultural.

- ATIVIDADES :

01. Realização de reuniões periódicas com os grupos de trabalho do Mercosul.

02. Análise das informações levantadas e definição das áreas de impacto.

03. Levantamento da informação necessária pelos Estados-membros.

04. Realização de análise comparativa dos estudos de cada país.

05. Promoção da comunicação entre instituições através das redes de informações.

06. Organização de ações de articulação e de fomento da cooperação entre as instituições de ensino.

SUB-PROGRAMA 2.4 - Pesquisa e Pós-Graduação

- OBJETIVO : Promover a formação de base de conhecimentos científicos, recursos humanos e infraestrutura institucional de apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas do Mercosul.

- LINHAS DE TRABALHO :

a) Identificar grupos, linhas e pesquisas realizadas e em desenvolvimento.

b) Promover a formação de recursos humanos de alto nível, através da realização de pesquisas conjuntas de interesse do mercosul.

c) Difundir os resultados das pesquisas para as comunidades científicas da região, setores produtivos e governos.

- ATIVIDADES :

01. Realização de estudos nacionais sobre a capacidade instalada de pesquisas e pós-graduação.

02. Organização do programa regional de pesquisa e pós-graduação.

03. Desenvolvimento de programa regional de difusão dos resultados das pesquisas.

PROGRAMA III - COMPATIBILIZAÇÃO E HARMONIZAÇÃO DOS SISTEMAS EDUCATIVOS

SUB-PROGRAMA 3.1 -Harmonização Acadêmica, Jurídica e Administrativa

- OBJETIVO Promover mecanismos jurídicos, administrativos e acadêmicos que possibilitem a compatibilização dos sistemas educativos.

- LINHAS DE TRABALHO :

a) Levantar informações relativas ao estado atual da organização dos sistemas educativos e seus currículos nos diferentes níveis.

b) Identificar convênios e acordos relativos à educação, que regulam as relações entre países e entre instituições públicas e privadas.

c) Propor medidas que facilitem a mobilidade dos docentes e dos técnicos nos processos de capacitação de recursos humanos.

d) Criar mecanismos, coordenados com os Ministérios da Economia e Trabalho, que permitam o reconhecimento de estudos e homologação de títulos, com a finalidade de facilitar a circulação de estudantes e profissionais da região.

- ATIVIDADES :

01. Constituição de equipes técnicas de trabalho com o objetivo de sistematizar a informação, com base em esquema comum, definido pelo Comitê Coordenador Regional.

PROGRAMA III - COMPATIBILIZAÇÃO E HARMONIZAÇÃO DOS SISTEMAS EDUCATIVOS

SUB-PROGRAMA 3.1 -Harmonização Acadêmica, Jurídica e Administrativa

- OBJETIVO Promover mecanismos jurídicos, administrativos e acadêmicos que possibilitem a compatibilização dos sistemas educativos.

- LINHAS DE TRABALHO :

a) Levantar informações relativas ao estado atual da organização dos sistemas educativos e seus currículos nos diferentes níveis.

b) Identificar convênios e acordos relativos à educação, que regulam as relações entre países e entre instituições públicas e privadas.

c) Propor medidas que facilitem a mobilidade dos docentes e dos técnicos nos processos de capacitação de recursos humanos.

d) Criar mecanismos, coordenados com os Ministérios da Economia e Trabalho, que permitam o reconhecimento de estudos e homologação de títulos, com a finalidade de facilitar a circulação de estudantes e profissionais da região.

- ATIVIDADES :

01. Constituição de equipes técnicas de trabalho com o objetivo de sistematizar a informação, com base em esquema comum, definido pelo Comitê Coordenador Regional.

02. Elaboração dos informes nacionais e de análises comparativas.

03. Realização de análise da informação produzida.

04. Identificação de dificuldades e obstáculos para a mobilidade de docentes e técnicos da região.

05. Preparação de instrumentos e normas facilitadoras do processo de integração.

06. Criação de equipe interministerial de consulta, constituída por representantes do setor Educação, Economia e Trabalho, para identificar as ações prioritárias.

07. Formulação de propostas de flexibilização, credenciamento e reconhecimento de estudos e títulos.

SUB-PROGRAMA 3.2 - Sistema de Informação

- OBJETIVO : Estabelecer um sistema de informação em rede que possibilite conhecer os dados educativos relevantes dos países signatários do Tratado de Assunção, assim como facilitar o acesso ao conhecimento disponível sobre o mercado de trabalho e setores de atividade.

- LINHA DE TRABALHO :

a) Criar uma base de dados educativos relevantes e uma rede de comunicação.

- ATIVIDADES :

01. Designação das instituições responsáveis pelos bancos de dados de cada país.

02. Realização de reunião entre instituições responsáveis pelos bancos de dados, para definir a informação educativa relevante, o perfil da rede e o plano de funcionamento.

03. Implementação da rede nos países-membros.

OFICIO DE ENCAMINHAMENTO DO QUESTIONÁRIO

Florianópolis(SC), abril de 1994.

Prezado(a) Senhor(a) !

O presente questionario foi elaborado para que as pessoas envolvidas com o ensino superior possam expressar sua compreensão quanto às formas de ingresso nos cursos superiores das universidades dos países que integram o Mercosul.

Pretende-se, portanto, identificar a possível ingerência que a questão do acesso ao ensino superior poderá exercer sobre o processo de integração universitária dos países- membros.

Solicito sua gentileza de, após respondê-lo, devolvê-lo com a maior brevidade possível, para a pessoa que for indicada nessa Universidade.

Os resultados deste levantamento integrarão o trabalho de dissertação que estou realizando junto à Universidade Federal de Santa Catarina, como complementação do Curso de Mestrado em Administração Universitária.

Agradeço antecipadamente sua prestimosa colaboração.

Cordialmente,

Vicente de Paula Sousa

Mestrando

ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE O QUESTIONÁRIO

Este instrumento pretende analisar a percepção das pessoas que compõem a comunidade universitária dos países membros do Mercosul, com relação às políticas de acesso ao ensino superior adotadas em cada país.

Na fase de coleta de dados, o questionário deverá obter informações de 05 segmentos da comunidade acadêmica de todas as universidades pesquisadas.

No caso do Paraguai e do Uruguai serão coletados dados nas duas universidades de cada país.

Por sua vez, no Brasil e na Argentina, em razão das dificuldades de deslocamento do pesquisador, decidiu-se pela amostra dirigida de algumas das universidades que estão envolvidas com projetos específicos de integração universitária.

De acordo com o seu envolvimento e conhecimento das atividades quotidianas de sua universidade, responda às questões formuladas assinalando com um "x" a opção que julgar mais significativa e, quando for o caso, descreva sua opinião de forma sucinta.

De sua contribuição depende o sucesso ou o fracasso deste trabalho, daí porque rogamos sua gentileza em fazer a devolução do questionário, devidamente respondido, à pessoa que o entregou, ou se julgar mais conveniente, poderá encaminhá-lo diretamente ao pesquisador, se possível, num prazo de 15 (quinze) dias após o seu recebimento.

I - IDENTIFICAÇÃO

01. Favor assinalar com um "x" a sua instituição:

- ☐ Universidade de Brasília - UnB
- ☐ Universidade do Estado de São Paulo- USP
- ☐ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
- ☐ Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC
- ☐ Universidad Federal do Rio Grande do Sul - URGs
- ☐ Universidad Nacional de La Plata
- ☐ Universidad Nacional de Misiones
- ☐ Universidad Católica de La Plata
- ☐ Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción
- ☐ Universidad Nacional de Asunción
- ☐ Universidad Católica Antonio Damaso Larrañaga
- ☐ Universidad Mayor de la República

02. Qual o segmento de sua instituição que você representa ?

- ☐ Pró-Reitor de Ensino ou Cordinador General de Ensino
- ☐ Representante dos Professores
- ☐ Responsável pelo Orgão que realiza o processo de ingresso dos
estudantes em sua Universidade.

- ☐ Responsável pelo Orgão de Relações Internacionais ou de
Integração Latino-Americana, de sua Universidade.
- ☐ Representante dos alunos.

II - QUESTÕES GERAIS

03. Qual o conhecimento que você tem sobre a forma de ingresso no ensino superior adotada por sua Universidade?

- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

04. Justifique brevemente:

05. Dentre as várias questões que estão sendo discutidas para a implantação do Projeto Mercosul, como você considera o seu conhecimento sobre todas ou sobre alguma delas ?

- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

06. Justifique brevemente:

III - PROCESSO DE INGRESSO NOS ESTUDOS SUPERIORES

Nas questões a seguir, destacamos alguns fatores mais significativos na formulação das políticas de acesso ao ensino superior em seu país.

De acordo com essas políticas, as universidades realizam o processo de ingresso nos estudos superiores de seus estudantes.

07. O contingente populacional de seu país é um dos fatores que determinam a definição das políticas de acesso ao ensino superior.

Como você considera este fator, de acordo com o seu grau de importância ?

- () Muito importante
- () Relativamente importante
- () Sem importância

08. A demanda reprimida (candidatos em potencial, fora da universidade), se constitui num dos fatores que definem as políticas de acesso à Universidade em seu país. Você considera esse fator:

- () Muito importante
- () Relativamente importante
- () Sem importância

09. As necessidades do mercado de trabalho são consideradas como um dos fatores que definem as políticas de acesso ao ensino superior.

Como você considera este fator, de acordo com sua importância ?

- ☐ Muito importante
- ☐ Relativamente importante
- ☐ Sem importância

10. As condições físicas e materiais, bem como os recursos humanos disponíveis nas universidades, se constituem em fatores significativos para determinar as formas de ingresso nos estudos superiores. Você

considera este fator:

- ☐ Muito importante
- ☐ Relativamente importante
- ☐ Sem importância

11. A possibilidade de autonomia de algumas universidades em determinar a forma de ingresso e seleção de seus alunos é

- ☐ Muito importante
- ☐ Relativamente
- ☐ Sem importância

12. Na sua opinião, as formas de ingresso utilizadas por sua Universidade satisfazem às expectativas dos candidatos ao ensino superior ?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe

13. Justifique brevemente:

14. Qual dos fatores abaixo indicados você considera como o mais significativo para determinar a forma de ingresso nos estudos superiores em seu país?

- ☐ () Contingente populacional do país.
- ☐ () Demanda reprimida de candidatos (alunos em potencial fora da universidade).
- ☐ () Necessidades do mercado de trabalho.
- ☐ () Condições físicas, materiais e recursos humanos de que dispõe a universidade.
- ☐ () Possibilidade de autonomia de algumas universidades para decidir a forma de ingresso e seleção de seus candidatos.

IV - POLÍTICAS DE ACESSO

Os países que integram o Projeto Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) têm políticas diferenciadas de acesso ao ensino superior.

Constata-se, portanto, que algumas universidades desses países realizam o ingresso dos estudantes de forma diferenciada.

15. De acordo com sua importância, como você considera o Ingresso

Automático, sem Concurso de Seleção, no qual o candidato, para e

efetuar sua matrícula, deverá apenas comprovar que o seu curso secundário tem afinidade com a área de estudos ou curso superior pretendido?

- ☐ Muito importante
- ☐ Relativamente importante
- ☐ Sem importância

16. De acordo com sua importância, como você considera o Ingresso Automático, sem Concurso de Seleção, em que o candidato deverá matricular-se inicialmente no "curso introdutório", com características de "nivelamento", para posterior ingresso na área de estudos ou curso superior pretendido?

- ☐ Muito importante
- ☐ Relativamente importante
- ☐ Sem importância

17. Como você considera, de acordo com sua importância, o Ingresso através de Concurso de Seleção, em que para matrícula na área de estudos ou curso pretendido, a Instituição leva em consideração a "média mínima" obtida pelo candidato, sem limite de vagas?

- ☐ Muito importante
- ☐ Relativamente importante
- ☐ Sem importância

18. De acordo com sua importância, como você considera o Ingresso através de Concurso Classificatório, em que os candidatos são

matriculados por ordem de classificação até o "limite de vagas" oferecidas na área de estudos ou curso superior pretendido.

- ☐ () Muito importante
- ☐ () Relativamente importante
- ☐ () Sem importância

19. Das formas para ingresso nos estudos superiores, adotadas pelas universidades dos países que integram o Mercosul, qual a que você considera mais significativa? (Assinalar apenas uma delas)

- ☐ () Ingresso automático, sem concurso de seleção, mas com a exigência de curso secundário afim com a área de estudos ou curso superior pretendido.
- ☐ () Ingresso automático, sem concurso de seleção, no qual o candidato deverá matricular-se inicialmente em "curso introdutório", com características de nivelamento.
- ☐ () Ingresso através de Concurso de Seleção, sem limite de vagas, no qual a matrícula será feita de acordo com a média mínima obtida pelo candidato.
- ☐ () Ingresso através de Concurso Classificatório, no qual os candidatos são classificados em ordem decrescente, e a matrícula será feita até o limite de vagas oferecidas (numerus clausus).

20. Justifique brevemente :

Algumas universidades dos países membros do Mercosul estão realizando, de forma conjunta, alguns projetos de integração, como é o caso das universidades relacionadas no início deste questionário

21. Avançar nessa caminhada de integração, direcionando os projetos

hoje em desenvolvimento para discussões sobre as formas de ingresso no ensino superior adotadas por essas Universidades é,

☐ Muito importante

☐ Relativamente importante

☐ Sem importância

22. Faça um breve comentário sobre a forma de ingresso nos estudos superiores adotada por sua Universidade.

Agradecemos sua gentileza em ter colaborado com este trabalho, rogando
a Deus que lhe retribua.

MUITO OBRIGADO !

Agradecemos su gentileza al colaborar con este trabajo y rogamos que
Dios le pague !

GRACIAS !

NOME: _____

UNIVERSIDADE: _____

ORGÃO/SETOR: _____

PESQUISADOR: VICENTE DE PAULA SOUSA

ENDEREÇO: Rua José Bonifácio, 260

Fone (0495) 22-0782 ou 22-0288

FAX (0495) 22-0337

89610-000 HERVAL D'OESTE - SANTA CATARINA (BRASIL)

ENTREVISTAS

ALGUMAS QUESTÕES:

01. Solicito a gentileza de relatar seu conhecimento sobre o Mercosul, de maneira geral.
02. Como V.Sa. percebe a questão da educação nos países do Mercosul?
E sobre o ensino superior?
03. No que se refere ao ensino superior, como você percebe as formas de ingresso dos estudantes nas universidades ?
04. No decorrer do trabalho de pesquisa, foram identificados alguns fatores que se tornam relevantes para a definição das formas de ingresso nos estudos superiores, nas universidades do Mercosul (são destacados os fatores). Como você percebe a importância de cada um deles?
05. Segundo sua opinião, há outros fatores que não foram identificados?
06. As formas de ingresso nas universidades do Mercosul são as seguintes (foram destacadas cada uma delas). Qual sua opinião sobre cada uma delas, na relação entre oportunidades oferecidas aos alunos e condições contextuais da universidade?

07. Na sua opinião, o acesso ao ensino superior é uma questão relevante na integração do Mercosul?
08. Que outras questões você considera relevantes na integração entre as universidades?
09. Quais os comentários adicionais que você gostaria de fazer sobre este nosso encontro ?